

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

MÁRIO MORAES

**CEASA:
a organização do abastecimento de alimentos e a
desigualdade em Uberlândia-MG
(1978-2009)**

**Uberlândia
2015**

MÁRIO MORAES

**CEASA:
a organização do abastecimento de alimentos e a
desigualdade em Uberlândia-MG
(1978-2009)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

**Uberlândia
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M827c Moraes, Mário, 1982-
2015 CEASA : a organização do abastecimento de alimentos e a
desigualdade em Uberlândia - MG (1978-2009) / Mário Moraes. - 2015.
202 f. : il.

Orientadora: Regina Ilka Vieira Vasconcelos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Uberlândia (MG) - Teses. 3.
Abastecimento de alimentos - Uberlândia (MG) - História - Teses. 4.
Uberlândia (MG) - História - 1978-2009 - Teses. I. Vasconcelos, Regina
Ilka Vieira. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Leandra Domingues Silvério (UFTM)

Prof^a. Dr^a. Marta Emisia Jacinto Barbosa (UFU)

**Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU)
(Orientadora)**

Agradecimentos

À minha mãe, que, durante a pesquisa, mesmo doente, sempre me incentivou a prosseguir os estudos, sendo exemplo de dedicação e amor.

Ao meu pai (Paulo de Jesus Moraes) e minha irmã (Mariana Fonseca Moraes), que durante o período mais difícil de nossas vidas me motivaram para não desistir do sonho.

A todos os professores da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais – Paulo Roberto de Almeida, Sérgio Paulo Morais – agradeço pelas contribuições no quesito acadêmico, mas também pela compreensão dos membros do colegiado de aceitar o pedido de ampliação do tempo de pesquisa.

A Velso Carlos de Sousa, do Centro Documentação e Pesquisa em História – CDHIS-UFU, que muito me ajudou em minha pesquisa com a disponibilização de fontes, se mostrando sempre muito atencioso. Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, pela atenção com minha busca de materiais.

Aos meus amigos, em especial Letícia Siabra e a Rosana Kuniya, que, em vários momentos de dúvidas, estiveram ao meu lado.

À minha namorada, Ana Rita Vasconcelos, pelo companheirismo e apoio durante a pesquisa.

Agradeço a todos os entrevistados – Mosquito, Joãozão, Maria Aparecida de Oliveira Silva, Maria de Fátima dos Reis, Pedro José Oliveira e Josilene Freitas – que muito gentilmente compartilharam suas experiências, as quais foram de grande importância para a compreensão das vivências dos trabalhadores.

Às professoras da Banca Examinadora do texto de qualificação, Leandra Domingues Silvério e Marta Emisia Jacinto Barbosa, que gentilmente muito contribuíram para a pesquisa.

E, principalmente, à minha orientadora Regina Ilka Viera Vasconcelos, que, sendo um exemplo de pessoa, pois quando mais precisei de apoio para prosseguir a dissertação e a vida, esteve ao meu lado: com apoio, compreensão e atenção, tornou possível meu amadurecimento para a conclusão da dissertação.

Resumo

Este estudo aborda as experiências e as vivências dos trabalhadores da Central de Abastecimento de Uberlândia, partindo de suas memórias para formar um fio condutor na direção do processo dialético que possibilitou a construção da CEASA de Uberlândia, em 1978. As fontes orais conduziram a pensar as condições vivenciadas pelas crianças nos espaços públicos da cidade em busca de alimentos no final da década de 1970. A imprensa constituiu um campo de embates onde se engendraram estereótipos sobre a população pobre, com base em valores dos grupos hegemônicos e com o intuito de estabelecer limites para os trabalhadores. A criação da Central de Abastecimento de Uberlândia em articulação com a criação de outras instituições voltadas para o disciplinamento da presença da população pobre nos lugares mais nobres e visíveis da cidade. O principal objetivo apresentado para justificar a criação da CEASA foi o de deslocar o trânsito dos veículos de transporte de alimentos para as margens da cidade. Durante essa pesquisa, verificamos que outro objetivo de igual importância do deslocamento do próprio o embate social, com o afastamento de crianças pobres e de mendigos que passavam a incomodar os transeuntes nas feiras e no Mercado Municipal. Na CEASA podemos entender as experiências dos trabalhadores em busca melhorar as condições materiais de vida, enfrentando diversos perigos de acidentes de trabalho, em meio a um processo de luta por direitos. E, além disso, podemos também verificar que, três décadas depois da criação da central de abastecimento, a presença de crianças pobres em busca de restos de alimentos continuará marcante e motivará novas medidas oficiais de contenção, como a criação do programa Banco de Alimentos, com a proposta de doação de alimentos a famílias pobres diretamente em seus próprios bairros.

Palavras-chave: CEASA; Cidade e abastecimento; Cultura, cidade e trabalho.

Abstract

This study approaches the experiences of the Distribution Centre workers at Uberlândia city, taking their memories to form a conducting wire in the direction of dialectical process that enabled the construction of Uberlândia's CEASA, in 1978. Oral sources led us to think the conditions experienced by children looking for food in the 70's at public spaces of the city. The press was a field where conflicts engendered stereotypes about the poor, based on hegemonic group values, in order to set limits for workers. The creation of Uberlândia's Distribution Centre in conjunction with the creation of other institutions aimed to discipline the poor's presence in the most noble and visible places of the town. The main objective presented to justify the CEASA's creation was to move the transit of food transport vehicles to the margins of the city. During the research, we found another objective of equal importance in displacement of own social struggle, with the removal of poor children and beggars who bothered the people at the markets and the Municipal Market. In the CEASA we can understand the experiences of the workers seeking to improve the material living conditions facing many dangers of occupational accidents, in the midst of a struggle for rights process. Furthermore, we still can see that, three decades after the Distribution Centre creation, the presence of poor children looking for food wastage will continue strong and it will motivate new official containment measures such as the creation of the Food Bank Program, with proposes food's donation for poor families directly in their own neighborhoods.

Keywords: CEASA; City and Distribution; Culture, City and work.

Lista de Imagens

Imagem 1 -	Fotografia do Varejão do CEASA de Uberlândia.	40
Imagem 2 -	Fotografia dos “boxes” da CEASA de Uberlândia	50
Imagem 3 -	“Uberlândia dá exemplo para o Brasil”. Jornal Correio de Uberlândia, 11 ago. 1978.	58
Imagem 4 -	“O melhor negócio para você”. Jornal Correio de Uberlândia, 07 dez. 1978	63
Imagem 5 -	Fotografia de um jovem carregador em “box” da Ceasa de Uberlândia	77
Imagem 6 -	“Desnutrição causa 410 mil internações de crianças”. Jornal Correio de Uberlândia, 30 jun. 1978.	78
Imagem 7 -	Trabalhadores. Sem identificação	93
Imagem 8 -	Vista parcial da cidade. Trecho da Avenida Getúlio Vargas arborizada	111
Imagem 9 -	Mercado Municipal de Uberlândia, década de 1970. Avenida Getúlio Vargas	113
Imagem 10 -	Mercado Municipal de Uberlândia, década de 1970. Avenida Getúlio Vargas. Detalhe.	114
Imagem 11 -	“Festival Espírita do Natal”. Jornal Correio de Uberlândia, 19 dez. 1977.	124
Imagem 12 -	Uberlândia dá exemplos ao Brasil. Jornal Correio de Uberlândia, 10 out.1978	128
Imagem 13 -	Fotografia área da Central de Abastecimento de Uberlândia. C. anos 1990	134
Imagem 14 -	Famílias trazendo restos de alimentos da CEASA. Invasão Dom Almir. 1991 ..	138
Imagem 15 -	“Festival Espírita do Natal”. Jornal Correio de Uberlândia, 19 dez. 1977	150
Imagem 16 -	Governador e Ministro entregam a CEASA Jornal Correio de Uberlândia, 21 out. 1978	154
Imagem 17 -	As metas estão sendo cumpridas Jornal Correio de Uberlândia, 21 out. 1978	155
Imagem 18 -	Fotografia da Pedra da CEASA. 18 jan. 2013	158
Imagem 19 -	Fotografia de uma das rampas da antiga Pedra. S./d.	163
Imagem 20 -	Fotografia de jovens carregadores no CEASA de Uberlândia. S./d	168
Imagem 21 -	Cartaz divulgando o evento “Cultivando a saúde do trabalhador rural”	180
Imagem 22 -	Carregador da CEASA de Uberlândia recebendo atendimento do CEREST	181

Lista de Mapas

Mapa 1 -	Mapa do Brasil: Limites dos Municípios onde foram implantadas as Centrais de Abastecimentos	33
Mapa 2 -	Mapa da área urbana de Uberlândia: Central de Abastecimento, Mercado Municipal e Parque de Exposição	118

Lista de Tabelas

Tabela 1 -	Locais no Brasil onde foram construídas as centrais de abastecimento entre 1972 e 1982	34
Tabela 2 -	Produção vegetal em área colhida no Brasil de 1920-1985	61
Tabela 3 -	Dados estatísticos do evento da CEASA <i>Boletim da Saúde</i> , Uberlândia, 25 jul. 2011	182

Lista de Gráficos

Gráfico 1 -	Dados estatísticos do evento da CEASA <i>Boletim da Saúde</i> , Uberlândia, 25 jul. 2011	182
-------------	---	-----

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento.

ASSO-CARGA – Associação dos Carregadores Autônomos do CEASA de Uberlândia.

CAPESA – Centrais de Abastecimento Pernambuco S. A.

CEART – Central de Abastecimento Regional do Triângulo.

CEASA – Central de Abastecimento S. A.

CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia.

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

DECEN – Departamento de Centrais de Abastecimento.

DIGES – Diretoria de Gestões de Estoques.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.

GEHOR – Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro.

GEMAB – Grupo executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro.

SINAC – Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento.

SINDICARGA – Sindicato dos Carregadores Autônomos da CEASA de Uberlândia.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUPAB – Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.

VIPRE – Vice-Presidência.

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1	Cidade e comercialização de alimentos: a criação das centrais de abastecimento no Brasil	28
	1.1. A criação das centrais de abastecimento	32
	1.2. A crise na produção de alimentos no Brasil em 1978	53
Capítulo 2	Cidade, desigualdade social e a construção da CEASA	67
	2.1. Pobreza, fome e crianças na cidade de Uberlândia em 1978	67
	2.2. Contradições entre fome, desenvolvimento e o pertencimento à cidade	82
	2.3. Controle do espaço, higienização da cidade e a construção da CEASA	105
Capítulo 3	Os múltiplos sujeitos em torno da CEASA em Uberlândia .	126
	3.1. Carregadores, mulheres, crianças e a distribuição de alimentos após a criação da CEASA	127
	3.2. A experiência dos trabalhadores: crianças carregadoras tornam-se adultas	152
	3.3. O embate por direitos trabalhistas	170
Considerações Finais	191
Fontes	194
Bibliografia	198

Introdução

O objetivo desta pesquisa foi entender as vivências e as experiências dos trabalhadores da Central de Abastecimento de Uberlândia, Minas Gerais; a partir das memórias dos trabalhadores, entender a dialética histórica da formação da CEASA na cidade no ano de 1978, com os limites, as pressões, o embate social naquela conjuntura.

Minas Gerais pertence ao conjunto dos estados federativos do Brasil localizado na região Sudeste e possui 853 municípios. No estado, a partir da década de 1970, foi criada uma rede integrada de escoamento da produção agrícola, sob a direção da CEASA Minas, e seu principal entreposto foi situado no município de Contagem, na grande Belo Horizonte, que administra e compartilha os projetos desenvolvidos na rede de entrepostos que estão instalados nos municípios de Juiz de Fora, Barbacena, Governador Valadares, Caratinga e Uberlândia.

A CEASA Minas foi constituída em 1971 como uma empresa de capital misto diferenciando-se da maioria das centrais de abastecimentos do Brasil que estavam ligadas ao Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), porque, ao invés de ter o governo federal como acionista majoritário, trazia como acionista principal o estado de Minas Gerais, com 51% das ações, enquanto o governo federal detinha o controle de 49% das ações. Na década de 1980, com o fim do sistema integrado das centrais de abastecimento, as ações que estavam sob a responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) foram transferidas, durante o governo do presidente José Sarney, para responsabilidade do estado de Minas Gerais, que passou a ter 99,5% do capital da estatal. Já a partir do início do século XXI, tem ocorrido uma nova tentativa de articulá-la ao sistema integrado das centrais de

abastecimento no Brasil, fazendo com que as ações da CEASA Minas sejam adquiridas pela União.

Dentre as centrais de abastecimento que estão administradas pelo CEASA Minas, escolhi para a pesquisa a Central de Abastecimento Regional do Triângulo (CEART) localizada em Uberlândia. Considerando que se trata de equipamento de escoamento de mercadorias articulado em rede, considero também que diversas experiências no tocante à estrutura, ao funcionamento, aos modos de administrar e aos modos de se trabalhar ali são compartilhadas com o conjunto de CEASAs administrados pela CEASA Minas.

Uberlândia, cidade que compõe o conjunto de municípios que formam o estado de Minas Gerais e localizada na região conhecida como Triângulo Mineiro, recebeu a construção do entreposto para escoar os produtos agrícolas em 1978. No entanto, não delimito minha pesquisa apenas pelo marco da fundação da CEASA em Uberlândia, porque o espaço temporal oscilou conforme os fios condutores deixados pelas memórias dos trabalhadores da central de abastecimento. Através do movimento entre presente e passado, foi se formando a dialética histórica com as interpretações das fontes.

As fontes utilizadas na pesquisa foram: entrevistas, imprensa, processos criminais, documentos oficiais e fotografias. Na perspectiva teórico-metodológica de problematizar as relações sociais e a sociedade em dialética com pressões e limites, as fontes foram analisadas como portadoras de intencionalidades, que produzem e transmitem valores compartilhados por classes que, por sua vez, em determinadas conjunturas políticas, econômicas e culturais, se identificam como tal em busca de seus interesses.

As fontes orais produzidas para a pesquisa se constituíram de narrativas que foram organizadas no mosaico de memórias conforme a conjuntura do presente, constituído o campo de embates e com a coparticipação do entrevistador.

As memórias dos trabalhadores estão imersas nas inquietações do viver o presente, os perigos do trabalho, a presença de crianças no pátio da Ceasa ao longo do tempo, as humilhações sofridas no decorrer das relações trabalhistas, desafios para efetivar os direitos trabalhistas na arriscada função

de carregadores, são questões que afligem as pessoas no seu dia-a-dia. Quando buscamos entender o processo histórico através da holística do presente, o que poderia parecer homogêneo e vazio ganha sentido; passamos a ver os embates que movimentam a sociedade, para que exista uma desconstrução da aparente naturalidade da disparidade entre os grupos sociais; e, assim sendo, podemos projetar uma perspectiva de futuro onde as dificuldades do viver o presente possam ser sanadas. Esta perspectiva teórica e metodológica pode ser apreendida nos textos da autora Déa Ribeiro Fenelon:

...E afinal, se este é o nosso presente e se concordamos que “a História é um objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ágoras”, como disse Benjamim, precisamos fundar um conceito sobre este presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele representa para os “fazedores de história” em todos os níveis e concepções.

Neste sentido, queremos inverter a relação passado/presente para tornar mais explícita a relação do momento do qual partimos, ou seja, entre nossos problemas, nossas lutas e a experiência histórica de outros momentos, para conseguir assim politizar a história que transmitimos e produzimos”.¹

Com a perspectiva teórico-metodológica constituída a partir das lutas e dos problemas do presente, deixamos de reafirmar posições sociais de grupos que propagam o conceito de progresso e modernidade, e passamos a questionar de que modo as riquezas produzidas são distribuídas, como as pessoas vivenciaram determinadas relações em determinado tempo. Isto é, a memória deixa de ser vista como instrumento de exaltação dos grupos hegemônicos, passando a ser instrumento de libertação:

...Para não perpetuamos visões de um passado mistificado, com acontecimentos cristalizados, como periodizações que pouco tem a ver com as perspectivas que queremos desvendar, há que definir uma concepção de presente, que nos permita atribuir significado ao passado, e mais, que nos oriente em direção ao futuro que queremos construir, ou estaríamos traduzindo em conservadorismo social o

¹ FENELON, Déa. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan.-jun. 1992. p. 6.

culto ao passado e transformando a memória em instrumento de prisão e não de libertação, como deve ser...².

Na perspectiva da memória como instrumento de libertação, tentei trazer as inquietações dos meus entrevistados, e, através delas, comecei a construir meu recorte temporal na década de 1970.

As indagações que levaram ao tema da pesquisa surgiram em 2012, quando, na cidade de Uberlândia, tive o primeiro contato com um amigo que trabalhava como carregador no CEART e ali travamos varias diálogos sobre seu ambiente de trabalho e de seus colegas. Procurei conhecer o local de comercialização, querendo entender a realidade vivenciada pelos trabalhadores.

Na primeira visita, percebi como o movimento era intenso. Já havia pesquisado sobre a existência de diversas associações que buscavam adquirir benefícios para seus associados, mas queria também entender as vivências e as experiências dos trabalhadores. Optei por me aprofundar na associação de carregadores e compreender como se relacionavam com os diversos agentes e com a própria instituição CEASA. Direcionei-me para esses trabalhadores, e, dentre estes, o vice-presidente da associação de carregadores, o senhor João, ou Josimar Silva Neto (Joãozão),³, que compartilhou suas experiências de trabalho.

O Senhor João trabalha no CEASA de Uberlândia desde a fundação, em 1978. Ao longo de sua narrativa, diversas questões foram levantadas em torno das condições de trabalho: a jornada diária, o trabalho iniciado quando ainda criança, as conquistas materiais, os desafios enfrentados. Durante sua entrevista, decidi seguir o fio condutor que ali se construiu, alterando a proposta inicial que seria iniciar o recorte temporal que incidiria sobre no ano de 2013, porque questões sobre o trabalho infantil me causaram novas inquietações.

² Id. p. 6-7.

³ Josimar Silva Neto (Apelido: João ou Joãozão). Entrevista realizada na Central de Abastecimento de Uberlândia, em 22 de fevereiro de 2013. Joãozão tem a função de carregador autônomo na Central de Abastecimento de Uberlândia, tendo iniciado suas atividades aos onze anos de idade, no final da década de 1970.

Segundo o entrevistado, seu tempo de trabalho na CEASA se iniciou quando tinha aproximadamente onze anos de idade, o que o Senhor João ressalta como algo bom devido às conquistas derivadas de toda essa trajetória, pois, ao montar o mosaico de suas lembranças, as experiências do passado são organizadas conforme seu presente. Minha decisão foi, portanto, seguir esse fio condutor no movimento do presente em direção ao passado, com o intuito de entender as circunstâncias vivenciadas pelos trabalhadores no ano que antecede a criação da CEASA de Uberlândia, para perceber as condições que levavam as crianças a trabalharem no ambiente insalubre de uma central de abastecimento.

Para entender a conjuntura vivenciada pelas crianças e suas famílias na cidade de Uberlândia no período que antecede à criação da central de abastecimento, procurei utilizar a imprensa da época, o jornal Correio de Uberlândia, onde foi possível encontrar diversas matérias e crônicas que relacionavam a presença das crianças pobres na cidade com a prática da mendicância em busca de alimentos.

Nesta perspectiva, percebi que as crianças sofriam com a falta de alimentos e esta situação material levou-me a pensar acerca dos fatores que contribuíam para a falta de alimentos naquele momento. Passei a observar as notícias do jornal que divulgavam que o país sofria com a inflação que gerava o aumento dos preços dos alimentos, e que, além disso, a produção de certos gêneros agrícolas estava em declínio na década de 1970.

Parti em busca do quadro que articulasse preços e índices de produção e recorri aos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao mesmo tempo, procurei estudos dedicados a essas questões e, em diálogo com seus autores, acompanhei as análises sobre a relação entre o declínio na produção de alimentos para o consumo interno e os investimentos governamentais em agricultura de exportação, no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, desde 1972, que, entre outras metas, trazia a criação de equipamentos para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas sob a justificativa da redução dos preços dos alimentos para benefício da população.

O governo federal passou a desenvolver, naquele período, um mecanismo de estabelecimento de uma ordem sistêmica para unir as centrais de abastecimento já existentes e as que estavam sendo projetadas para serem construídas durante a década 1970. O sistema de integração seria o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), que traria uma padronização sistêmica entre as centrais de abastecimento para que pudesse cumprir o papel de reduzir preços e ordenar os espaços urbanos das cidades escolhidas para a implantação.

A identificação dessas iniciativas ao longo da pesquisa, por sua vez, em articulação com o levantamento realizado a respeito dos trabalhadores da CEASA e da situação social da cidade de Uberlândia nos anos de 1977-1978, produzia novas inquietações em torno da questão do acesso a alimentos e das condições de vida das populações pobres nas cidades. Uma dessas questões, por exemplo, foi: se a crise econômica era nacional, quais fatores estavam contribuindo para a escolha de determinadas cidades, e, além disso, será que a crise afetava as pessoas de maneira homogênea?

Para responder a essas indagações, procurei delimitar meu estudo à cidade de Uberlândia, e, sobre os anos que antecedem a criação da CEASA, retornei para as páginas do jornal, as quais traziam as crianças pobres e suas famílias como os que estavam sendo afetados pela falta de alimentos e eram identificados pela prática da mendicância. Ao mesmo tempo, na medida em que percorria essas mesmas páginas, percebi que nem todas as pessoas sofriam com a crise da mesma maneira, porque também surgiam indícios de que as pessoas detentoras do poder econômico se apropriavam das riquezas da cidade, podendo consumir tudo o que desejavam.

Ao longo da pesquisa, ficou nítido o embate entre as classes que se identificavam em busca de seus interesses. O jornal apareceu como um campo desse embate, porque propagava e criava valores e características que diferenciavam o grupo hegemônico e a classe trabalhadora, identificando as crianças pobres através de um estereótipo que as classificava como perigo para a cidade e que, por isso, deveriam ser afastadas para longe dos bairros

nobres. O que tornava essas crianças tão perigosas que deveriam ser contidas fora das áreas nobres da cidade?

Para tais indagações, busquei registros dessa associação entre crianças e perigo e intui pelas medidas sociais ligadas à criminalização de suas condutas. Cheguei aos processos-crime⁴. Recorri aos processos crimes que tratavam do ano de 1978, e, após diversas caixas repletas de processos crimes, um processo novamente trouxe novos rastros para a área da investigação, relacionando-se com os outros indícios e tornando um pouco mais nítido o processo vivenciado pelas crianças e suas famílias.

Dentre as várias leituras, encontrei um processo do Cartório criminal da Comarca de Uberlândia, do ano de 1976, que tinha como réus adolescentes, Paulinho e Maguila, que haviam sido presos quando buscavam catar grãos no pátio da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), no centro da cidade de Uberlândia.

A leitura do processo permitiu perceber a quantidade significativa de trabalhadores e seus filhos que recorriam à cata de restos dos grãos de gêneros alimentícios transportados pelos trens e que caíam na linha férrea da FEPASA; permitiu também perceber que essas crianças estavam sujeitas à coerção do estado através da violência física; e, principalmente, permitiu perceber como essa experiência de viver dos restos e ser punido por isso constituía-se num campo de possibilidades para as famílias de trabalhadores pobres que necessitavam pedir esmolas nas ruas, feiras e mercados da cidade para sobreviver.

Durante a pesquisa, acompanhei evidências do movimento dos trabalhadores empobrecidos que eram levados à mendicância e estavam sujeitos a sofrer violência, e também o movimento de avanço das crianças pobres frente aos espaços públicos e das pressões das notícias e artigos do jornal Correio de Uberlândia que as associavam a um perigo que deveria ser controlado.

⁴ MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: João Patrício de Oliveira Figueiredo, Processo nº 4.445, caixa 760, galeria a, 1899, Uberlândia, 2 abr.1976. (Localização: Centro de Documentação e Pesquisa em História. Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. CDHIS-INHIS-UFU.)

Além da violência física vista nos processos crimes como artifício de identificação de crimes e criminosos, no que concerne ao jornal, vislumbrei a reivindicação dos grupos hegemônicos para a implantação de instituições de reeducação de crianças e adolescentes pobres para a sua retirada das ruas e para a adequação de seus comportamentos aos valores capitalistas. Para controlar a pressão da população empobrecida em busca do acesso a alimentação, foram criados mecanismos de controle, tentando reordenar os limites desenvolvidos pelo grupo hegemônicos.

Diretamente articulada a essas instituições, para cumprimento do projeto de reorganização do espaço urbano nas cidades, está a criação das centrais de abastecimento, que, ao serem implantadas nas cidades, deveriam sanear os locais do perímetro central numa perspectiva positivista, padronizando, disciplinando e marginalizando a população mais pobre que se tornava um incômodo com sua presença ali.

Assim se contextualizou a reorganização do perímetro urbano em Uberlândia, com a reformulação do Mercado Municipal e a transferência do comércio atacadista de produtos agrícolas para o Parque de Exposições, nos anos de 1977 e 1978. A justificativa seria para melhorar o trânsito do perímetro central da cidade, mas a pesquisa empreendida no acervo de fotografias do Arquivo Público Municipal de Uberlândia permitiu perceber além do tema oficial dos registros, que era o espaço do comércio.

Quando foi possível visualizar nessas fotografias – ainda que nos espaços marginais da foto –, a presença de crianças pobres, com roupas simples, até mesmo rasgadas, e descalças no espaço do Mercado Público de Uberlândia, espaço tradicional do comércio de alimentos localizado em região nobre da cidade, foi necessário articular essa imagem com a que se fazia frequente nas folhas do jornal naquele mesmo período.

Se notícias e crônicas publicadas no jornal Correio de Uberlândia forneciam uma imagem das crianças pobres na cidade, de sua presença nas ruas, nas feiras, nas portas de supermercados, de forma pejorativa, como seres perigosos que deveriam ser controlados e retirados das áreas centrais da

cidade, as fotografias lidas como narrativas em diálogo com as outras evidências mostraram as crianças em busca de trabalho e alimento.

Se, nos momentos iniciais da pesquisa, a imagem não estava formada, porque ainda precisava saber mais sobre as crianças perseguidas e estereotipadas pela imprensa como perigosas, valeu a atenção para as fotografias que foram levantadas no Arquivo Público Municipal de Uberlândia como portadoras de intencionalidades do fotógrafo nesse campo de embates. Durante a pesquisa, procedi a inversão da perspectiva do ato de fotografar a cidade, deslocando o olhar do ato de comercializar para a presença das crianças pobres avançando nos espaços públicos.

Neste aspecto, foi possível perceber como os grupos hegemônicos criaram e transmitiram seus valores na cidade e como a própria imprensa se constituiu enquanto campo de embates visto através do jornal Correio de Uberlândia, que também teve seus exemplares conservados para pesquisa no Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

E, nesta perspectiva, foi possível, portanto, articular a interpretação de que a transferência do comércio varejista de produtos agrícolas para uma região às margens da cidade levaria para longe dos olhares dos grupos hegemônicos o embate pela cidade que havia se tornado incomodamente visível por meio da presença de crianças a esmolar nos lugares de venda de alimentos.

A nova central de abastecimento era propagandeada para atrair a população trabalhadora empobrecida para ter acesso a produtos agrícolas a menores preços. No entanto, a nova central de abastecimento, pensada cientificamente através dos engenheiros e técnicos da COBAL, trazia novas contradições: as crianças pobres passarão a se fazer presentes na nova central de abastecimento buscando os alimentos nos contêineres. Formarão a imagem ressaltada pelos entrevistados desta pesquisa como uma “nuvem de pessoas” lutando para adquirir a comida para o dia. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores da nova central enfrentarão uma nova jornada de trabalho que se concretizará como extenuante, em um ambiente de trabalho insalubre,

diante dos iminentes riscos de acidentes com o transporte de mercadorias em grande volume e com novos equipamentos.

Foram muitas as inquietações acerca das vivências dos trabalhadores no âmbito da nova central de abastecimento surgidas nesse percurso e coube à pesquisa articulá-las e buscar formas de suas lutas e conquistas nesse processo.

Havia opções de análise para compreender o objeto que os vestígios me apresentavam. Poderia ter partido do projeto de progresso e modernidade que grupos de empresários, latifundiários e membros da imprensa propagavam para a cidade e que se materializava em grandes obras públicas, dentre estas a CEASA de Uberlândia; ou até mesmo pensar as CEASAs como projeto político para resolver os efeitos da crise mundial do petróleo, podendo assim desenvolver uma análise que com vasto material ligado à arquitetura das unidades de central de abastecimento e aos crescentes dados de escoamento da produção agrícola.

No entanto, mesmo tendo consciência que teria que relatar a existência da crise econômica, a modernidade arquitetônica e o desenvolvimento econômico da cidade não seriam o foco da pesquisa, pois gostaria de pensar as experiências dos trabalhadores e das pessoas pobres, e de que forma vivenciaram aquela crise, a construção da Central de Abastecimento de Uberlândia e o projeto de progresso e modernidade que estava sendo construído na cidade.

Foi por esse motivo que as inquietações dos entrevistados me levaram para o final da década de 1970 e me trouxeram uma gama de vestígios para pensar a vivência dos trabalhadores na conjuntura de formação da Central de Abastecimento de Uberlândia.

Como salienta o historiador Sidney Chalhoub, o trabalho historiográfico se assemelha ao relato presente no livro de Voltaire sobre o sábio da Babilônia Zadig, que, ao ver e relacionar os vestígios deixados pelos animais do rei à luz da articulação entre variados conhecimentos, consegue formar uma imagem possível:

...Não te amofines, caro leitor. Juro-te que estamos prestes a ver a nossa Cadela. O método de Zadig é assim mesmo: só analisando diferentes vestígios, e procurando relacioná-los entre si, e que se pode eventualmente chegar a formar a imagem una e coerente da cachorrinha fujona...⁵

Nesta pesquisa, contava com variadas evidências em torno de crianças pobres e de como constituídas imagens a seu respeito no campo da imprensa; em torno da criação das centrais de abastecimento no Brasil e de seu sistema de integração; do progresso, da modernidade e da junção que a imprensa costurava com a criação do CEASA em Uberlândia; vários traços na área, marcas nos arbustos, como a cadela que Zadig ajudou a encontrar. Mas seria preciso correlacionar as evidências para conseguir construir uma imagem da conjuntura da década de 1970 na cidade de Uberlândia. E, ao relacionar, foi possível discutir que a crise não afetava a todos da mesma forma, pois havia crianças esmolando e vivendo de pequenos trabalhos e da mendicância, em meio ao um conforto que os redatores do jornal afirmavam ser preciso preservar.

Para isso, segui a perspectiva das experiências e vivências dos trabalhadores que, no processo histórico dialético, criam limites e exercem pressões na conjuntura da cidade vista como campo de embates. Levantei evidências e lhes lancei perguntas que me levassem aos modos de vida desses trabalhadores, como ensina E. P. Thompson:

... As razões para isso estão não na falta de lógica do historiador, mas em sua necessidade de um tipo diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, justamente com os movimentos do evento do evento

⁵ CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p 24.

histórico: assim como objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas...⁶

No dialogo com a imprensa, com as fontes oficiais, com as fotografias, com as entrevistas, ao mesmo tempo que em diálogo com outros pesquisadores, por meio de suas dissertações e teses sobre a cidade, consegui chegar as vivências desses trabalhadores.

Encontrei, nesta pesquisa, com as figuras do Paulinho, do Maquila, do Mosquito, do Joãozão, da Maria Aparecida de Oliveira Silva, da Maria de Fátima dos Reis, do Pedro José Oliveira e da Josilene Freitas com seu modo de viver a conjuntura de embate tanto na cidade quanto na central de abastecimento.

Atualmente, essas pessoas trabalham no CEART, situado às margens da rodovia BR 050. É uma estrutura que conta com aproximadamente 200.135 m², cerca de 600 vagas de estacionamento, lanchonetes, postos policiais, posto de saúde, bancos, restaurantes, empresas de capital privado (os boxes), áreas cobertas para descarregamento de mercadorias, a “pedra” (área para comercialização dos produtores) e recebe um grande fluxo de pessoas, cerca de 5 mil pessoas diariamente. Para o funcionamento da central de abastecimento, há o trabalho de diversos agentes: funcionários públicos ligados ao sistema administrativo e operacional, carregadores de mercadorias, funcionários contratados conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), terceirizados, comerciantes, produtores, que, através de suas respectivas associações, se organizam e disputam melhorias para suas condições de trabalho.

Por isso que compôs também a pesquisa o esforço por perceber as condições de trabalho dos carregadores do CEASA de Uberlândia, considerando jornada de trabalho, os riscos de acidentes, os danos à saúde, os embates para conquistas de direitos frente à própria administração da CEASA e seus coligados representados pelas associações e os desafios para esta classe de trabalhadores.

⁶ THOMPSON, E. P.. Intervalo: a lógica histórica. In: *A miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p 48.

A iniciativa da realização de entrevistas com esses/as trabalhadores/as teve o intuito de refletir sobre as maneiras como os trabalhadores e os moradores pobres da cidade de Uberlândia vivenciam e compartilham experiências na dialética social da criação das centrais de abastecimento, deslocando o olhar sobre a materialidade dessas experiências relacionadas à alimentação, que constituirá uma dialética de embates com limites e pressões na conjuntura social daquele período.

Articuladas a documentos oficiais, às páginas do jornal Correio de Uberlândia, ao acervo de fotografias do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, as entrevistas com esses trabalhadores da CEASA de Uberlândia consistiram como o principal fio condutor para a resposta à indagação em torno da relação que central de abastecimento vai tecer para com a cidade e as pessoas que necessitam dos alimentos para sobreviver.

Após a construção da Central de Abastecimentos parte da população que vagava pelas ruas do centro, deslocou-se para as margens da cidade na BR 050. E foi nesse local que as experiências de algumas crianças como passou a interessar agricultores e comerciantes para o transporte de mercadorias e foi quando essas crianças passaram a integrar a turma de carregadores da Ceasa. As entrevistas permitiram refletir sobre as condições em que aquelas crianças foram se transformando em adultos dentro da central de abastecimento.

Ao mesmo tempo, as mesmas entrevistas também permitiram refletir sobre outra questão que alimentou essa pesquisa: para onde foram e como ficaram os muitos homens e as muitas mulheres e crianças que buscavam alimentos nas feiras na hora da xêpa? Permitiram acompanhar o movimento de deslocamento das famílias pobres da cidade que, de acordo com os entrevistados, passaram a chegar à CEASA vindas de todos os bairros, principalmente dos bairros vizinhos, deslocando-se com carrinhos de mão, em busca de trabalho ou mesmo para catar os alimentos que lhes pudessem ser doados.

Esse caminho me conduziu, finalmente, à articulação entre a questão inicial de evidências da fome e da crise na distribuição e no acesso a alimentos

na cidade de Uberlândia, atualizada pela questão da política de organização de “doação de alimentos”. Foi quando pude traçar uma linha que evidenciou algumas iniciativas postas em prática pela administração da CEASA e pelo Governo Federal, que, embora em momentos diferentes, estavam correlacionadas: o programa Barracão de Alimentos, o Prodal e o Programa Banco de Alimentos⁷.

A dissertação está organizada em três capítulos:

O primeiro capítulo, Cidade e comercialização de alimentos: a criação das centrais de abastecimento no Brasil, foi dividido em dois itens: A criação das centrais de abastecimento; A crise na produção de alimentos no Brasil em 1978.

O segundo capítulo, Cidade, desigualdade social e a construção da CEASA, foi dividido em três itens: Pobreza, fome e crianças na cidade de Uberlândia em 1978; Contradições entre fome, desenvolvimento e o pertencimento à cidade; Controle do espaço, higienização da cidade e a construção da CEASA.

O terceiro capítulo, Os múltiplos sujeitos em torno da CEASA em Uberlândia, aborda as vivências e as experiências dos trabalhadores do CEASA Minas e o deslocamento das pessoas pobres para a Central de Abastecimento de Uberlândia em busca de alimentos. Também divide-se em três itens: Carregadores, mulheres, crianças e a distribuição de alimentos após a criação da CEASA; A experiência dos trabalhadores: crianças carregadoras tornam-se adultas; e O embate por direitos trabalhistas.

⁷ Programa integrante da política governamental Fome Zero, foi desenvolvido a partir de 2006 sendo definido pela secretaria **NACIONAL de Segurança Alimentar e Nutricional** da seguinte forma: “O Banco de Alimentos é uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar que tem como objetivo arrecadar alimentos, por meio de articulação do maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário (produtos inadequados para a comercialização, mas próprios para consumo humano).”

Capítulo 1

Cidade e comercialização de alimentos: a criação das centrais de abastecimento no Brasil

Na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, que compõe a associação federativa do Brasil, iniciei minha pesquisa com a intenção de compreender as experiências dos trabalhadores da CEASA Minas e a população que é beneficiada com o recebimento de alimentos doados por essa central de distribuição de alimentos, com recorte no interposto de Uberlândia, o CEART de Uberlândia (Central de Abastecimento Regional do Triângulo).

Para conseguir entender os modos de vida, suas moradias, seu acesso a saúde, a alimentação, o convívio familiar, as relações no ambiente de trabalho, e com isso seus limites e conquistas para a sua profissão no ambiente das centrais de comercialização, busquei identificar os diversos profissionais que ali trabalhavam: funcionários públicos, funcionários terceirizados, carregadores autônomos, comerciantes e produtores (pequenos e grandes proprietários de terras).

Os diversos grupos estão representados por várias associações que buscam conquistar os interesses de seus associados com o objetivo de trazer melhores salários, redução da carga horária, proteção à saúde dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Para entender as vivências destes trabalhadores em um ambiente com embates em busca de interesses de classes e onde se desenrola também a integração entre diferentes membros com interesses comuns, comecei a dialogar com pessoas que trabalhavam no CEART por diversos anos e que poderiam compartilhar suas experiências comigo.

Dentre a diversidade de associações e sindicatos, iniciei as entrevistas com as pessoas que trabalham como carregadores, devido a meu

posicionamento político e minha vontade de entender as conquistas e os limites que este grupo enfrentou desde a formação da CEASA. Procurei a Associação dos Carregadores e, após algumas conversas com o presidente da Associação, consegui a confiança e a autorização para conversar com os trabalhadores.

No ano de 2013, realizei a primeira entrevista no local. Eram, aproximadamente, seis horas da manhã e o movimento já era intenso, com diversos caminhões estacionados na “Pedra”. A Pedra é o local onde se dá a comercialização dos alimentos, onde os carregadores, com seus carrinhos que muitas vezes são de madeira e movidos por sua própria força, descarregam os produtos dos caminhões para conduzir até os automóveis dos compradores, donos de sacolões e feirantes.

Durante o movimento desse dia, pude conversar com vários carregadores que me apresentaram um de seus colegas, o Josimar, conhecido pelo apelido de Joãozão e que ali trabalha desde a fundação da CEASA de Uberlândia, em 1978. Depois de diversos anos de trabalho, hoje, Joãozão é vice-presidente do Sindicato dos Carregadores e continua exercendo seu trabalho como carregador. Quando lhe abordei para pedir sua ajuda para a pesquisa, ele se mostrou muito atencioso, mas disse que poderia conversar sobre sua profissão apenas no final das obrigações do dia. Pouco antes do meio dia, o movimento de caminhões já havia diminuído, o entrevistado já tinha cumprido seu trabalho na CEASA e concedeu a entrevista⁸.

Na CEASA de Uberlândia, em torno da Pedra, há bancos de cimento onde os vendedores, os carregadores e os produtores param para se alimentar e conversar. Nesse local, à frente da Pedra, entrevistei Josimar, que, mesmo cansado por ter descarregado vários caminhões, se mostrou muito solícito, trouxe lembranças de experiências como carregador na Central de Abastecimento de Uberlândia, contando as conquistas que esse trabalho trouxe para sua família, a formação acadêmica de seu filho, o encaminhamento do outro filho para conseguir a graduação no ensino superior, os bens materiais como carro e casa. Durante nossa conversa, o entrevistado lembrou do início

⁸ SILVA NETO, Josimar (Apelido: João ou Joãozão). Entrevista realizada na Ceasa de Uberlândia, em 22 de fevereiro de 2013. Op. cit.

de suas atividades, e esse processo de montar o mosaico de suas memórias⁹ trouxe elementos que me causaram muitas inquietações.

O relato de Josimar descreveu longas jornadas e ao perigo de acidentes a que o trabalhador fica sujeito no serviço de carregador. Parecia indicar lembranças dolorosas de trabalho em um ambiente insalubre. E, dentre as inquietações que me surgiram, apresentou-se a questão do trabalho infantil. Contudo, ao lembrar-se de quando tinha onze anos de idade e começou trabalhar na CEASA de Uberlândia, no início das atividades em 1978, Josimar também descreveu aquele tempo como tendo sido o de uma boa experiência, importante para sua vida, em razão de ter significado a garantia de sua sobrevivência e de conquista de diversos benefícios materiais para si e para sua família. O entrevistado demonstrou que organizava suas memórias conforme o momento vivido no presente.

Por outro lado, no campo daquelas inquietações, seu relato me instigou a questionar sobre os motivos que levavam estas crianças a trabalhar em serviços tão duros, com riscos para sua vida, e que talvez impossibilitassem acesso à educação. E mais: questionar sobre como, apesar dessa evidência de dificuldade de sobrevivência e de desenvolvimento como pessoa, o trabalhador que iniciou a vida de trabalho ainda criança e ali passou toda a sua vida consegue enxergar essa experiência como importante oportunidade de aprendizado e sustento. Essa questão tornou-se um fio condutor para aprofundar a pesquisa, buscar materiais e dialogar com as fontes, pois precisava entender os motivos ou as necessidades que levavam os trabalhadores a disporem da mão de obra de seus filhos em um serviço tão pesado.

Nesta perspectiva, voltei a atenção ao ano de 1978, para a conjuntura social do período em que se criou e se instalou a CEASA na cidade, tentando entender como os trabalhadores e seus filhos estavam vivenciando o momento político, econômico e cultural que antecedeu a criação da Central de Abastecimentos de Uberlândia.

⁹ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

Procurei fontes que relacionavam a criação da CEASA de Uberlândia à vida das pessoas, mas quando, ao seguir o fio deixado por Josimar, fiz a opção pela imprensa, me deparei com a existência de apenas um jornal na cidade no ano de 1978, o Correio de Uberlândia. Podemos relacionar esse veículo de comunicação com a conjuntura no país, que passava por um período ditatorial, com censura aos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, também atentamos para a imprensa como uma prática de construção e propagação de valores e interesses de grupos hegemônicos que buscam padronizar e organizar o espaço público e que, naquele momento, contribuía para controlar os trabalhadores e suas pressões em busca da sobrevivência frente à concentração de renda e inflação dos preços dos alimentos.¹⁰

Foi nessa medida que a pesquisa acompanhou o jornal tornando-se um campo de embates, onde trabalhadores e seus filhos, devido à crise econômica e alimentar vivenciada no final da década de 1970, eram combatidos e vistos como uma ameaça à ordem e à beleza da cidade, por sua presença nos espaços do centro urbano em busca de alimentos. Nas páginas do jornal, criava-se o estereótipo de que os trabalhadores pobres e maltrapilhos, que buscavam obter alimentos através de mendicância em lugares públicos como feiras e supermercados dos bairros com certo poder aquisitivo, eram pessoas perigosas e não pertenciam àquela cidade.

Em percurso correlato a esse, no jornal se reivindicava a necessidade de criação de instituições que pudessem controlar e disciplinar os trabalhadores empobrecidos que exerciam pressões inconvenientes nos locais públicos e

¹⁰ Para podemos pensar sobre como lidar com a imprensa, no artigo Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto trazem a seguinte sugestão: "... Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também o monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar...". Portanto, a documentação não é neutra, possui subjetividade e intencionalidade, e a imprensa se caracteriza como uma força ativa, passível de interpretações históricas, dentro de uma conjuntura social particular. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007. Ver p. 254. Nesta matriz teórico-metodológica de interpretar as fontes, também estão as fontes orais, pois a memória é organizada de forma ativa pelo narrador, dependendo de suas vivências, a partir das quais ele monta o mosaico das lembranças segundo seus interesses do presente e num campo de experiências que podem ser compartilhadas, numa possibilidade real para classe. Nesta matriz teórico-metodológica as fontes são consideradas a partir de seu lugar de produção, que articula interesses, que são passíveis de interpretações dentro de um processo histórico. Ver: SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*. Op. Cit.; PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, *Tempo*. Op. Cit.

precisavam de limites. Dentre as instituições criadas na década de 1970, durante a ditadura, como eixo organizador da vida dos trabalhadores, estão as centrais de abastecimentos, pois, de acordo com especialistas em economia e produção agrícola, o alimento tornava-se uma questão de estabilização política e social para o Brasil.

1.1. A criação das centrais de abastecimento

Na visita à CEASA de Uberlândia, durante a entrevista, Josimar apresentou seu amigo Valdair Francisco da Silva, que ali trabalha desde os primeiros anos de criação do CEART. Todos o conhecem pelo apelido de Mosquito¹¹. É um senhor muito alegre e simpático, que me convidou para fazer a entrevista em sua casa, no bairro Presidente Roosevelt, onde encontrei a ele e sua esposa, que me trataram muito bem. Depois de tomarmos um café, começamos a conversar e entrevistado trouxe diversos assuntos sobre sua experiência na CEASA: os perigos do trabalho no início das operações da central em Uberlândia, os horários, o trabalho infantil, a crise alimentar pela qual a cidade passou e como havia uma rede de centrais de abastecimentos no país.

A existência da rede de centrais de abastecimentos no Brasil naquele período apareceu como um dos pontos que precisaram ser desenvolvidos pela pesquisa. Como podemos ver na tabela abaixo e no mapa¹, a seguir, ao longo de toda a década de 1970 e por todo o país foram criadas centrais de abastecimento que se interligaram umas às outras a partir de um Sistema Integrado das Centrais de Abastecimento, instituído no ano de 1972:

¹¹ O senhor Valdair Francisco da Silva trabalha como carregador autônomo, é um dos primeiros a prestar serviços para a Central de Abastecimentos de Uberlândia.

MAPA DO BRASIL:
LIMITES DOS MUNICÍPIOS ONDE FORAM IMPLANTADAS AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTOS



Mapa 1:
Mapa do Brasil: Limites dos Municípios onde foram implantados Centrais de Abastecimento.
Fonte: Banco de dados Atlas/BR do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais – INPE.

ANO	CEASA	MÊS DE OPERAÇÃO
1972	Brasília Fortaleza Recife ⁽³⁾ Rio de Janeiro São Gonçalo	Setembro Outubro Dezembro Dezembro Dezembro
1973	Salvador Aracaju Porto Alegre	Março Março Setembro
1974	Belo Horizonte João Pessoa	Março Setembro
1975	Manaus Campinas Maringá Belém Goiânia Maceió	Fevereiro Março Abril Maio Agosto Dezembro
1976	Curitiba Campina Grande Natal Teresina	Julho Julho Outubro Dezembro
1977	Vitória Mossoró São Luís	junho Julho Outubro
1978	Foz do Iguaçu Florianópolis Anápolis Uberlândia Novo Hamburgo	Feveiro Março Maio Outubro Novembro
1979	Juiz de Fora Campos Campo Grande	Março Março Agosto
1982	Londrina Macaé Cascavel Caxias do Sul	Janeiro Maio Outubro Novembro

Tabela 1
Locais no Brasil onde foram construídas as centrais de abastecimento entre 1972 e 1982.
Fonte: Manual I: Breve História do Sistema de CEASAS no Brasil (1960-2007).

A tabela e o mapa apresentam os diversos equipamentos de escoamento dos produtos agrícolas produzidos no país. Por outro lado, segundo a interpretação realizada do ponto de vista do entrevistado Josimar, é

preciso seguir muito além do fato institucional e administrativo da criação das centrais e da comercialização das mercadorias, para alcançar os modos como as pessoas envolvidas naquele processo viviam, como se articulavam e desenvolviam valores para além do trabalho. Isso transparece durante a entrevista, quando pergunto ao senhor Valdair sobre o apelido de Mosquito, na tentativa de entender como se dá sua identificação enquanto trabalhador da CEASA:

Entrevistador: Como surgiu esse apelido?

Entrevistado: É porque ele era de Londrina. Então, ele carregava daqui de Uberlândia para o CEASA de Londrina, Paraná. Era um japonês, seu Eurides, o apelido dele era Mosquito, né. Eles falavam: - Olha o filho do mosquito! Aí ficou esse apelido: - Olha o filho do mosquito!... Aí, ele foi embora, não voltou mais. Eles comprando aqui, vendendo lá... Então, ele comprou um depósito, aí não quis voltar mais. Seu Eurides carregava em São Paulo, nem sei se mexe ainda. Aí ficou esse apelido. Ele foi embora, eu fiquei com esse apelido. Um dia, eu cheguei, estava dormindo... Tava dormindo... Eu tinha outra mulher. Quando a gente chega do CEASA, vai dormir. Meio cansado, fui dormir; a madrugada era grande. Agora, não. Gosto de chegar em casa e descansar. Aí, ele pegou anotado, numa prancheta, o comercial vizinho. Ele notou aquele telefone, o rapaz foi embora com ele. Pegou o número do telefone, embaixo: "Mosquito". Aí, eles telefonaram pra cá a cobrar, querendo saber do caminhão do Mosquito, aquela coisa... Esse interurbano veio caro...! Fiquei bravo demais...! [risos].¹²

Foi a partir da menção de Mosquito à CEASA de Londrina que despertei para a existência de outras centrais no país e procurei perceber a rede de centrais de abastecimentos que estava sendo criada pelos governos militares no Brasil. Nessa linha, deparei-me com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementado em 1971, que indicava metas para que o país deixasse de ser a nona economia do mundo e passasse ser a oitava em 1974; assim como indicava a premência da elevação do produto interno bruto do país com o desenvolvimento de diversos setores da economia: a pesca, a indústria, o comércio e a agricultura. No processo, a agricultura seria incentivada na direção da agricultura de exportação, conforme podemos

¹² SILVA, Valdair Francisco da. Natural de Abadia dos Dourados (Minas Gerais). Entrevista realizada na residência do entrevistado, no bairro Presidente Roosevelt, no dia 19 de agosto de 2013.

perceber pelo estabelecido na Lei 5.727, de 1971, sancionada pelo Presidente Emilio Garrastazu Médici:

... Na região Centro-Sul: desenvolver agricultura moderna, de base empresarial, que alcance condições de competitividade internacional em todos os principais produtos, até mesmo o trigo e outros, cujas importações só recentemente pôde o País substituir...¹³

Em termos da organização de produtos agrícolas e da distribuição de alimentos, na década de 1960 a experiência de centralização de escoamento de produtos agrícolas existia apenas nas cidades de São Paulo e Recife. A primeira central de abastecimento foi criada no Nordeste do Brasil, em Recife, de acordo com o estudo “Breve histórico do Sistema de CEASAs no Brasil”¹⁴, de Ivens Roberto de Araújo Mourão e Rogério Colombini, baseado no livro de Lindolfo Faria, “CEASA Pernambuco”¹⁵, que, por sua vez, descreve a iniciativa de criação um sistema de abastecimento no final da década de 1950 e durante a década de 1960, por meio da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)¹⁶.

Na década de 1950, o governo federal organizou um grupo de estudos para visitar a França e aprender a metodologia francesa de criação de centrais de abastecimento. Lindolfo Farias integrou esse grupo e, com suas informações, se decidiu implementar uma central de abastecimento em Pernambuco e se desenvolveu uma experiência na cidade do Rio de Janeiro. As tentativas se concretizaram quando a SUDENE foi criada, em 1959, sob a direção de Celso Furtado, que contratou técnicos franceses para realizar

¹³ BRASIL. Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>>. Acesso em 12 jul. 2013.

¹⁴ MOURÃO, Ivens Roberto de Araújo; COLOMBINI, Rogério. *Manual I*. Breve histórico do Sistema de CEASAs no Brasil (1960-2007). In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Gestões de Estoques (DIGES); Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SUPAB); Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (GEHOR); Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHO); PNUD/CONAB BRA 03/034. Brasília: 2008.

¹⁵ FARIAS, Lindalvo. CEASA Pernambuco.

¹⁶ SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Criada em 15 de dezembro de 1959, foi projetada para que o Estado pudesse intervir no desenvolvimento da região Nordeste.

estudos para implementação das centrais em todo o Nordeste. E, em 1961, criou-se a Central de Abastecimento Pernambuco (CAPESA).

A partir da década de 1970, observaremos grande esforço do governo para criar e interligar sistemicamente o conjunto de aparelhos de escoamento de produtos agrícolas. No segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, II PND, tornou-se mais nítida a atuação do governo federal, que trazia metas para os anos entre 1975 e 1979, quando observarmos a atenção para com as CEASAs, que passariam a receber investimentos para a construção de novas unidades e passar de 12 (doze) unidades para 22 (vinte e duas), com uma expectativa de aumento de 83% (oitenta e três por cento).

A estrutura de equipamentos de escoamento da produção iniciada em 1972 chegou à década de 1980 com 21 (vinte e uma) centrais de abastecimentos:

34 (trinta e quatro) mercados atacadistas, 25 (vinte e cinco) mercados expedidores rurais, e 135 (cento e trinta e cinco) equipamentos varejistas representados por 8 (oito) mercados, 4 (quatro) feiras cobertas, 54 (cinquenta e quatro) sacolões e 44 (quarenta e quatro) varejões¹⁷.

Essa estrutura passou a ser coordenada por um mecanismo central, criado pelo governo federal, conhecido como SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), segundo o economista Carmo Rubilota Zeitune, diretor técnico operacional da CEASA do Espírito Santo, em trabalho escrito¹⁸ para o *Manual operacional das CEASAs do Brasil*¹⁹, publicado em 2011 pela Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento²⁰.

¹⁷ ZEITUNE, Carmo Rubilota. Conceitos das CEASAs. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira das Centrais de Abastecimento. *Manual operacional das CEASAs do Brasil*. Belo Horizonte: AD2, 2011. p. 10-15.

¹⁸ Id. *ibid*.

¹⁹ O Manual Operacional das CEASAs do Brasil, de 2011, segundo João Alberto Paixão Lages Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) e da CEASA-Minas, foi elaborado como “resultado do trabalho competente de técnicos e acadêmicos que se debruçaram sobre alguns dos aspectos operacionais mais relevantes. São temas fundamentais, cuja aplicação, a bem da verdade, já deveria fazer parte do dia-a-dia de nossas CEASAs. Mas estamos no caminho certo e acreditamos que a atual coletânea de textos traduz de modo eficaz as normas e práticas necessárias para alcançarmos a excelência...”. Na organização do manual, percebemos um esforço da gestão da CEASA para retornar ao sistema integrado semelhante ao que o SINAC desempenhou nos anos 1970. É um novo processo de integração iniciado em 2005. O manual traz em grande parte a história e a importância do SINAC para o

Ao mesmo tempo, pela descrição da estrutura, podemos perceber a exigência de equipamentos de diferentes naturezas: mercados atacadistas, mercados expedidores rurais, equipamentos varejistas (mercados), feiras, cobertas, varejões e sacolões.

Os sacolões faziam parte dos mecanismos varejistas (mercados, feiras coberta e varejões) que tinham como principal função atender diretamente a população com produtos agrícolas e perecíveis. E todos esses equipamentos tinham o investimento do governo em estrutura, e, embora os permissionários tenham tido que se submeter à padronização e ao controle dos preços das mercadorias estabelecidos pelo governo, gradativamente passaram a ganhar força por todo o país. Um estudo produzido em 1987 por Ivan Moreira da Silva, por solicitação da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), dedica-se a relatar a “experiência brasileira na operacionalização de sacolões” no âmbito do SINAC:

A par do avanço das grandes redes de supermercados no Brasil, a partir da década de 50 e da importância que ainda hoje ostenta os equipamentos tradicionais de distribuição varejista de alimentos como as feiras livres, mercados públicos, mercearias, empórios, quitandas, entre outros, no início dos anos 70 começou a despontar no país, mais precisamente no Estado de Minas Gerais, um sistema de vendas que se não chegou a ser revolucionário, mas teve força suficiente para projetar-se por todo o território nacional.

Tal sistema de vendas, caracterizado principalmente pela negociação de uma “mix” de produtos por um preço único, veio a receber no Brasil a denominação de Sacolão.²¹

desenvolvimento das centrais de abastecimentos. Dentre os técnicos que assinam os textos, estão: Carmo Rubilota Zeitune, Ivens Roberto de Araújo Mourão, José Sérgio Baima Magalhães, Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha, Enio de Paula Rosa, Wilson Guide da Veiga Júnior, Tarcísio Silva, André Caixeta Colen, Ronan Siuves Ferreira, Eduardo Valério de Barros Vilas Boas, Joaquim Oscar Alvarenga, Gustavo Costa de Almeida, Rita de Fátima Alves Luengo, Regina Célia Nazar Fialho, Heroniton dos Santos Siva, Clarice Santos Maciel, José Bismarck Campos, Fabiana Maria da Costa, José Lourenço Pechtoll, Sérgio Aparecido Rodrigues Pereira, Ana Lúcia Pucharelli e Newton Araújo Silva Júnior.

²⁰ A Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) foi criada em 1987 para substituir o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), construído em 1972 para criar uma lógica sistêmica através de padrões de funcionamento para as centrais de abastecimento.

²¹ SILVA, Ivan Moreira da. *A experiência brasileira na operacionalização de sacolões*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Gestões de Estoques (DIGES); Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SUPAB); PNUD/CONAB BRA 03/034, 1987. Trabalho resgatado da época do SINAC. p. 4.

As definições do autor caracterizam os sacolões, construídos principalmente em Minas Gerais, como um sistema de venda a varejo com preço único. A ideia de levar uma variedade de produtos agrícolas a preço acessível à população ganhou grande apoio do governo federal frente à crise alimentar que o país enfrentava no final dos anos 1970. Em vista disso, os alimentos passaram a ser vistos pelos grupos hegemônicos também como dispositivos de controle social²², e, como podemos ver no mesmo estudo, naquele período, o governo passou a disponibilizar recursos para desenvolver os equipamentos de varejo:

... Desta forma, os Sacolões, que tiveram o seu início por volta de 1971 em Minas Gerais, com especial avanço na região da Grande Belo Horizonte, a partir dos primeiros anos da década de 80 passaram a receber também do poder público, inclusive da administração das Centrais de Abastecimento, uma maior valorização e impulso em nível nacional, constituindo-se, assim, num programa de excelente aceitação popular...²³

Como relata o autor, os investimentos governamentais tinham o intuito de controlar a população com baixo poder aquisitivo das periferias:

... Esta grande aceitação popular estava expressa no forte apelo de venda que contém os Sacolões, por se tratar de um sistema que sem sombra de dúvidas oferece aos consumidores algumas vantagens comparativas, tais como, preço e quantidade, podendo ser beneficiadas, além das populações dos grandes centros consumidores, também aquelas das periferias e de mais baixo poder aquisitivo...²⁴

Por outro lado, o estudo também indica que os sacolões criados pela CEASA, principalmente em Minas Gerais, são conduzidos por iniciativa privada de comerciantes que, a pretexto do fornecimento de alimentos a preços acessíveis para a população, se utilizam dos locais de abastecimentos para a diversificação de suas fontes de lucros:

²² No jornal Correio de Uberlândia, em 1977, Luiz Cappi, especialista em agronomia, alerta para a função dos alimentos como controladores sociais, como veremos no próximo capítulo desta dissertação.

²³ SILVA, Ivan Moreira da. A experiência brasileira na operacionalização de sacolões. Op. cit. p. 4.

²⁴ Id. ibid. p. 4.

É importante chamar a atenção para o fato de que os Sacolões são operacionalizados por um agente da própria iniciativa privada e que, no caso específico de Minas Gerais, inicialmente boa parte dos agentes originou-se de ex-atacadistas da CEASA/MG, que direcionaram a sua atuação daquele segmento para especialização no segmento varejista²⁵.

Em Uberlândia, na inauguração do entreposto da CEASA, em 1978, organizou-se uma série de estímulos para convencer a população a adotar a central de abastecimento como espaço de compra de alimentos: as donas de casas foram convocadas a comprar produtos a preços menores; criou-se o Varejão da CEASA aos sábados, com preços ainda mais baratos; e a prefeitura decidiu ceder transporte público para as pessoas terem acesso ao local da central no dia do Varejão. No dia 24 de outubro de 1978, o jornal *Correio de Uberlândia* publicou reportagem sobre o Varejão do sábado na CEASA²⁶:



Imagem 1
Fotografia do Varejão da CEASA de Uberlândia.
Jornal Correio de Uberlândia, 24 out. 1978.

²⁵ Id. *ibid.* p. 5.

²⁶ NA INAUGURAÇÃO da CEASA Prefeito Galassi anunciou a sua ampliação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 21 out. 1978.

De acordo com o que informa a legenda da fotografia, a CEASA teria a supervisão desse equipamento com interesses do governo federal para controlar o preço dos alimentos. Esse controle de preços consistiria num mecanismo de controle social, ao mesmo tempo em que também se configurava enquanto estímulo à iniciativa privada, uma vez que a comercialização ficaria a cargo de comerciantes da cidade, como podemos verificar no texto de Ivan Moreira da Silva:

...Na verdade, as Centrais de Abastecimento brasileiras que não compravam e nem vendiam, como ainda hoje não o fazem, vieram a administrar e supervisionar o programa, cabendo a responsabilidade pela operacionalização dos Sacolões a comerciantes previamente selecionados de acordo com requisitos que serão abordados mais adiante...²⁷

Organizava-se um duplo movimento de garantia da economia na área da produção e comercialização de alimentos em sacolões em áreas da CEASA: o estímulo à iniciativa privada com garantia de espaço e sobrevivência aos comerciantes e o controle de preços por parte do SINAC, que exercia uma grande pressão sobre os comerciantes:

... no tocante aos Sacolões administrados pelas demais Centrais de Abastecimento componentes do SINAC, o vínculo entre o comerciante e a administração central era bem maior (hoje já está mais afrouxado), a começar pela escolha do comerciante, que devia passar pelo “crivo” de uma seleção. Outro aspecto que de uma certa forma tirava a autonomia do comerciante, era aquele relacionado com o preço único por quilograma dos produtos que compunham a linha básica do Sacolão, o qual não podia ser determinado ao bel prazer do proprietário do estabelecimento.²⁸

Um dos objetivos a serem alcançados era o acesso aos alimentos em tempos de carestia. Por isso, que, mesmo após conseguir controlar os comerciantes no sentido de venderem com preços menores, os envolvidos na estrutura do SINAC teriam também que cuidar de divulgar a iniciativa dos

²⁷ SILVA, Ivan Moreira da. A experiência brasileira na operacionalização de sacolões. Op. cit. p. 6.

²⁸ Id. ibid. p. 7.

sacolões nos meios de comunicações. Várias medidas foram tomadas para a notícia chegar às populações mais pobres:

Devem também ser tomadas medidas de impacto, através de veículos de divulgação (rádio, imprensa e televisão) e, até mesmo, se possível for, utilizar alto falantes disseminados pelos bairros periféricos.²⁹

De modo a conduzir os investimentos no setor, o Estado instituiu o Decreto de 11 de maio de 1972³⁰, com a criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimentos (SINAC), estrutura burocrática que passaria administrar os equipamentos e organizar o escoamento de produtos agrícolas. De acordo com o Decreto, o SINAC seria responsável pela integração sistêmica do modo operacional e administrativo, organizando a área administrava, integrando todas as centrais, organizando os estatutos e buscando padronizar a gestão com metas de redução dos preços e melhora no escoamento da produção agrícola, como se vê em seu artigo terceiro:

... Art 3º As Centrais de Abastecimentos e Mercados Satélites ficarão submetidos ao controle do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – SINAC, a quem compete definir-lhes a estrutura operacional e administrava as suas atribuições e condições de funcionamento, bem como estabelecer as normas a serem observadas nos atos de sua constituição e nos seus estatutos tendo em vista a extensão e o interesse nacional do programa...³¹

As centrais de abastecimento que seriam controladas por um sistema integrado eram locais de comercialização de hortifrutigranjeiros e outros perecíveis, onde os produtores agrícolas escoavam seus produtos, por vezes direto para o consumidor. Com a organização sistêmica, haverá a reestruturação das centrais dentro de uma perspectiva de sanear o perímetro urbano onde se localizava inicialmente boa parte da distribuição de alimentos:

²⁹ Id. ibid. p. 11.

³⁰ BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informações. Decreto n. 70.502, de 11 de maio de 1972. Regulamenta o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento a que se refere a Lei n. 5.727, de 4 de novembro 1971. Brasília: DOU, 11 maio 1972. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=121165>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

³¹ Id. ibid.

nos centros das cidades, em mercados municipais. No mesmo Decreto de 1972, em seu artigo primeiro, podemos ver a descrição do programa:

Art. 1º As Centrais de Abastecimento e os Mercados Satélites, programados pelo Governo Federal, programados a comercializar e distribuir produtos hortifrutigranjeiros, pescados e outros perecíveis, passam a construir o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – SINAC...³²

Ainda de acordo com o mesmo decreto, na esfera do SINAC, criando-se as normas para as centrais de abastecimento, será criado um órgão com a função de pensar os projetos das centrais para a especificidade de cada região, estado e município. Criou-se um órgão normativo, o Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento (GEMAB) e um órgão gestor, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)³³:

... Art. 9º Os projetos regionais, estaduais e municipais, relacionados com o assunto pertinente a área do abastecimento de gêneros alimentícios comercializados nas Centrais, serão objeto de estudo pelo Grupo Executivo de modernização do Sistema Nacional de Centrais de abastecimento...³⁴

A tarefa de reestruturar os espaços urbanos para a elaboração das novas estruturas onde haveria as áreas de comercialização de produtos agrícolas e perecíveis ficará a cargo da COBAL, gestora do programa que fornecerá recursos técnicos, administrativos e financeiros, como fica explícito no artigo quarto do Decreto de 1972:

Art. 4º A Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, atendendo ao disposto no artigo 2º da Lei Delegada nº 6 de 26 de setembro de 1962, combinado com o artigo 1º do Decreto nº 66.332, de 17 de março de 1970 é o instrumento de gestão do Sistema Nacional de

³² Id. *ibid.*

³³ BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informações. Decreto n. 70.502, de 11 de maio de 1972. Regulamenta o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento a que se refere a Lei n. 5.727, de 4 de novembro 1971. Brasília: DOU, 11 maio 1972. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=121165>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

³⁴ Id. *ibid.*

Centrais de Abastecimento – SINAC, com participação societária do capital da entidades vinculadas...³⁵

Nesta perspectiva, as centrais de abastecimentos estavam sendo organizadas por uma burocracia centralizada que regulamentava que as principais funções do SINAC seriam reduzir os preços dos alimentos e reorganizar os espaços urbanos com o controle do fluxo de pessoas onde havia a comercialização dos produtos agrícolas. Segundo o Decreto, seus objetivos seriam:

- reduzir custos de comercialização (perdas, mão de obra, embalagens, fretes);
- reduzir custos das organizações (economia de escala);
- melhorar os produtos e serviços de classificação e padronização;
- propiciar condições operacionais para a coleta, análise e divulgação de informações de mercado desenvolvidas pelo Sima – Serviço de Informação do Mercado Agrícola, do Ministério da Agricultura;
- reduzir os custos para o varejo e estimular os supermercados;
- reduzir a flutuação da oferta de produtos;
- aperfeiçoar o mecanismo de formação de preços e elevar o nível de renda das empresas agrícolas; e
- eliminar problemas urbanísticos causados pela comercialização atacadista em lugares inadequados.³⁶

Em vista desses objetivos, de acordo com Ronan Siuves Ferreira, físico e engenheiro industrial eletricitista do Departamento de Engenharia e Infra-estruturadora da CEASA Minas, responsável pelo texto sobre Logística Física do *Manual operacional das CEASAs do Brasil*, seria preciso uma nova organização dos centros das cidades, com o deslocamento dos locais de comercialização para locais afastados dos centros urbanos e conseqüentemente com o deslocamento das pessoas envolvidas com o abastecimento:

Já no fim dos anos 1960, um dos graves problemas enfrentados pelo comércio atacadista, que acontecia nas ruas, era o grande movimento de veículos. Isso, além de outros fatores já vistos em (...), foi motivação para criação das centrais de abastecimento, naquela

³⁵ Id. *ibid.*

³⁶ Id. *ibid.*

época, afastadas dos grandes centros urbanos. Naturalmente, o arruamento, pavimentação e capeamento asfáltico, sinalizações, distância entre pavilhões, etc. foram concebidos segundo a realidade da época.³⁷

Com a criação das centrais de abastecimento e sua organização, passou-se a se organizar, de igual modo, uma rede de justificativas técnicas para a regulamentação, a organização e a padronização dos ambientes de comercialização de gêneros agrícolas nas cidades e das pessoas que participavam desse processo, como acompanhamos no trabalho de Ronan Siuves Ferreira a respeito da criação do SINAC:

Logo após a criação das CEASAs, surge, então, em 1972, o Sistema Nacional das Centrais de Abastecimento (hoje parcialmente suprido pela Abracen) com o objetivo de reduzir custos de comercialização, organização e ainda melhorar os produtos e serviços de classificação e padronização. Para se cumprir esses objetivos, é necessário então que as CEASAs não funcionem tão somente como entrepostos. Há necessidade de um regulamento de mercado capaz de assegurar o mínimo de padronização e classificação que só poderia ser obtida em um ambiente controlado, diferente do modelo anterior onde a comercialização era realizada como feiras em áreas urbanas.³⁸

Os técnicos que escrevem sobre a criação das CEASAs pensam a sua importância no que tange à padronização, que representaria o saneamento dos espaços públicos. É possível percebermos, dessa maneira, uma perspectiva de organização de espaço público com o sentido positivista de ordenar e classificar para ter o controle destes espaços.

Traçava-se uma linha de planejamento urbano, em termos de logística e também em termos de organização política da convivência entre os grupos sociais nas cidades. E, nessa linha, as feiras livres passavam a ser classificadas enquanto espaços perigosos, pois não se encaixavam na padronização que essa perspectiva de desenvolvimento das cidades trazia: sanear seria símbolo do progresso. Essa procura por padrões de controle dos espaços públicos conduz a pensar em um sentido mais abrangente e social

³⁷ FERREIRA, Ronan Siuves. Logística Física. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira das Centrais de Abastecimento. *Manual operacional das CEASAs do Brasil*. Op. cit. p.81.

³⁸ Id. *ibid*.

dessa perspectiva de saneamento, que alcançasse as pessoas que frequentavam esses lugares, que talvez precisassem de limites ou estivessem exercendo pressões; e que justificariam o deslocamento dos locais de comércio de alimentos nas cidades, com o investimento de 200 milhões de dólares³⁹ em dez anos para a criação de tantas centrais de abastecimentos em todo o país.

Além disso, com o levantamento das evidências em torno dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo, fica nítido que nem todos que participavam da comercialização aceitavam as normas criadas pelos GEMAB, conforme foi demonstrado na reunião dirigentes de CEASAs realizada em Brasília nos dias 27 e 28 de novembro de 1983 e que contou com cerca de 40 participantes⁴⁰. O documento de conclusões desse encontro traz uma reflexão sobre o papel das centrais de abastecimento no Brasil. Dentre as questões levantadas como dificuldades enfrentadas pelas administrações das centrais, ao longo dos primeiros anos de operação das CEASAs, apontou-se a resistência de pequenos comerciantes à padronização do SINAC, que resultava numa queda da receita de arrecadação das centrais devido ao surgimento de um “mercado paralelo”. Durante a reunião, os dirigentes solicitaram que os governos estaduais e municipais tomassem medidas coercitivas contra os que não aceitavam as normas criadas pelo GEMAB e colocadas em prática pelo SINAC, como se vê no trecho abaixo:

Articular no sentido de buscar uma decisão acima de tudo política dos governos estaduais e municipais, visando minimizar e/ou desativar o comércio paralelo. Para tanto, rever, inclusive, a legislação existente sobre o assunto (perímetros de proteção, Decretos municipais, etc) e sua questionável aplicabilidade prática nos dias atuais. Articular também com as Prefeituras no sentido de dificultar o desenvolvimento do comércio paralelo, através da adoção de medidas que dificultem

³⁹ Os dados de investimentos realizados pelo governo federal estão no artigo: Os dados de investimentos realizados pelo governo federal estão no artigo: BARRETO JUNIOR, Diomedes. Análise crítica do desempenho das centrais de abastecimento – CEASAs. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*. Recife, v. 1, p. 20-26, 2004.

⁴⁰ Na reunião com os quarenta dirigentes ocorrida em novembro de 1983, em Brasília, as explanações conduzidas pela Vice-Presidência da COBAL trazem questionamentos sobre quem poderiam ser dirigentes das centrais de abastecimento. Segundo os presentes na reunião, os dirigentes deveriam ser nomeados pelos acionistas majoritários, levando em consideração as habilidades de técnicas dos gestores. No entanto expõem que o processo de nomeação para os cargos estavam sendo feitas da seguinte maneira: “presidente pelo estado e técnico-financeiro pela COBAL, quando na maioria das Empresas a COBAL é o acionista majoritário e deveria, portanto, indicar o Diretor Presidente”. Ainda segundo os presentes, o jogo de interesses na nomeação estava gerando a crise no sistema das centrais.

as tarefas dos atacadistas, tais como: reduzir e dificultar a circulação de veículos pesados pelas ruas da cidade, diminuir os horários de carga e descarga, dificultar a concessão de alvarás de funcionamento aos estabelecimentos atacadistas fora das CEASAs etc⁴¹.

A leitura desse relato de dificuldades e das proposições de medidas de combate ao “mercado paralelo” reclamadas pelos dirigentes das CEASAs em 1983, através da articulação com os governos municipais, estaduais e federal, quando correlacionada com a leitura de outras evidências a respeito do processo de implantação das CEASAs, propiciou a essa pesquisa a constatação de que tais medidas já estavam sendo postas em prática.

É preciso considerar o processo de modo amplo: para se construir uma central de abastecimento, a cidade deveria passar por uma análise dos técnicos da CONAB. A instalação de uma nova central de abastecimento em determinada cidade, em local distante de seu centro comercial urbano tradicional, num primeiro plano, teria a função de deslocar o fluxo de veículos e desafogar o centro da cidade. Ao mesmo tempo percebeu-se que, com esta medida de higienizar e controlar o fluxo de veículos ordenando o centro da cidade, também se tornou possível combater a “concorrência” dos ambulantes e pequenos produtores que formavam o chamado “mercado paralelo” no comércio de alimentos no âmbito dos mercados tradicionais, pois eram trabalhadores ambulantes, que deslocavam seus veículos e trabalhavam sem a licença de autorização concedida pelo município. Com a centralização num único local fechado, ficava mais prático para os municípios controlarem quem poderia comercializar, pois os comerciantes permissionários, em uma central de abastecimentos com estrutura administrativa mais rígida e centralizada, teriam de possuir características de submissão ao controle do sistema burocrático governamental.

Quem são os comerciantes que poderiam comercializar dentro das Centrais de Abastecimentos? Como podemos observar no estudo produzido

⁴¹ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Gestões de Estoques (DIGES); Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SUPAB); PNUD/CONAB BRA 03/034. *Condensação das conclusões levantadas no Encontro de Dirigentes de CEASAs*. Brasília: Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL); Vice-presidência (VIPRE); Departamento de Centrais de Abastecimento (DECEN), 27-28 nov. 1983, p. 8 e 9. Trabalho resgatado da época do SINAC.

em 1987 por Ivan Moreira da Silva, mencionado anteriormente, sobre a “experiência brasileira na operacionalização de sacolões” no âmbito do SINAC, haviam sido elencadas como critérios para a seleção desses comerciantes as seguintes características:

- Tradição no ramo de venda de produtos hortigranjeiros;
- Estrutura organizacional adequada às grandes responsabilidades que recairão sobre o selecionado, que deverá adquirir e comercializar grandes lotes de produtos com agilidade e racionalização de custos;
- Gozar de bom conceito entre a comunidade comercial;
- Dispor de potencial de compras e liquidez junto aos seus fornecedores (produtos, atacadistas, cooperativas, etc.);
- E, entre outros requisitos, possuir tendência comprovada a **aceitar as orientações emanadas das administrações** das Centrais de Abastecimento.⁴² [Grifo meu]

Contudo, de acordo com o que vimos no documento de conclusão do encontro de dirigentes da CEASA, em 1983, mesmo após a centralização do comércio de gêneros agrícolas, os comerciantes ambulantes continuavam a vender livremente em seus caminhões.

Em Uberlândia, que criou sua central de abastecimentos em 1978, o jornal Correio de Uberlândia já trazia reclamações sobre a utilização de veículos pesados para realizar o comércio na avenida Getúlio Vargas e em suas imediações, região privilegiada da cidade e onde se localizava o tradicional Mercado Municipal. Antes, porém, de se operar o deslocamento do comércio de alimentos, para a nova central em 1978, realizou-se uma primeira transferência das atividades de comércio de gêneros alimentícios, para a área da Feira de Exposições da cidade.

Para além de resolver o problema do tráfego de caminhões no centro, a escolha do espaço da Feira de Exposições como o novo local de comércio de alimentos se justificava com o fato de ser um local fechado onde se poderia ter maior controle dos comerciantes que tinham alvarás de funcionamentos concedidos pela prefeitura. Identificamos indícios dessa prática coercitiva em notícia publicada no jornal Correio de Uberlândia de 13 de outubro de 1977:

⁴² SILVA, Ivan Moreira da. A experiência brasileira na operacionalização de sacolões. Op. cit.

... Disse-nos o Assessor da CEASA – MG, que um trabalho vem sendo feito junto aos proprietários dos caminhões da Getúlio Vargas, que estão recebendo todos esclarecimentos sobre a transferências para a Exposição e que findo o prazo que ser determinado, os que não quiserem mudar, terão suas licenças recolhidas e não poderão participar desse comércio ligado a produtos hortifrutigranjeiros...”⁴³

Entendemos que o dinheiro público investido nas CEASAs destinava-se a atender grupos sociais hegemônicos, aqui representados por grandes comerciantes que buscavam controlar o mercado atacadista de gêneros agrícolas. Uma das hipóteses levantadas na pesquisa para a resistência dos ambulantes estaria no fato de não conseguirem condições de concorrência nas licitações, porque, após a centralização, a licença para esse comércio passou a ser obtida somente mediante licitação.

Em fotografias datadas da década de 1990 e arquivadas no acervo da Central de Abastecimentos de Uberlândia, percebemos que o receio dos ambulantes tinha fundamento, visto que nas imagens é possível perceber que já se tinha organizado a estrutura dos comerciantes licenciados, com a presença maciça de grandes monopólios comerciais que dominam a estrutura pública, a partir das placas de identificação dos “boxes”:

⁴³ MEDIDAS preliminares para tirar os caminhões da Getúlio Vargas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 out.1977.



Imagem 2
Fotografia dos “boxes” da CEASA de Uberlândia.
Acervo da CEASA, sem data.

Na prática, ao longo dos anos 1980 e com base nas medidas legais de organização da permissão para a venda de gêneros alimentícios, começaram a surgir monopólios comerciais cujas evidências conseguimos identificar em meio às ambiguidades da posição de dirigentes de CEASAs na reunião dirigentes de 1983.

Por um lado, aqueles dirigentes requeriam, junto aos governos municipais, estaduais e federal, medidas legais de coerção contra os concorrentes que seriam produtores que buscavam comercializar em outros pontos da cidade diretamente para a população; por outro lado, deixavam claro que os pequenos comerciantes dentro da CEASA pouco contribuíam para o desenvolvimento do mercado; e, ao mesmo tempo, denunciavam o surgimento de monopólios comerciais que precisavam ser combatidos. Observemos o seguinte trecho:

... implantação das CEASAs, de comerciantes estrutural e comercialmente fracos, agregando pouco serviço ao processo de comercialização hortícola... E, que haja uma ação rigorosa dos governos federal (através da COBAL) e estadual junto aos grupos que revelem comprovadas tendências monopolísticas nefastas. P.9

Apesar de as centrais de abastecimento se constituírem enquanto empresas de capital misto⁴⁴, os recursos públicos constituem-se em maior parte desse capital com o que é financiado pela COBAL. A articulação de grupos que estavam se beneficiando com a estrutura que o dinheiro público construiu poderia ser caracterizada como uma aparente incoerência quando o SINAC foi criado e posto como prioridade no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1972, com a missão de organizar e padronizar a administração das CEASAs a partir das normativas desenvolvidas pelo GEMAB. Em diversos documentos enunciava-se que o primeiro objetivo do Sistema seria a redução dos preços para garantir acesso da população aos alimentos. Contudo, após aproximadamente uma década de criação das centrais, percebemos a criação de um monopólio comercial articulando-se a um intenso combate aos pequenos concorrentes no cenário propício para o aumento de preços dos gêneros agrícolas.

Com a criação das centrais de abastecimento, vemos estabelecer-se um critério liberal para a definição do comerciante de gêneros alimentícios nas cidades, com a exigência de concorrência em licitação pública. Ao mesmo tempo, também vemos a permanência de um critério patrimonialista no tocante à escolha dos administradores de CEASA. Outro importante problema evidenciado pelo documento de conclusões dos dirigentes, em 1983, é o diagnóstico sobre os ocupantes de cargos de dirigentes das centrais, com a denúncia do fato de os cargos serem distribuídos segundo o critério de indicação de nomes influentes, em lugar do critério de qualificação técnica:

Ingressos nas Empresas CEASAs de dirigentes despreparados, uma vez que não lhes são cobrados um perfil de administrador capaz de preencher os reais objetivos da Empresa.
Crise de autoridade nas Diretorias das CEASAs, por força da forma como são indicados os seus Diretores

⁴⁴ As centrais de abastecimento eram empresas estatais de capital misto e os investimentos seriam realizados pela CONAB, conforme o Decreto n. 72.502: “Art.4 A Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, atendendo ao disposto no artigo 2º da Lei Delegada nº 6 de 26 de setembro de 1962, combinado com o artigo 1º do Decreto nº 66.332, de 17 de março de 1970 é o instrumento de gestão do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – SINAC, com participação societária do capital das entidades vinculadas...”. Ver: BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informações. Decreto n. 70.502, de 11 de maio de 1972. Op. cit.

(Presidente pelo Estado e Técnico-Financeiro pela COBAL, quando na maioria das Empresas a COBAL é o acionista majoritário e deveria, portanto, indicar o Diretor Presidente).⁴⁵

Mas, se o documento de 1983 elenca o fato dos dirigentes não serem indicados por suas qualificações técnicas como obstáculo para as centrais terem atingido seus “reais objetivos” ao longo da década de 1970, precisamos seguir mais adiante na indagação sobre a realidade desses objetivos. De acordo com o artigo “Antigos e novos papéis das centrais de abastecimento brasileiras”, esses objetivos extrapolam a organização das relações comerciais de compra e venda:

O SINAC objetivava estabelecer um sistema que não era definido exclusivamente pelas relações comerciais de compra e venda, mas um sistema complexo de relações baseadas em fluxos de informações e padrões tecnológicos, cuja emissão de ordens do sistema partiria de um organismo central, um grupo interministerial (GEMAB), tendo como órgão executivo uma empresa federal (a COBAL), coacionista das centrais de abastecimento, agentes operacionais do sistema.⁴⁶

O autor do artigo, Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha, engenheiro agrônomo e economista, consultor do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT/PNUD), traz que o objetivo para a criação das centrais de abastecimento brasileiras seria a instituição de uma rede de informações ligada diretamente a uma central coordenada pelo governo federal, para transmissão e padronização das relações envolvidas com o abastecimento das cidades. Segundo Almeida Cunha, o governo militar se empenhou para desenvolver as centrais de abastecimentos de fato com o propósito de privilegiar os grandes investimentos de intervenções:

⁴⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Gestões de Estoques (DIGES); Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SUPAB); PNUD/CONAB BRA 03/034. Condensação das conclusões levantadas no Encontro de Dirigentes de CEASAS. Condensação das conclusões levantadas no Encontro de Dirigentes de CEASAS. Op. cit.

⁴⁶ CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida. Antigos e novos papéis das centrais de abastecimento brasileiras. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira das Centrais de Abastecimento. *Manual operacional das CEASAs do Brasil*. Op. cit., p. 36-45.

O governo central optou por grandes investimentos e intervenções simultâneas na organização e capacitação rural, na implantação de infraestrutura atacadista e capacitação de seus operadores, na intervenção no varejo e na criação de fluxos tecnológicos e de conhecimento entre os agentes.

A relação das “vantagens” esperadas da implantação do SINAC (relacionadas nos estudos básicos da implantação) aponta ganhos sistêmicos de coordenação, advindos de capacitação tecnológica e organizacional, melhor inserção no ambiente organizacional, redução da assimetria informacional, além do esforço na redução dos custos de produção e aumento da renda agrícola para os produtores⁴⁷

O objetivo dos investimentos do governo federal na ditadura militar, pois, seria controlar os preços dos alimentos e padronizar o perímetro urbano das cidades onde existiu a intervenção ao longo de toda a década de 1970 e no início da década de 1980, como pode ser visto no mapa.

Mas, seguindo ainda a linha da indagação acerca dos objetivos da criação das centrais de abastecimentos, podemos insistir: quais eram os objetivos que não estavam claros? Para conseguir entender um pouco mais a conjuntura social que levou à criação das centrais de abastecimento seria preciso entender a maneira como a produção de alimentos, naquele período, estava afetando a vida das pessoas e onde estavam sendo decididos os investimentos.

1.2. A crise na produção de alimentos no Brasil em 1978

A criação da rede das centrais de abastecimento dirigidas pelo SINAC estava motivada por duas razões principais: a redução do preço dos alimentos e organização dos espaços urbanos. A busca de organizar ou padronizar as atividades trazia consequências para a vida social das cidades onde as centrais eram construídas, e, por isso, podemos pensar os motivos para que essas cidades estejam sendo escolhidas pelos órgãos ligados ao governo militar.

⁴⁷ Id. *ibid.* p. 87.

Nesta perspectiva, opero um deslocamento no modo de ver o objeto histórico, pois não pretendo partir da instituição, mas perceber a dialética histórica onde as pessoas precisam construir seus modos de vida, incluído aí a alimentação.

Em busca de garantir condições de sobrevivência e adquirir alimentos, os grupos pareciam entrar em embate, rompendo limites e sofrendo pressões, o conferia o acesso à alimentação um caráter de status social.

Ao analisar os dados referentes à produção de alimentos de uma sociedade em um determinado período, o pesquisador pode considerar uma perspectiva que atravesse o aspecto numérico, indo além da demonstração do desenvolvimento financeiro do local estudado. Quando passamos a olhar pela ótica da experiência, considerando alimentação, moradia, lazer, no campo das relações sociais, percebemos que o acesso às condições materiais de sobrevivência não é compartilhado de forma igualitária por todas as classes.

E. P. Thompson propicia essa reflexão quando aborda a dieta alimentar e o acesso à alimentação por parte dos trabalhadores britânicos a partir do consumo de certos alimentos importantes no contexto cultural durante a Revolução Industrial, como batata, trigo e carne. De acordo com o estudo do autor sobre as variações desse consumo em diferentes conjunturas e no contexto dos valores das classes trabalhadoras, seja em momentos de aumento, seja de redução da produção, nem todas as classes têm acesso a determinados alimentos da mesma maneira durante todo o tempo. Isto é, o acesso à alimentação está estreitamente relacionado com o embate entre as classes sociais, onde a aquisição de nutrientes se torna indício de status social e é condicionado por esse status. Percebemos este embate pela alimentação quando grupos hegemônicos se apropriam da riqueza produzida pelos trabalhadores, como podemos ver no segundo volume de *A formação da classe operária inglesa*:

... O aumento da área cultivada de batatas, durante as guerras, não pode ser atribuído exclusivamente à escassez de trigo: houve, sem dúvida, uma relativa insuficiência, mas o fator mais influente foi a distribuição desigual entre as diferentes classes da sociedade [...]. O trabalhador 'médio' permaneceu muito próximo a um nível de mera

subsistência, numa época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional, transparentemente gerada, em boa parte, pelo seu trabalho, um fruto que passava, por vias igualmente transparentes, para as mãos de seus patrões....⁴⁸

Na cidade de Uberlândia, em 1978, percebemos propagarem-se os dizeres sobre uma cidade pujante, em pleno progresso, onde o produto interno bruto aumentava ano após ano. Mas, quando deixamos de olhar somente para os números, podemos também perceber que os trabalhadores e seus filhos estavam lutando para adquirir o básico dos nutrientes para a sobrevivência. Podemos, portanto, olhar na perspectiva de que o ano de 1978 esteve marcado por uma crise alimentar provocada pela redução da produção de gêneros, ao mesmo tempo em que percebemos, através das crônicas publicadas no jornal Correio de Uberlândia, que a desigualdade no acesso às riquezas estava presente no acesso à alimentação. Por este motivo, o acesso aos alimentos tornava-se, também ali, um fator de status social: os grupos hegemônicos continuavam demonstrando que poderiam consumir tudo o que desejassem, mesmo com a crise, enquanto os trabalhadores que as crônicas qualificavam como “subempregados” eram levados à xepa ou à mendicância.

Articulamos isso à afirmação de que a CEASA deveria democratizar o acesso a alimentos baratos e de qualidade, mas, ao mesmo tempo, no entanto, gostaria de entender a conjuntura que antecipa a escolha da cidade de Uberlândia para construir uma central de abastecimento. Por um lado, por considerar que a experiência dos moradores de Uberlândia poderia ser compartilhada com moradores de outras cidades onde as demais centrais de abastecimento foram construídas na década de 1970; por outro lado, para contextualizar o objetivo de reduzir os preços dos alimentos, refletindo sobre os fatores que propiciavam o aumento de preços e como afetava a vida da população pobre.

O entrevistado Josimar, carregador da CEASA, pode nos ajudar a levantar e articular evidências por meio de sua narrativa, para que consigamos

⁴⁸ Ver: THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. *A formação da classe operaria inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Vol. 2. p. 180 e 184.

perceber a experiência dos trabalhadores nesse campo e como os embates sociais estavam contribuindo para o surgimento das CEASAs.

Durante a entrevista, o Senhor Josimar, ao ser questionado sobre os motivos que o levaram a trabalhar na CEASA, respondeu:

Entrevistado: Primeiramente, a precisão. Comecei aqui com onze anos de idade, hoje eu tenho quarenta e sete, entendeu. Trabalhei, primeiro, no depósito de melancia, de lá passei para cá.

Entrevistador: Mas lhe pergunto se poderia começar tão jovem.

Entrevistado: Naquela época, podia, não tinha essa lei de hoje, que menor não podia trabalhar. Hoje, tem. Mas, graças a Deus, não morri por causa disso, tô perfeito, **graças a Deus. O que consegui**, graças a Deus – minha casa para morar, meu **filho tá fazendo faculdade...** –, eu pago com o dinheiro daqui, entendeu. Não é bom, não, mais tá aí **meu carro**, dá pra mim ir pescar... meu outro filho tá encaminhado para fazer faculdade... Vou levando a vida como Deus quer.⁴⁹

Para se lembrar da época em que começou a trabalhar na CEASA de Uberlândia como carregador, o entrevistado organizou a memória conforme as condições materiais do presente, formando um mosaico através dos vários fragmentos do que vivenciou⁵⁰.

A narrativa sobre o trabalho na Central foi construída com a participação do pesquisador, pois a pergunta e a forma como foi feita contribuíram para que o entrevistado se lembrasse de sua infância, quando tinha onze anos, e de quando começou a trabalhar carregando caixas, em ambiente insalubre com o risco de acidentes. O relato sobre o trabalho na CEASA no final dos anos 1970 ressalta a necessidade que marcou a vida naquele momento em comparação com o tempo presente e a condição das crianças no momento de hoje, que não vivem a mesma condição de necessidade e podem estudar, por não

⁴⁹ SILVA NETO, Josimar (Apelido: João ou Joãozão). Entrevista realizada na Ceasa de Uberlândia, em 22 de fevereiro de 2013. Op. cit.. Grifos meus. As palavras foram sublinhadas com o intuito de trazer maior destaque para os pontos que serão analisados no trabalho.

⁵⁰ Raphael Samuel, em Teatros de memória, traz concepção de memória enquanto “uma força ativa, que molda; que é dinâmico – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra –, e que ela é dialeticamente ligada ao pensamento histórico. [...] “Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido [...], é condicionada pelo momento”; não podemos pensá-la como um negativo da história. SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*. Op. Cit.

trabalharem e por suas famílias possuírem os recursos financeiros para garantir essa nova condição, como demonstra a partir de seus próprios filhos.

No percurso da narrativa, algo causou inquietação, pois as condições relatadas pelo entrevistado acerca do trabalho que enfrentava aos onze anos de idade poderiam se tornar um terreno propício para que ele qualificasse o serviço como ruim. Mas Josimar lembrou como algo bom.

Contudo, o mesmo relato sobre o início da vida no trabalho em uma central de abastecimento de alimentos também estimulou a inquietação sobre as condições de vida de crianças pobres na cidade de Uberlândia; sobre a relação entre essas condições de vida e a carestia; e se a carestia afetava as crianças de todas as classes da mesma maneira.

Para acompanhar a linha de indagações abertas por minhas inquietações diante da narrativa do Senhor Josimar, tive que procurar outros registros que pudessem se articular às entrevistas, como a imprensa, por meio do jornal Correio de Uberlândia, que faz o papel da voz de Uberlândia, sendo o único jornal do ano de 1978 que teve a memória preservada no Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Ao longo do ano de 1978, despontam no jornal diversas matérias que lançam foco na direção das crianças de Uberlândia, isto é, das crianças pobres: *Triste face da pobreza; Menores voltam a perturbar nos estacionamento dos supermercados; Juizado de Menores toma providencias para evitar ação de menores; Menores maltrapilhos voltam a ter presença nos pátios de supermercado da cidade; Menores maltrapilhos voltam a esmolar nos bairros; Batalha da vida; Domingo de feira.*

De acordo com o que indicam os títulos elencados acima, essas matérias relacionaram as crianças a pobreza, fome, alimentação, mendicância e desordem na cidade⁵¹. Nas páginas do jornal Correio de Uberlândia, as

⁵¹ A questão das crianças em estado de miséria, tal como foi possível acompanhar nas páginas do jornal Correio de Uberlândia de 1978, continuará presente no século XXI, e, por vezes, segundo a historiadora Mariana Camin Samora, será visto pelas pessoas com espantosa naturalidade, deixando assim de pensar na dialética histórica que poderia levar a criar novas perspectivas para revolver os problemas de ordem social: “Nos últimos anos, me inquieta a espantosa naturalidade com que determinadas pessoas encaram os problemas de ordem social que, praticamente, rondam todas as cidades brasileiras. É, simplesmente, normal nos deparar com crianças, jovens, adultos e idosos, passando fome, sem ter onde dormir e morar,

crianças estão presentes em locais públicos e privados à procura de gêneros de primeira necessidade, alimentos.⁵²

Quem são os meninos pobres que, ao buscar alimentos, estão sendo caracterizados como “maltrapilhos” por aqueles que escrevem no jornal, e por que essas crianças precisam viver de caridade? Para entender um pouco mais a conjuntura que contribuía com que as famílias empobrecidas compusessem esse quadro, podemos percorrer o cenário social e econômico da época.

Para isto, a imprensa, com o próprio jornal Correio de Uberlândia, será de grande importância, pois, em suas páginas, a cidade de Uberlândia é construída como um exemplo de pujança econômica para o restante da região e do país, como se percebe em anúncio da Prefeitura Municipal publicado com destaque no dia 11 de agosto de 1978:

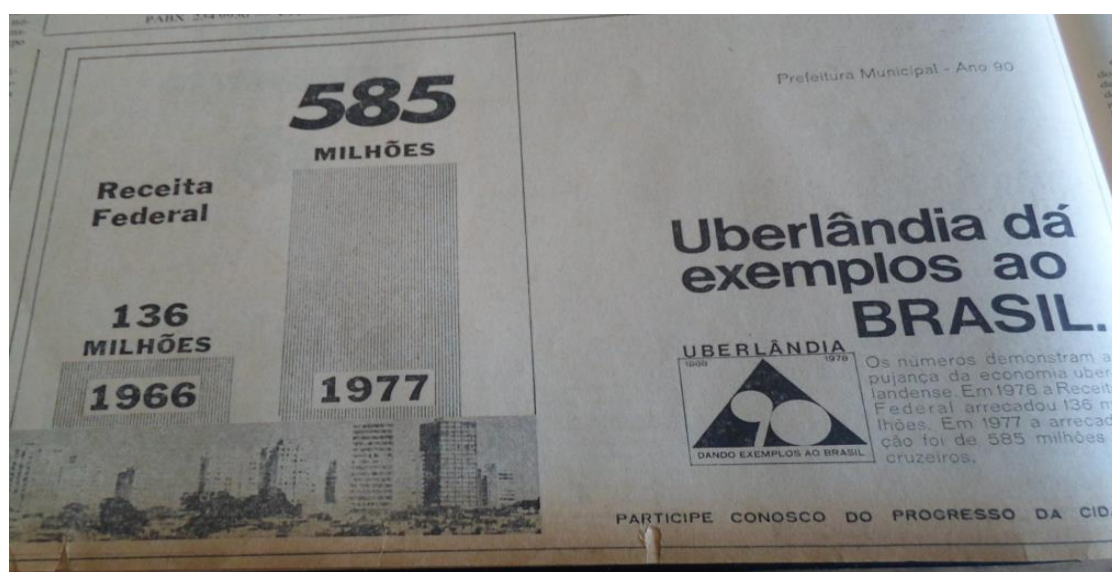


Imagem 3
“Uberlândia dá exemplo para o Brasil”.
Jornal Correio de Uberlândia, 11 ago. 1978.

pedindo dinheiro nos semáforos, roubando, matando, se marginalizando; enfim, tendo que se sujeitar a todo tipo de situação, às mais humilhantes e desagradáveis possíveis, para quem sabe assim garantir a própria sobrevivência.” SAMORA, Mariana Camin. “Uma cidade se faz de sonho”. Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem de Uberlândia/MG. 2000/2009. 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. p 110

⁵² As crianças estão vivenciando um estado de pobreza, que, segundo Augusto Monteiro, se define: “... São pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidade humanas elementares, como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde etc...” MOTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados* [online], São Paulo, v.17, maio/ago. 2003. p. 195.

O anúncio celebrava o desenvolvimento econômico da cidade de Uberlândia por meio dos dados de arrecadação da Receita Federal no ano de 1977, 585 milhões de cruzeiros, apresentados como prova da “pujança da economia uberlandense” quando comparados à arrecadação dos anos 1966 e 1976. Completavam a mensagem do anúncio: uma imagem de prédios que sinalizavam para a verticalização da cidade e simbolizavam sua riqueza; e um convite para a população “participar do progresso da cidade”.

Mas o jornal que anunciava a pujança econômica também permitia evidenciar que, apesar da riqueza simbolizada nos prédios, na cidade que estaria caminhando para o progresso, as desigualdades características do capitalismo se aprofundavam; enquanto parte dos moradores habitava os lugares de conforto na cidade, os trabalhadores viviam com a especulação imobiliária, como apontava a cronista Therezinha em texto publicado no *Correio de Uberlândia* no dia 20 de julho de 1978, intitulado “Batalha da vida”, poucos dias antes do anúncio da Prefeitura:

...Nota-se a construção de enormes prédios com apartamentos luxuosos, viadutos, casa de alto tratamento, e locações pela hora da morte!!!....⁵³

As palavras da cronista desenhavam uma cena que permitia perceber a desigualdade nas condições de moradia; e a desigualdade social estava presente também nas condições de acesso à alimentação, pois em outro momento identificamos evidências de uma crise econômica que afetava esse acesso na cidade, em razão do aumento dos preços dos alimentos:

O resultado desta subida de preços é se ir acostumando a comer com menos fartura. Meio quilo, ao invés de um. Depois, apenas duzentos de cinquenta gramas, e assim por diante... O próprio Seu Antônio, dono da Casa de Carnes Rodrigues, acha que futuramente era de conformar-se com o freguês que passa e olha somente, aspirando o inconfundível odor da carne outrora bem consumida...⁵⁴

⁵³ THEREZINHA. Batalha da vida. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 jul.1978.

⁵⁴ Id. *ibid.*.

Na reconstrução desse quadro de condições desiguais de acesso aos alimentos no ano de 1978, parti, então, em busca dos fatores que estavam contribuindo para inflacionar os preços. Segundo o ministro da Fazenda de naquele período, Mário Henrique Simonsen, a inflação não ultrapassaria o índice de 35% (trinta e cinco por cento) no ano de 1978⁵⁵; contudo, a conjuntura econômica não se restringia ao índice de inflação de modo isolado, porque se instalava, naquele momento, o que analistas apontaram como “crise na agricultura”.

De acordo com Clovis Júnior, colunista da revista *Uberlândia Ilustrada* e do *Jornal Correio de Uberlândia*, o cenário de crise se instalou pelo fato de o setor agrícola ter crescido apenas 4% (quatro por cento) no ano de 1977 devido à redução de investimentos do governo federal. Para o colunista, a postura do ministro Simonsen foi considerada como negligente e, por isso, levaria o partido do governo, a Arena, a perder o seu último apoio, que seria o setor agrícola. Para o autor, na medida em que enfrentava a crise mundial do petróleo, o governo deveria mudar os investimentos que estavam sendo direcionados para o setor da indústria e aumentar os investimentos na agricultura, pois a redução dos investimentos no setor agrícola atingiria principalmente a produção para o abastecimento do mercado interno, ou seja, a produção de gêneros alimentícios da cesta básica, como arroz, feijão e trigo. Este posicionamento de Clovis Júnior foi publicado pelo jornal *Correio de Uberlândia* em 06 de março de 1977:

... Não há como tapar o sol com a peneira. A estratégia do desaquecimento econômico pouco arrefeceu a produção de bens de consumo industrial, mas em compensação a restrição do crédito rural compensação a restrição do crédito rural é um fantasma que os agricultores não lograram exorcizar. Por isso, em vez de 7% de aumento na produtividade agrícola teremos um crescimento em torno de 4% índice minguido, aquém da necessidade de consumo interno

⁵⁵ “Uma inflação de 35% é o máximo que podemos admitir para este ano. O Ministro Mário Simonsen deixou bem claro desde o início do ano e estaremos todos de pleno acordo”. Mário Simonsen foi assessor informal do ministro Roberto Campos (1964-67), tendo importante contribuição na elaboração do plano decenal do governo Castello Branco; foi ministro da Fazenda no governo Ernesto Geisel (1974-78); e ministro do Planejamento no governo João Baptista Figueiredo, em 1979, durante cinco meses.

no estratégico e político setor dos cereais (arroz, feijão, milho e trigo)...⁵⁶

Podemos perceber que o autor comentava a redução do investimento nacional na agricultura como responsável pela redução na produção de alimentos que compõem a cesta básica. Ao mesmo tempo, quando paramos para observar os dados levantados pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção agrícola de 1978, verificamos a redução da produção de feijão e mandioca e o pouco aumento da produção de arroz, ao passo que se acusava um expressivo aumento na produção de soja, produto para exportação, demonstrando sintonia com a projeção feita pelos Planos de Desenvolvimento Nacional. Na tabela abaixo, seguem os dados levantados pelo o IBGE sobre 1978 referentes à produção agrícola brasileira:

Produção vegetal em área colhida (há)							
Período	Café	Algodão	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
1920	2.215.658	378.599	532.384	672.912	215.234	2.451.382	-
1950	2.465.450	2.037.413	2.163.653	2.363.631	995.220	5.311.799	-
1960	4.030.614	2.180.800	2.950.043	3.566.218	1.887.523	7.791.314	-
1970	1.635.666	1.485.280	4.312.134	4.081.950	1.728.670	10.670.188	2.185.832
1975	2.266.372	1.014.005	5.662.875	3.895.498	1.307.251	10.741.210	5.656.928
1980	2.449.225	1.044.457	5.712.072	4.361.467	1.159.260	10.338.592	7.783.706
1985	2.636.704	2.048.772	5.173.330	5.480.286	1.635.594	12.040.441	9.434.686

Tabela 2
Produção vegetal em área colhida no Brasil de 1920-1985.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O que podemos depreender é que a falta de alimentos vivida por parte da população brasileira na década de 1970 estava relacionada à política agrícola, que buscava subsidiar produtos para exportação, porque o processo de modernização da agricultura se deu pautada na concentração de terras, onde grupos de latifundiários se beneficiavam de recursos públicos, como aponta o estudo publicado por Odílio Sepulcri e Nilson de Paula, no artigo “A evolução da agricultura e seus reflexos na EMATER”:

⁵⁶ CLOVIS JÚNIOR. A agricultura e a crise. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 6 mar.1977.

Essa modernização foi denominada “dolorosa” por Graziano e modernização conservadora por vários autores, tendo em vista que o de reestruturação produtiva se deu sem a alteração da distribuição da posse terra em espaços agrários concentrados (Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país), especializados em atividades intensivas em capital (milho, laranja, avicultura, etc.) Com isso houve o favorecimento das grandes propriedades e a concentração da terra, sob o forte apoio do Estado, que se revelou sócioalmente seletivo...⁵⁷

Nas décadas de 1960 e 1970, o Estado fortaleceu a parceria econômica com os latifundiários que visavam manter uma agricultura para exportação, financiando máquinas e implementos agrícolas, como identificamos em indícios que despontam nas reportagens e também anúncios publicitários do jornal Correio de Uberlândia. No ano de 1978, o jornal tinha como um dos seus principais anunciantes a empresa Garinco, distribuidora de máquinas agrícolas, com o slogan “O melhor negócio para você. O Brasil está se tornando o celeiro do mundo...”. Por meio da publicidade, expressava-se uma parceria que permitia entrever mais um sinal de inserção social e econômica do jornal e suas articulações para construção e transmissão de valores ligados aos interesses do setor do agronegócio, espaço ao qual se destinava o maquinário anunciado:

⁵⁷ SEPUCRI, Odílio; PAULA, Nilson de. A evolução da agricultura e seus reflexos na EMATER. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/03_Evol_Agri_refl_Emater.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.



Imagem 4
“O melhor negócio para você”.
Jornal Correio de Uberlândia, 07 dez. 1978.

Na propaganda, também ousamos entrever a afinidade do governo federal com os diversos setores ligados à agricultura, pois, durante o ano de 1978, o jornal trazia, com frequência, imagens de tratores e colheitadeiras, apresentadas como equipamentos fundamentais para o Brasil se tornar o celeiro do mundo, no contexto da “industrialização da agricultura” como denomina Paulo Yoshio Kageyama⁵⁸. Segundo este autor, a “industrialização da agricultura” é um complexo que vai além da mecanização: constrói-se a necessidade dos agricultores comprarem insumos agrícolas de indústrias ligadas ao setor; fortalece-se a concentração da propriedade da terra por parte dos grupos ligados às elites rurais com o sistema de industrialização do campo; e também se fortalece a dinâmica de competição desigual. Odílio Sepulcri e Nilson de Paula assim descrevem a teoria de Kageyama:

⁵⁸ Paulo Yoshio Kageyama é engenheiro agrônomo e atua com conservação de ecossistemas tropicais, restauração de áreas degradadas.

... Para Kageyama (1997), há diferenças entre modernização, industrialização da agricultura e constituição dos complexos agroindustriais. A modernização da agricultura é entendida como a mudança na base técnica da produção agrícola, que transforma a agricultura artesanal numa agricultura moderna, mecanizada e intensiva, substituindo a enxada e outros implementos rudimentares por tratores, colhedoras e implementos mecânicos. A industrialização da agricultura é processada quando esta se transforma num sistema de produção semelhante ao da indústria, passando a comprar determinados insumos e produzir matérias-primas para outros setores da produção. Os complexos agroindustriais são caracterizados pela constituição de vários deles ao mesmo tempo...⁵⁹

Ainda em relação ao anúncio publicado no jornal Correio de Uberlândia, vimos que o slogan buscava fornecer tratores e colheitadeiras para a agricultura industrial com o argumento de que o agricultor deveria transformar o Brasil no celeiro do mundo. Contudo, indagamos: qual produção se estimulava na linha desse slogan? Quais produtos compunham esse celeiro? Seriam os “produtos de pobres”, aqueles produzidos em sua maior parte por pequenos agricultores para abastecer o mercado interno, ou somente os que abasteciam o mercado externo, seguindo as projeções desenvolvidas pelos governos militares no Plano de Desenvolvimento Nacional de 1971?

De acordo com Odílio Sepulcri e Nilson de Paula, os pequenos agricultores dedicam-se a:

d) um conjunto de atividades em que ainda prevalece a produção em bases quase que artesanais, que é o restante da agricultura ainda não modernizada e com ausência de ligações setoriais fortes. Neste último grupo estão os “produtos de pobre” da agricultura e, como exemplo, tem-se todos os produtos de subsistência produzidos por essa população, como a mandioca, banana, arroz de sequeiro, milho, feijão e outros.⁶⁰

O país investia poucos recursos públicos nos pequenos agricultores, gerando consequências diretas nas mesas das famílias brasileiras. Eram diferentes projetos de sociedade que se confrontavam, por exemplo, a partir de

⁵⁹ SEPUICRI, Odílio ; PAULA, Nilson de. A evolução da agricultura e seus reflexos na EMATER. Op. cit.

⁶⁰ Id. ibid. p. 8.

projetos de política agrícola opostos. O jornal *Correio de Uberlândia* tornou-se um dos agentes do projeto de agricultura para exportação articulado ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O analista Clovis Júnior, publicado pelo jornal *Correio de Uberlândia*, foi um dos defensores de que a saída para manter o poder o governo militar frente à crise seria o investimento na agricultura para exportação, pois o mundo sofria com uma crise de alimentos e o Brasil tinha o potencial de produção. A linha de defesa da agricultura de exportação, representada nas páginas do jornal, articulava-se com a defesa da longevidade da própria ditadura, na medida em que o investimento de recursos públicos em produtos agrícolas voltados para o mercado externo significaria o aumento do produto interno bruto do país, visão condizente com a projeção dos Planos de Desenvolvimento Nacional.

É preciso considerar que a conjuntura vivenciada no Brasil num contexto capitalista sinaliza que o produto interno não poderia ser dividido entre todos igualmente e que a estrutura agrária se organizou na perspectiva do latifúndio ligado à exportação numa dinâmica de aumento da concentração de renda. Com isso, podemos considerar, por conseguinte, a dúvida sobre o fato de a crise alimentar atingir a todos da mesma forma naquele período. Como observamos nas palavras de Clóvis Júnior, ainda que sob a aparência de crítica à conduta do ministro Simonsen, as terras no Brasil possuem um grande potencial de produção e os investimentos deveriam ser na agricultura de exportação:

Escapou também da maquininha de Simonsen a realidade de que a crise econômica mundial tem dois vetores: a carência de petróleo e a carência de alimentos. Se Deus e a Petrobrás não nos favoreceram como o primeiro produto, foi constatada a generosidade com que nos aquinhoou o Criador com os segundos desde nossa certidão de batismo, escrita por Caminha ao observar que nesta terra, “em se plantando, tudo dá.”⁶¹

Odílio Sepulcri e Nilson de Paula, ao interpretarem os dados publicados pelo IBGE em 1978 acerca da produção do ano de 1977, demonstraram que o Brasil tinha, sim, esse grande potencial de produção, mas que a produção

⁶¹ CLOVIS JÚNIOR. A agricultura e a crise. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 6 mar.1977.

voltada para exportação não beneficiava a população trabalhadora do país, visto que a área plantada com feijão havia sofrido uma retração em relação às terras férteis, o que, ao fim da linha de distribuição e consumo de alimentos no Brasil, terminaria por afetar a capacidade de alimentação das famílias mais pobres:

... A quantidade produzida teve uma forte queda, de 11,1%, até o início dos anos 80, recuperando-se na seqüência. As áreas cultivadas com feijão nos anos 70 e 80 sofreram forte concorrência da cultura da soja, pelo seu maior poder competitivo, especialmente na Região Sul do Brasil, deslocando o feijão das áreas mais férteis e mecanizáveis para áreas marginais. Como conseqüência, sua produtividade esteve abaixo da obtida em 70, indo recuperar-se somente a partir da década de 90, com um crescimento total de 62,8% da produtividade no período, pelo desenvolvimento de novas cultivares resistentes a doenças e com maior potencial de produção. Porém, isso não foi suficiente para o abastecimento interno, tendo sido importadas da Argentina 512 mil toneladas para suprir o abastecimento nessa década...”⁶²

Nesta perspectiva de agricultura para exportação ao longo dos anos 1970 no Brasil, com a política econômica e social dos governos da ditadura militar, gestou-se uma conjuntura de falta de alimentos para o consumo interno, com o inflacionamento dos preços, valendo enfatizar que, nessa conjuntura, algumas classes seriam mais afetadas que outras.

⁶² SEPUICRI, Odílio ; PAULA, Nilson de. A evolução da agricultura e seus reflexos na EMATER. p. 14.

Capítulo 2

Cidade, desigualdade social e a construção da CEASA

A década de 1970 foi marcada, entre trabalhadores, por embates por melhores condições de vida e por democracia num contexto de ditadura no Brasil. Uma vez que Uberlândia exercia influencia sobre as demais cidades da região do Triângulo Mineiro, como já foi referido em matérias do jornal Correio de Uberlândia, a cidade demonstrava um desenvolvimento financeiro que atraía trabalhadores de outros municípios da região e do país. Ao mesmo tempo, apesar do despontar de grandes construções, com arranha céus, também era possível identificar na cidade um abismo na distribuição de renda a explicitar um embate entre classes: entre trabalhadores que passavam a buscar condições dignas de moradia e alimentação para suas famílias e grupos hegemônicos representados pelos poderes políticos e pela imprensa que transmitia e construía valores para justificar o fortalecimento econômico, político e cultural de proprietários rurais e empresários.

2.1. Pobreza, fome e crianças na cidade de Uberlândia em 1978

Por meio de um conjunto de matérias referentes à conjuntura social que o Brasil vivenciava no final da década de 1970, nas páginas do jornal Correio de Uberlândia, propagou-se a participação do Estado na manutenção do “equilíbrio dentre as classes” por meio da criação de instituições públicas para controlar e treinar as pessoas pobres para se submeterem aos grupos hegemônicos. Foi frequente, nesse período, a publicação de notícias sobre a criação de instituições dessa natureza, como vemos nos títulos a seguir:

Recuperação nutricional será feita no INAMPS em regime de semi-internato [Jornal Correio de Uberlândia, 07 julho de 1978]

Alimentos para mais de 700 mil trabalhadores [Jornal Correio de Uberlândia, 04 de agosto de 1978]

Minas vai implantar Centros de Atendimento ao Menor [Jornal Correio de Uberlândia, 27 dezembro de 1978]

Na inauguração da CEASA Prefeito Galassi anunciou a sua ampliação [Jornal Correio de Uberlândia, 24 de outubro de 1978]

Como elemento comum entre esses títulos, estava que a criação de diversas instituições e programas governamentais teria o intuito de controlar e impor limites aos trabalhadores e seus filhos, pois, ao fornecer “acesso” a alimentação e saúde, o poder público buscava padronizar os espaços públicos e consolidar valores dos grupos hegemônicos.

Estas instituições, na perspectiva da cronista Therezinha, no jornal Correio de Uberlândia, deveriam ser criadas para retirar o espetáculo da miséria das ruas:

Hoje, ontem e seguidamente, por muitos dias, tenho recebido em minha porta uma menina diferente. É bonitinha, mesmo dentro da roupa andrajosa; de pele clara, traços bem feitos, cabelos alourados. Dá pena. Acredito que seja nova por aqui. [...] Seria bom saber de uma entidade que amparasse de fato os carentes, para que a miséria saísse do desfile das ruas, onde cada dia que passa o dinheiro é mais curto...⁶³

Acompanhar as linhas da crônica da autora Therezinha nos permite relacionar a presença das crianças empobrecidas com a necessidade da criação de instituições. Torna possível acompanharmos a configuração de um movimento de combate à presença de pessoas pobres em feiras e em determinados bairros da cidade, com a defesa e a reivindicação da criação de instituições que controlariam e educariam os menores dentro dos valores burgueses.

⁶³ THEREZINHA. A triste face da pobreza. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18 ago. 1978.

As instituições reclamadas pelos grupos sociais hegemônicos através da imprensa não buscavam entender e resolver os problemas relacionados ao viver das pessoas pobres, mas tratavam do objetivo de ordenar a cidade e ocultar seus problemas, retirando aquelas pessoas dos locais centrais e, com isto, segregando o espaço urbano.⁶⁴ Os equipamentos de controle já estavam sendo espalhadas por todo o estado de Minas Gerais, como poderemos ver mais adiante.

Em 1978, os preços dos alimentos estavam inflacionados, trazendo dificuldades de acesso à alimentação para a população brasileira, como já foi visto em crônica de Therezinha, no capítulo anterior. Contudo, a crise não afetava as pessoas de Uberlândia de maneira homogênea, como também podemos perceber quando nos deparamos com outro trecho da mesma autora:

... Na feira de domingo a gente encontra muita fisionomia amiga. Estavam uma gracinha aqueles três: José Tarcio, esposa e herdeira, uma beleza de garotinha, loira como seus pais. Como família feliz, que quer permanecer unida, esses jovens iam adquirindo tudo que precisavam para a semana que entrou ontem. Sorridentes, afáveis, trocam comigo algumas palavras antes que eu fosse seguindo apressada para o lado contrário. Gosto muito de José Tarcio, esse moço de Ribeirão Preto que veio com sua voz bem timbrada enfeitar o som da Educadora [...].
[...] Depois, na festa de fim de ano, conheci de perto sua esposa, uma jovem tranqüila, equilibrada, bonita e simpática. A filhinha desses dois é fofinha e inteligente...⁶⁵

Nas linhas da cronista do jornal, ficava nítido que, apesar da crise econômica expressa pelos índices de preços de alimentos inflacionados, para um determinado grupo social, integrante do circuito das “colunas sociais”, garantia-se a continuidade do acesso ao necessário para sua alimentação.

⁶⁴ Esta prática de criação de limites na conjuntura do embate social continuará presente em Uberlândia no início do século XXI, como podemos ver na dissertação de Mariana Camim Samora: “No diálogo constante com as evidências, é possível perceber que tamanho destaque dado na imprensa uberlandense a estes mendigos não se deve ao fato de estar o poder municipal de Uberlândia preocupado com a maneira com que estes trabalhadores vivem na cidade, como moram ou se alimentam, quais suas expectativas ou necessidades e, principalmente, quais as suas pretensões; ao contrário, o que preocupa é o fato de que estes sujeitos, por vontade própria, decidiram ocupar os espaços públicos de Uberlândia e, com isso, acabaram ocasionando mudanças na própria paisagem urbana – mudanças que, na realidade, não agradam, nem um pouco, os grupos dominantes da cidade”. SAMORA, Mariana Camin. “Uma cidade se faz de sonho”. Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem de Uberlândia/MG. 2000/2009. 2010. Op. cit. p 117.

⁶⁵ THEREZINHA. Domingo de feira. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 jun.1978.

Assim como ficava nítido, igualmente, que essas pessoas, ligadas aos grupos hegemônicos, eram caracterizadas com certos valores e traços físicos positivos, porque demonstradas como pessoas sorridentes, afáveis, tranquilas, equilibradas, bonitas e simpáticas, que buscavam permanecer unidas; ao passo que, na mesma crônica, as pessoas empobrecidas devido à desigualdade social que se aprofundava com a inflação, eram representadas de maneira oposta:

... Mas, deixando de parte o lirismo, falemos de coisas bem amargas que o público presenciou domingo entre a visão agradável de tudo aquilo que compõem nossa alimentação. Sentados no chão, sobre um pano velho implorando a caridade dos passantes, seres humanos em sua miséria material inspiravam mil sentimentos diferentes. Todos esses sentimentos tinham a tônica do mal estar. Chocante o espetáculo da mãe que leva seus filhos às ruas para arrancar comiseração dos menos infelizes. O apelo da mão estendida, comove, mas a visão de crianças usadas desta forma, deprime...⁶⁶

A imagem das pessoas empobrecidas que não se beneficiavam com as riquezas que a cidade produzia era descrita pela autora como o lado ruim. Tratava-se de pessoas que tomavam os locais públicos, rompendo limites, e que eram apresentadas como sem caráter por mendigarem com seus filhos para obter o alimento do dia. Nas páginas do jornal, repetidamente, era construída e transmitida a imagem dos pobres como pessoas sujas, com falhas de caráter, em contraposição aos valores dos grupos hegemônicos que se distinguiam por certas “virtudes ideais”.

Neste aspecto, vale lembrar, segundo Déa Ribeiro Fenelon, que os valores constituem campo de embates onde são reconstruídos e reinventados na perspectiva da resistência e da dominação:

... Se estamos falando de examinar a experiência social dos trabalhadores em todos os seus ângulos de existência e de vida, para além de apenas examinar seu movimento e organizações ou associações políticas, isto significa querer examinar todo o seu modo de vida no campo das transformações e mudanças que, cotidianamente, experimentam os trabalhadores em todos os

⁶⁶ Id. *ibid.*

aspectos do viver a dominação burguesa e capitalista. Não apenas as condições e padrões de existência material na moradia, na fábrica, no lazer, na alimentação, na religiosidade, etc. Mas também no campo dos sentimentos e dos valores são expropriados no dia-a-dia da dominação, a resistência oferecida neste processo e a necessidade de reconstruir e reinventar a cultura a partir de sentimentos de perda de padrões antes estabelecidos...⁶⁷

Para os grupos hegemônicos⁶⁸, tratava-se de um espetáculo amargo, mas que não deveria ser visto como fruto da desigualdade na distribuição de renda. Por outro lado, se lançamos mão da simbologia da cronista Therezinha, que falava em espetáculos, podemos ver como um teatro onde novos personagens entravam na cena pública da cidade em busca do direito à vida. No cenário, melhor dizendo, na materialidade da experiência da carestia alimentar, entrava a população mais pobre nos locais públicos, que seriam “tomados” pelos novos personagens⁶⁹, muitas das vezes crianças que em suas casas não possuíam o mínimo para se alimentar, buscando oferecer seus serviços ou obter seus alimentos por meio da mendicância.

Ainda no jornal *Correio de Uberlândia*, no mesmo ano de 1978, outro texto, desta vez assinado por Luiz Fernando⁷⁰, também se queixava da presença de crianças, filhas de pais empobrecidos, levadas a buscar recursos materiais nos mercados e na rodoviária, onde teriam a possibilidade de obter alimentos ou trabalho. De acordo com o texto, sintomaticamente intitulado “Trombadinha”, a presença dessas crianças tornava a cidade um ambiente perigoso:

⁶⁷ FENELON, Déa. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan.-jun. 1992. p. 46.

⁶⁸ Penso hegemonia na perspectiva de Raymond Williams, que seria uma combinação de forças políticas, econômicas e culturais. Para Williams, a hegemonia vai além da cultura e da ideologia, pois se constitui no processo social vivido, onde significados, valores e domínios são organizados. Ver: WILLIAMS, Raymond. *Hegemonia*. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 111-117.

⁶⁹ “...Em toda as sociedades. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. O pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto ...”. THOMPSON, E. P. *Folclore, antropologia e história social*. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 240.

⁷⁰ Luiz Fernando Quirino foi jornalista e radialista, trabalhou nas rádios Nacional e Tupi e, em 1971, veio para Uberlândia, onde trabalhou como editor no jornal *Correio de Uberlândia* e diretor da TV Triângulo.

... Se fosse longe daqui, tudo bem. Mas a cena aconteceu na véspera do Natal, dentro daquele local destinado ao estacionamento na nova estação rodoviária. Eles já chegaram...⁷¹

Essas crianças eram apresentadas pelo jornal como seres inferiores, porque pertencentes a um grupo social marcado por características físicas e valores negativos e ofensivos ao equilíbrio da vida social, de acordo com as palavras da cronista Therezinha, reafirmadas por Luiz Fernando Quirino:

... O moleque, de corpo franzino e olhos esbugalhados, deu um pinote e saiu correndo. Não parecia estar aborrecido com a não aceitação dos seus serviços...⁷²

Podemos perceber o percurso de criação de um estereótipo que legitimava a desigualdade social, pois, ao apresentar as crianças como magras, franzinas, de olhos esbugalhados, ressaltavam-se características que as assemelhavam a pessoas perigosas, prontas para atentar contra os que tinham posses e uma vida confortável.

Os sujeitos sociais que compunham a imprensa, ao criar tal estereótipo, formavam e reforçavam valores, que, por vezes, caracterizavam como ameaça os grupos que discordavam ou destoavam dos projetos hegemônicos para a cidade. A reflexão sobre a imprensa enquanto campo de embate onde valores são formados e reforçados está nas análises da historiadora Heloisa de Faria Cruz sobre a imprensa paulista que caracterizava como ameaça os grupos que não concordavam com os projetos de progresso e modernidade que as elites difundiam para o país:

... Formar e reforçar valores que constituíssem uma barreira para que “esta caravana de visionários se converta de repente em ameaça, em uma legião de demônios destruidores” coloca-se como uma das tarefas primordiais das elites para o século que se abria” (OESP, 7/1/1901). Aliás, é interessantes assinalar que na série de extensos artigos de vários representantes das elites paulistas que o jornal *O Estado de São Paulo* publica nos primeiros meses de 1901, que tinha como objetivo fazer um balanço das conquistas e dos problemas

⁷¹ QUIRINO, Luiz Fernando. Trombadinha. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 9 jun.1978.

⁷² Id. *ibid.*

legados pelo século XXI e das perspectivas para o século XX, o anarquismo aparece como uma das grandes ameaças ao progresso do país e a educação de massa com um dos possíveis antídotos para seu desenvolvimento...⁷³

O preconceito social e racial revelado através do estereótipo já estava sendo construído socialmente em Uberlândia nas décadas de 1950 e 1960. Júlio Cesar de Oliveira, em sua dissertação de mestrado, discute a segregação social e racial, através do movimento sanitarista que, de acordo com sua visão positivista, reorganizava o centro urbano com o deslocamento dos lugares de lazer para os bairros periféricos da cidade, uma vez que os cabarés não poderiam ficar à vista das senhoras ricas, pois seu grupo social os frequentava. Determinadas práticas que não eram aceitáveis para seus grupos foram deslocadas para a periferia, onde foram criados lupanares para serem freqüentados conforme a cor da pele e as condições financeiras.⁷⁴

Em dialogo com o autor durante a monografia de graduação, *Espaços, práticas e valores de sociabilidade: hierarquias e resistências em Uberlândia-MG (1920-1940)*, pude perceber que a segregação social e racial em Uberlândia estava em diversos locais, nos clubes, no cinema de poleiro (cine teatro de Uberlândia), nos bares, principalmente o bar da Mineira, na prática do *footing*. Estes eram lugares constituídos socialmente por grupos ricos de Uberlândia, fazendeiros, grandes comerciantes, políticos, funcionários públicos e membros da imprensa, que se designavam como condutores da cidade para o progresso e decidiam proibir a entrada de negros e pobres para se divertirem. Em diversas fontes analisadas para a pesquisa da monografia a segregação tornava-se evidente, mas, durante entrevista realizada com o Senhor João, morador do bairro Tubalina e um dos líderes de grupo de Congado na cidade, o das camisas verdes, ficou mais nítido:

Mário: Mas lá não entrava negro.

⁷³ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana. 1890 a 1915*. São Paulo: Educ; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 168.

⁷⁴ OLIVEIRA, Julio Cezar de. *O último trago, a última estrofe: vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 100.

Sr. João: Lá, eles não aceitava. Lá, eles não vendiam uma balinha pra negro, só pra rico. E, pra entrar, tinha que ser bem arrumadinho. E não entrava no bar, não.⁷⁵

Esse racismo continuará presente na sociedade uberlandense ao final da década de 1970, com as crianças pobres em busca de alimentos através de do ato de pedir e, como já foi dito, classificados por meio de estereótipos construídos na imprensa. Seguindo o procedimento da leitura a contrapelo, é possível perceber o “outro lado da moeda” quando enveredamos para a comparação com o modo do jornal se referir a uma criança loira e branca, como podemos ver na crônica de Therezinha:

... Hoje, ontem, e seguidamente, por muitos dias, tenho recebido em minha porta uma menina diferente. É bonitinha, mesmo dentro de roupa andrajosa; de pele clara, traços bem feitos, cabelos alourados. Dá pena.

[...] Seria bom saber de uma entidade que amparasse de fato os carentes, para que a miséria saísse do desfile das ruas, onde cada dia que passa o dinheiro é mais curto.

[...] Os pobres, miseráveis, existem, e temos de encarar com humanidade o rosto que defrontamos cada dia em quantidade maior. É sempre crescente o número de pedintes que agente recebe à porta todos os dias, e à medida que a cidade for tomando novos impulsos progressistas, mais se acentuará esse lado triste...⁷⁶

O traço físico da menina pobre, sendo branca e loira, gera desconforto na cronista, pois, segundo ela, trata-se de uma menina “diferente” pela cor da pele. Podemos contrapor à figura descrita pelo cronista Luiz Fernando Quirino, ao referir-se aos meninos pobres como sendo um perigo para a sociedade, quando comparados a sacis fugindo para os campos do Bairro Santa Mônica.

O antagonismo para caracterizar as crianças pobres revela uma construção social de racismo de grupos da sociedade de Uberlândia e relaciona-se à segregação dos pobres. De acordo com a cronista Therezinha, o desfile de miseráveis deveria ser retirado dos olhos das pessoas ricas. Era com

⁷⁵ MORAES, Mário. *Espaços, práticas e valores de sociabilidade: hierarquias e resistências em Uberlândia-MG (1920-1940)*. 2010. 99 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. p.54.

⁷⁶ THEREZINHA. Triste face da pobreza. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 agos.1978.

esse motivo que enunciavam o pedido por instituições de controle e guarda de crianças e pobres, uma vez que não estavam sendo contempladas, ou melhor, uma vez que não se apresentavam como adequadas ao dito progresso.

A postura de esconder ou marginalizar as pessoas carentes esteve presente na sociedade da Bahia do século XIX, tal como investigado pelo historiador Walter Fraga Filho:

O espetáculo da miséria deixou de inspirar piedade para se constituir em incômodo para a sensibilidade das elites. Em março de 1855, um deputado baiano, ao defender a fundação de um asilo de mendigos na cidade, externaria repulsa a “um espetáculo tão doloroso, presenciado por nós todos os dias. Vimos aí pelas ruas e pelas portas dos conventos uma grande quantidade de pessoas quase nuas, mortas à fome”. A elite queira poupar-se de tais cenas, esquecer a miséria...⁷⁷

Tal como acompanhamos em Uberlândia no decorrer das décadas de 1940 a 1970, chegando mesmo ao século XXI, através da imprensa e da forças policiais, as elites da Bahia construíram o estereótipo de “vadios” para os meninos que vagavam nas ruas em busca de alimentos, alardeando que representariam um perigo para a sociedade do século XIX:

Além de rebeldia e das correrias dos moleques, a circulação de menores pelas ruas da Bahia estava relacionada à sua situação social. Eram os meninos de rua daqueles dias, na época conhecidos como “meninos vadios”. O termo vadio já comportava condenação moral, advinda do fato de estarem fora do domínio familiar e produtivo. O menino vadio atentava contra a ordem familiar ao trocar o ambiente doméstico pelo mundo da rua. Era inevitável que fosse vistos como ameaça à ordem social...⁷⁸

Para os grupos hegemônicos de Uberlândia, portanto, essas características físicas também passaram a ser lidas enquanto sinais de perigo. Nesta pesquisa, relacionamos essas características à dificuldade de acesso a alimentação: os “magros de olhos esbugalhados” e “franzinos” são as crianças

⁷⁷ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 143.

⁷⁸ Idem. p. 119.

desnutridas que estão fora dos benefícios da cidade que se desenvolve e enriquece.

Parte das crianças que avançavam sobre os espaços públicos, iniciando-se na vida social e no mundo do trabalho como pedintes ou como carregadores nos locais de vendas de gêneros alimentícios, se constituía como sujeito desta cidade nas relações com os diversos agentes e locais que vivenciavam, e formando-se, mais tarde, como adultos ativos em suas profissões a partir daquelas experiências. Maria do Rosário da Cunha Peixoto ajuda a pensar as crianças como sujeitos socialmente construídos:

A criança e a infância são socialmente construídas, numerosos são os artífices dessa construção e bastante diferenciados entre si: pais, mestres, psicólogos, pedagogos, publicitários, estilistas, industriais, comerciantes, escritores, editores. Determinam onde, quando, como e em quais circunstâncias as crianças devem viver, comer, estudar, aprender, brincar, comprar, vestir, ler, etc. Igualmente variados são os espaços os quais essa produção ocorre: escola, família, consultórios, lojas, playgrounds, editoras, bibliotecas, livrarias, etc.⁷⁹

As crianças, nesse contexto, portanto, não devem ser vistas como indivíduos ingênuos ou perigosos por natureza, mas agentes socialmente construídos, que constituíram suas vidas e formataram suas personalidades conforme as influências dos vários indivíduos, lugares, e relações em meio aos quais, no processo social de Uberlândia, eram levados a buscar e conquistar seus espaços sociais, considerando-se, aí, as condições de desigualdade implementadas pelos grupos hegemônicos.

A partir do que vimos se apresentar na entrevista de Joãozão, foi possível conjecturar que muitas crianças tornaram-se trabalhadores avulsos na cidade de Uberlândia e foi possível vislumbrar, inclusive, que seu trabalho poderia estar submetido a variadas adversidades. Assim como foi possível acompanhar que o próprio Joãozão, tendo crescido e se afirmado na profissão de carregador da CEASA de Uberlândia, não prosseguiu com os estudos, devido ao ritmo extenuante e ao cansaço físico do trabalho realizado em

⁷⁹ PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Transgressão tem cara de criança: o espaço social da infância em Ana Maria Machado. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 145-160, fev. 1997. p. 148.

condições de exploração que o afastavam do ambiente escolar; e, ao mesmo tempo, pelas mesmas razões, veio a se tornar presença marcante na formação e na liderança do sindicato da categoria.

Em fotografias da CEASA na década de 1990, identificamos a presença de crianças em atividade de carregadores, contradizendo a imagem construída sobre o prisma de dominação das elites da cidade e sinalizando que as condições de desigualdade prosseguiriam na década seguinte à da criação da Central:



Imagem 5
Fotografia de um jovem carregador em “box” da Ceasa de Uberlândia.
Acervo: Ceasa, c. 1990.

Por necessidade, as crianças se submetiam a serviços extenuantes que, quando associadas à fome a que também se submetiam, lhes produzia corpos magros e franzinos. Para Augusto Monteiro, as características físicas podem estabelecer uma relação entre a pobreza (a carência de recursos a exemplo de alimentos) e a desnutrição:

... Ainda que não equivalentes, os conceitos de pobreza e desnutrição são os que mais se aproximam, uma vez que o bom estado

nutricional, sobretudo na criança, pressupõe o atendimento de um leque abrangente de necessidades humanas, que incluem não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também a diversidade e a adequação nutricional da dieta, conhecimentos básicos de higiene, condições salubres de moradias, cuidados de saúde, entre outros...⁸⁰

Em se tratando do ano de 1978, encontramos indício dessa associação entre a magreza e a desnutrição das crianças pobres numa notícia publicada no jornal Correio de Uberlândia do dia 30 de junho de 1978 sobre o fato de que a desnutrição no Brasil havia causado internações de cerca de 410 mil crianças entre dois e doze anos de idade, sendo 250 mil casos de crianças entre um mês e dois anos de idade:

Desnutrição causa 410 mil internações de crianças

Aproximadamente 250 mil crianças de um mês a dois anos de idade são internadas no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS com doenças causadas diretamente pela desnutrição. De 410 mil internações realizadas no ano passado de janeiro a setembro na faixa etária de 0 a 12 anos, 12,15% foram determinadas por pneumonia; 8,77% por bronco-pneumonia e 7,44% por desidratação.

Para evitar e reduzir os índices registrados, o INAMPS está desenvolvendo curso de orientação às mães, considerando que a desnutrição entre crianças no primeiro ano de vida é causada pela não amamentação materna. Segundo a equipe pediátrica da Secretaria de Assistência Médica do INAMPS, apenas 3% das mulheres que não amamentam são incapazes de fazê-lo, "em outras palavras, de cada 100 mulheres que não amamentam, 97 estão roubando a seus filhos a proteção e o amor que por direito são deles... Visando à conscientização das mães, o INAMPS desenvolverá campanha de esclarecimento dentro do Programa de Proteção à Saúde.

Funerária São Vicente de Paulo
ÓBITOS
FONE: 234-9635
AV. JOAO PINHEIRO 1870

Imagem 6
"Desnutrição causa 410 mil internações de crianças".
Jornal Correio de Uberlândia, 30 jun. 1978.

Com esses dados, podemos traçar uma ligação entre a situação de desnutrição, a situação de fome e a da necessidade de busca por alimentos.

⁸⁰ MOTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. Op. cit. p. 196.

Para além deles, entretanto, quando analisamos a imagem da página inteira do mesmo jornal podemos levar aquela ligação entre a situação de desnutrição, a de fome e a da necessidade de busca por alimentos para mais adiante.

Embora as informações não tenham noticiado a morte de crianças de modo explícito, no corpo da página, porém, percebemos a presença da propaganda da empresa funerária São Vicente de Paulo a adentrar a narrativa que contém os dados dos meninos que são internados em decorrência de desnutrição. Embora os dados não revelem percentuais de meninas e meninos que morrem de fome, por meio da associação entre notícia e anúncio publicitário, alcançamos a compreensão de que este fato torna-se uma possibilidade real para aquelas crianças sem acesso a alimentação, possibilidade para as crianças que o jornal inferioriza dentro do embate social, como as palavras de Therezinha nos lembravam:

...Quando as senhoras deixam o supermercado com as compras, procuram forçar a passagem para carregar os pacotes visando propina. A atitude desses menores, **sujos, de péssima índole**, vem suscitando aborrecimento...⁸¹ [Grifos meus]

As crianças aparecem nos mercados, feiras e também nos bairros nobres:

... Menores maltrapilhos estão visitando residências para solicitar gêneros de primeira necessidade ou dinheiro...⁸².

Como já foi referido, os grupos hegemônicos buscavam construir a imagem estereotipada das pessoas que precisavam sobreviver da sua força de trabalho. Esse mecanismo associava-se à projeção da imagem de cidade do desenvolvimento, que era a reclamação para o cuidado do poder público com a urbanização de bairros periféricos. De acordo com diferentes momentos e páginas do jornal, percebemos uma preocupação em mascarar a desigualdade

⁸¹ THEREZINHA. Menores maltrapilhos voltam a ter presença nos pátios de supermercados da cidade. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 28 jul.1978. Grifos meus.

⁸² Id. *ibid.*

social e a má distribuição de renda, uma vez que as péssimas condições estruturais das regiões periféricas da cidade apareciam como divergentes de sua condição de glória, também evidente no trecho da crônica de Therezinha:

... O pessoal, lá pelos lados da FEPASA, tem comentado animadamente os boatos que correm de boca em boca: Vão asfaltar as avenidas que dão acesso às casas da maioria. Se é verdade ou não só o tempo afirmará. O asfalto que já tem por aquelas bandas vivem em estado deplorável, e como não existe rede de esgoto **as valas mal cheirosas são verdadeiras armadilhas para quem trafega de carro**. Afinal nossa cidade é gloriosamente uma das mais bonitas do mapa mineiro, e merece se assistida nos “mínimos detalhes”, não somente nos pontos privilegiados centrais. Ajardinar é muito bonito, e impressiona bem quem chega, mas e os pequenos? Quem mora na periferia também paga impostos e representa parte da população numerosa que aparece na estatística oficial, não é?...⁸³
[Grifos meus]

A partir das linhas da cronista Therezinha, depreendemos a ocorrência de uma disputa pelos locais que deveriam receber saneamento básico e infraestrutura, pois, de acordo com sua crônica, bairros afastados não vinham recebendo serviços de como asfaltamento e rede de esgoto. Todavia, se, para a cronista no jornal *Correio de Uberlândia*, o problema do esgoto a céu aberto é que “as valas mal cheirosas [fossem] verdadeiras armadilhas para quem trafega[va] de carro”, cabe aqui relacionarmos com outra dimensão também perceptível nas páginas do jornal e que não alcançavam a aflição de Therezinha.

Cabe destacar a associação direta entre a falta de saneamento, o esgoto a céu aberto e a ocorrência de diversas doenças entre a população pobre, notadamente as crianças, como pudemos ver na matéria do dia 30 de junho de 1978 no jornal *Correio de Uberlândia*, “Desnutrição causa 410 mil internações de crianças”, referida páginas atrás⁸⁴. Embora os dados trazidos pela reportagem digam respeito a uma abrangência nacional naquela data, importa considerarmos a correlação entre essas doenças com problemas de

⁸³ THEREZINHA. Notando e anotando. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22 ago. 1978.

⁸⁴ Desnutrição causa 410 mil internações de crianças. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 30 jun. 1978.

saúde como difteria, subnutrição e desnutrição, causados pela falta de saneamento básico e pela fome.⁸⁵

O que permite conduzir para a consideração de que tais condições compunham as condições de vida comuns à maioria dos trabalhadores pobres no Brasil e na cidade de Uberlândia e, portanto, de que essas doenças estavam no horizonte de possibilidades das crianças moradoras, por exemplo, “lá pelos lados da FEPASA”.

Nesta perspectiva de embate social entre classes antagônicas que lutam por benefícios para seus grupos, as classes ligadas ao poder hegemônico habitavam bairros com toda a infraestrutura. Naquele período, esses bairros configuravam-se como os jardins da cidade onde os arranha-céus estavam em plena expansão. Além disso, dentro de uma conjuntura onde os alimentos carregavam um status social, os grupos hegemônicos abasteciam suas famílias com tudo o que necessitavam para seu conforto, apesar da crise inflação.⁸⁶

Enquanto isso, as classes trabalhadoras, caracterizadas pelo jornal como os que precisariam se contentar com subempregos por não possuírem melhores qualificações e também como os que não dispunham de qualidade moral suficiente para percorrer os locais nobres da cidade, estavam sendo identificadas por sua carência e suas necessidades. Além disso, a crise que gerava o inflacionamento dos preços dos alimentos os fazia buscar, juntamente com seus filhos, os restos de mercadorias em feiras e supermercados da cidade, por meio da mendicância ou da coleta daquilo que era desperdiçado ou descartado e jogado ao chão.

Em busca dessa classe, poderemos traçar um percurso na direção das pessoas com vistas à relação entre a pobreza, o comércio e a distribuição de

⁸⁵ O texto *A dimensão da pobreza da fome e da desnutrição no Brasil*, de Carlos Augusto Monteiro, apresenta uma discussão sobre a fome no Brasil no início do século XXI: “... A pobreza, no Brasil, medida pela insuficiência de renda, assume proporções enormes e dissemina-se por todas as regiões e áreas do país, castigando em particular as populações rurais e urbanas da região Nordeste e as populações rurais das demais regiões brasileiras...”. MONTEIRO, Carlos Augusto. *A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil*. Op. cit. p. 206.

⁸⁶ “... dobrou de 1973 para 1974, permaneceu na faixa dos 30 a 46% nos quatro anos seguintes, quase dobrou novamente em 1977-1978, e passou a marca dos 100% em 1980, chegando a 211-224% em 1983 e 1984...”. O economista Werner Baer demonstra que, naquele período, a inflação estava em processo crescente no Brasil. BAER, Werner. *A retomada inflação no Brasil: 1974*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 7, n. 1, jan.-mar. 1987.

gêneros alimentícios, o espaço público e o modo de vida dos trabalhadores na cidade de Uberlândia na década de 1970 no contexto do capitalismo.

Os números já nos mostraram ter ocorrido uma queda na produção de alimentos no Brasil no período de 1975 a 1980. Contudo, vimos que os índices de restrição não atingiram todas as pessoas da mesma forma, que as classes abastadas e as classes trabalhadoras foram afetadas de modos distintos em relação à carência de alimentos⁸⁷.

2.2. Contradições entre fome, desenvolvimento e o pertencimento à cidade

A projeção da imagem de cidade do desenvolvimento também se associava a mais um mecanismo presente nas páginas do jornal Correio de Uberlândia, correlato ao anterior: a formulação de uma imagem pejorativa do migrante que, ao chegar à cidade, exercia ofícios considerados como de baixa qualificação. Em um sistema desigual que privilegia o individualismo e a competição, tratava-se de argumento para a imprensa construir a necessidade de submissão do trabalhador migrante a um padrão de desenvolvimento e de riqueza da cidade.

Ao percorrer as páginas do jornal, defrontamo-nos com um campo de embate a construir e transmitir valores acerca de grupos sociais caracterizados como um perigo para sociedade, valendo lembrar que a imprensa não é neutra,

⁸⁷ O historiador E. P. Thompson, ao pesquisar a alimentação dos cidadãos britânicos e o consumo de certos alimentos, como batatas, trigo e carne, discute que, seja com o aumento, seja com a redução da produção, nem todas as classes são beneficiadas ou afetadas da mesma maneira, pois o acesso à alimentação se dá num contexto de embate entre as classes sociais, onde a aquisição de nutrientes se torna uma questão de status para quem tem acesso ao consumo de certo alimentos. Nesse embate pela alimentação, percebemos quando grupos hegemônicos se apropriam da riqueza produzida pelos trabalhadores. Como podemos ver na obra *A formação da classe operária inglesa*, v. 2: “... O aumento da área cultivada de batatas, durante as guerras, não pode ser atribuído exclusivamente à escassez de trigo: “houve, sem dúvida, uma relativa insuficiência, mas o fator mais influente foi a distribuição desigual entre as diferentes classes da sociedade [...]. O trabalhador “médio” permaneceu muito próximo a um nível de mera subsistência, numa época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional, transparentemente gerada, em boa parte, pelo seu trabalho, um fruto que passava, por vias igualmente transparentes, para as mãos de seus patrões...”. THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Op. cit. p. 180 e 184.

mas um agente político, cultural e econômico, de acordo com Heloisa de Faria Cruz:

... Valoriza na prática social dos diversos grupos, construindo-se como um importante veículo de formulação e difusão dos imaginários sociais no período, no seu fazer-se a imprensa constitui um campo de disputa extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais...⁸⁸

Como visto anteriormente, para o jornalista Luiz Fernando Quirino, em 1978, era preciso atentar para o perigo representado pela presença de pobres na cidade, filhos de trabalhadores que viviam em empregos precários, os “subempregos”:

... Estão aqui. Moram nas favelas que circundam a cidade e são o pesado ônus que vamos pagar, pelo desenvolvimento...⁸⁹

Mas, quando transformamos as fazendas em loteamentos, e quando buscamos as indústrias e enriquecemos nosso comércio. E quando trouxemos a pioneira Faculdade no embrião da Universidade, estávamos convocando a gente humilde que veio viver de sub empregos⁹⁰.

Tratava-se da classe trabalhadora que vivia as contradições do desenvolvimento da cidade: crescimento da receita e concentração de renda; expansão urbana e especulação imobiliária com afastamento dos lugares de moradia dos trabalhadores; inflação e necessidade de submissão a serviços instáveis ou à mendicância para garantir a sobrevivência.

Os grupos ligados ao poder econômico, político e cultural engendraram no embate social um processo de marginalização dos trabalhadores pobres.⁹¹

⁸⁸ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890 a 1915*. São Paulo: Educ; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 165.

⁸⁹ QUIRINO, Luiz Fernando. Trombadinha. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 9 jun.1978.

⁹⁰ Id. *ibid*.

⁹¹ Na cidade de São Paulo, as pessoas pobres que migravam em busca de trabalho, e que por vezes acabavam vagando pelas ruas, serão vistas pelas elites de maneira pejorativa, enquanto miseráveis que deveriam ser disciplinados. Heloisa de Faria Cruz, em sua dissertação de mestrado, aborda que a imagem constituída, no embate social, por grupos hegemônicos sobre o migrante, para justificar as perseguições a serviço da criação de mão de obra a baixo custo para o capital: “...Nos relatórios dos chefes de polícia, esta população flutuante é mais precisamente identificada como sendo ‘composta de grandes números de estrangeiros, em sua maioria proletários’, ou que ‘a maioria desses indivíduos, vadios ou mendigos, que

A historiografia construída acerca da dialética histórica de Uberlândia analisa o processo de marginalização das pessoas do perímetro urbano da cidade promovido por políticas reformistas que buscaram padronizar, disciplinar e afetaram diretamente o modo de morar, de alimentar e de lazer das pessoas pobres.

A historiadora Eliane Dias de Oliveira Santana demonstrou, por meio de fontes orais, que o processo de marginalização da população pobre esteve presente no final da década de 1950, onde as pessoas pobres moravam em setores da cidade sem investimentos do setor público enquanto o centro da cidade era o espaço do lazer e dos investimentos:

O Centro era lugar dos cinemas e a Praça Tubal Vilela, lugar de lazer e das escolas. As vilas eram lugares longe da cidade, caracterizadas pela presença de barracos de zinco e por extrema pobreza, lugar onde os moradores dividiam espaço com o mato e para onde eram mandados os loucos da cidade. A separação não significa que ela considerasse que não morava na cidade de Uberlândia por residir nas Vilas.⁹²

Nas décadas de 1970 e 1980, deu-se continuidade ao processo de marginalização da população pobre, com a criação dos conjuntos habitacionais construídos em locais isolados do perímetro urbano, como se vê na análise foi desenvolvida pelo historiador Renato Jales Silva Junior:

... Os conjuntos citados na fala do Sr. Reinaldo foram a solução encontrada pela Prefeitura para produzir novas moradias em diferentes regiões de Uberlândia e, assim, atender o grande número de trabalhadores que chegavam à cidade. Porém, a construção desses conjuntos não foi realizada para atender os interesses dos

por aqui vemos, quase que em sua totalidade estrangeiros, são homens válidos e capazes, que em vez de se empregarem no serviço da lavoura, no interior do Estado ou tomarem uma ocupação qualquer de utilidade, preferem arrastar uma vida miserável e ociosa nesta capital ou nas principais cidades do Estado, fazendo desse modus vivendi uma rendosa fonte de especulação.” CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência* (São Paulo, 1900/1920). São Paulo: Marco Zero, 1991. p 85.

⁹² SANTANA, Eliane Dias de Oliveira. *Cultura urbana e protesto social: o Quebra-Quebra de 1959 em Uberlândia*- MG. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. p. 38.

seus moradores [...] e proprietários de terras urbanas e rurais próximas à cidade...⁹³

Para Renato Jales Silva Júnior, a construção dos conjuntos habitacionais se deu em resposta às correntes migratórias que trouxeram para Uberlândia milhares de trabalhadores em busca, entre outras coisas, de um lugar para morar. Os bairros, as ocupações e os conjuntos habitacionais criaram, ao longo dos anos 1970 e 1980, o cenário das áreas que rodeiam a cidade, com os trabalhadores vivenciando a desigualdade no modo de morar e de organizar a vida.

Delineou-se uma conjuntura em que os grupos hegemônicos se beneficiaram com o deslocamento das populações pobres do perímetro urbano, ao passo em que verificamos que os serviços estruturais básicos precisaram de longos processos de reivindicação, conquistas e resistências dos moradores, de acordo com a análise da historiadora Sheille Soares de Freitas ao trabalhar as vivências dos moradores do Bairro Vila Marielza:

...Uberlândia se caracteriza por perpetuar essa prática, colocando a serviço do mercado (imobiliárias que negociavam terrenos em áreas fora do perímetro urbano, ou sem registro na Prefeitura) o destino da população pobre.

Com isso, os limites entre o rural e o urbano se perdem. Devido aos preços mais acessíveis, esses moradores vão sendo empurrados para o entorno da cidade...⁹⁴

Não apenas os trabalhadores e as pessoas pobres foram descolados para o entorno da cidade. Esse embate esteve presente além da vida econômica, alcançando a política e a cultura. Euclides Antunes de Medeiros demonstra que, no período compreendido entre 1970 e 2001, as práticas culturais de pessoas com origem no campo foram combatidas por se chocarem com os ideais de progresso criados por grupos hegemônicos na cidade:

⁹³ SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia as décadas de 1960 e 1980*. 2013. 204 fl. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. p. 56.

⁹⁴ BATISTA, Sheille Soares de Freitas. *Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade*. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. p. 112.

...A atuação da Vigilância Sanitária se daria [...] atendendo às necessidades de verticalização da área central da cidade, empurrando os criadores para a periferia, onde suas práticas não pudessem macular a imagem de “cidade moderna e saneada”...⁹⁵

A atividade a que o autor faz referência diz respeito à criação de porcos, demonstrando que as autoridades públicas não estavam necessariamente preocupadas com a saúde dos trabalhadores ou com suas tradições.

Os estudos acima mencionados ressaltaram as relações entre as vivências dos trabalhadores e as difíceis condições do viver no entorno da cidade e, compartilhando de sua perspectiva historiográfica, pretendo contribuir com a análise do processo social dialético sobre o embate em torno das condições de acesso a alimentação e sua relação com as pressões para os trabalhadores pobres se deslocarem para os bairros periféricos.

Se, para o cronista Luiz Fernando Quirino, do jornal *Correio de Uberlândia*, o “preço” a ser pago pelo desenvolvimento parecia naturalizar-se, para essa pesquisa, coube como questão a materialidade e a intensidade desse “preço”, bem como a concretude da experiência social dos sujeitos que de fato arcavam com ele.

A frase “moram nas favelas que circundam a cidade”, da citação de páginas acima, completada pela caracterização dos trabalhadores enquanto “ônus”, apontava para os que “não fazem parte da cidade”. Quando a imprensa afirmava que essas pessoas não faziam parte da cidade, porque migrantes e ocupantes de empregos que não requeriam qualificações técnicas, chamava a atenção para a questão do “forasteiro”, como se observa em outro trecho da mesma crônica de Luiz Fernando Quirino:

... Antes, eles não estavam aqui.
Antes, eram nossos simples moleques, engraxando sapatos.

⁹⁵ MEDEIROS, Euclides Antunes de. *Trabalhadores e viveres: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia*. 1970/2001. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 119.

Agora são os meninos estranhos, que nunca vimos entre nós. Que não podemos dizer que seja “o filho do Fulano” pois não sabemos quem são seus pais e nem mesmo se eles os tem....⁹⁶

O colunista do jornal *Correio de Uberlândia* trazia a visão do seu grupo sobre os migrantes, os de fora, estabelecendo limites entre sujeitos coletivos antagônicos – “nós” e “outros”:

... Mas todos nos, de uma maneira ou de outra, estamos atentos aos que chegam, na expectativa de que venham realmente contribuir para a grandeza desta Uberlândia e colaborar com o futuro de nossos filhos...⁹⁷

Para esses outros, de fora, os grupos de fundadores ou seus descendentes pertencentes a essa linhagem tinham o dever de avaliar o pertencimento dos novos habitantes ao círculo de vivência da cidade; aqueles que não possuísem as qualidades ideais presentes nos habitantes ligados aos grupos hegemônicos deveriam ser retirados do círculo de relações da cidade, de acordo com palavras do então prefeito municipal, Virgílio Galassi, reproduzidas pelo jornalista:

... Disse-se uma vez o amigo Virgílio Galassi, que esta cidade não recebe em seu seio, quem não mereça fazer parte dela. E ele sabia o que estava dizendo...⁹⁸

O cronista Luiz Fernando Quirino reclamava para si mesmo uma identificação com o grupo hegemônico ligado ao poder econômico e intelectual, compartilhando valores que lhe permitiam ser aceito:

... Com trabalho, com honestidade, com tenacidade, com caráter e pureza de sentimentos. Para isso contei com o apoio de Leopoldo Nardini, que foi quem me fez firmar as bases nesta cidade tão querida...⁹⁹

⁹⁶ Id. *ibid.*

⁹⁷ QUIRINO, Luiz Fernando. Um estranho entre nós. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 4 jul.1978.

⁹⁸ Id. *ibid.*

⁹⁹ Id. *ibid.*

Para fazer parte desse grupo, seria importante ser “honesto”, “tíniú”, “caráter e pureza de sentimentos”. Tratava-se do grupo que teria a função de conduzir a cidade, pois portador de valores positivos. No entanto, na medida em que se percorre a páginas do jornal daquele mesmo ano de 1978, percebe-se que tais valores afinavam-se com o projeto de sociedade do governo ditatorial como se evidenciou nas notas que anunciaram o convite do Prefeito Virgílio Galassi ao Presidente Ernesto Geisel para que realizasse visita a Uberlândia:

Na tarde de segunda-feira, o prefeito Virgílio Galassi manteve contato telefônico com o Gabinete Civil do Presidente Ernesto Geisel. O chefe do Executivo uberlandense desejava saber se o chefe da Nação já havia dado confirmação de sua visita à nossa cidade, quando a semana do aniversário Ano 90...”¹⁰⁰

Desta maneira, os jornais construía a visão do “civilizado” de Uberlândia com certos sentimentos e características, enquanto os grupos que ameaçavam eram vistos como “bárbaros” marginalizados dos benefícios conquistados pela sociedade, pois, apesar do alto índice de inflação, o produto interno da cidade continuava a crescer. Somente não era distribuído equitativamente entre os trabalhadores.

O jornalista explicitou a articulação para a condução da cidade por parte dos grupos hegemônicos. Quando lemos os pedidos para o poder público conter as crianças que estavam nos lugares de comércio de alimentos porque a presença de pessoas pobres poderia trazer “ameaças”, devemos pensar, contudo, nas crianças que haviam se torando pedintes nas feiras e no Mercado Municipal e passaram a ser vistas com extremo desprezo por não possuírem aqueles “sentimentos ideais”.

Na cidade de Uberlândia, assim como em outros lugares do país, crianças eram vistas a esmolar nas áreas públicas e nas áreas de comércio de alimentos, como feiras e supermercados. E também eram vistas nas páginas

¹⁰⁰ PRESIDENTE Geisel poderá prestigiar os festejos do Ano 90. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 5 jul. 1978.

do jornal qualificados enquanto uma “massa perigosa”¹⁰¹ em consonância com sua imagem de fome, sua magreza, seus olhos esbugalhados, sua sujeira e suas roupas de trapos.

Nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, no início do século XX, foram realizadas reformulações urbanas na perspectiva positivista da Primeira República, onde o ordenamento urbano traria o controle e a disciplina das pessoas pobres, que eram vistas como classes perigosas. Essa perspectiva, na dialética social, das classes hegemônicas criarem um estereótipo que inferioriza os trabalhadores empobrecidos para justificar o controle e a condução da cidade, pode ser visto em Uberlândia na década de 1970, pois as crianças pobres também foram caracterizadas como seres inferiores e perigosos, que deveriam ser disciplinados de acordo com valores burgueses (como se vê por iniciativas de criação dos “centros de atendimento ao menor”) e sua presença controlada no perímetro central da cidade.

Para além desse estereótipo de filhos de trabalhadores com pouca qualificação e que moram nos bairros periféricos da cidade, buscamos: quem eram essas crianças?

O fio condutor aberto pelos entrevistados Joãozão e Mosquito em suas narrativas conduziu até a década de 1970, onde as pessoas pobres foram caracterizadas pela imprensa (jornal Correio de Uberlândia) com traços físicos e valores que as colocaram no embate social como inferiores. No entanto, para desconstruir os estereótipos criados e propagados pelos grupos hegemônicos, foi preciso ver a história com uma nova holística onde as crianças pobres ganhariam “carne”, isto é, concretude, materialidade, trazendo suas experiências de tentativa de uma vida melhor, com acesso a alimentação, num processo dialético pautado nas desigualdades sociais daquela conjuntura.

Para conseguir este objetivo, encaminhei-me para outros tipos de registro de vida social: os processos-crime. Recorri a um processo-crime, de

¹⁰¹ Essa abordagem das reformulações dentro do jogo de embates que caracterizavam a população pobre como setores perigosos podem ser observadas em pesquisas de parte da historiografia brasileira produzida a partir dos anos 1980. No livro *Do cabaré ao lar*, de Margareth Rago, vimos: “... Mais do que nunca o povo infecto e nojento aparece como ameaça à saúde do burguês perfumado. Mais do que nunca, os trabalhadores e pobres em geral são percebidos como suspeitos em potencial, seja como portador de germes, seja como possíveis criminosos...”. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 175.

1974, estabelecido contra Edésio Cassiano Ribeiro e Edson Cassiano Ribeiro, indiciados por incentivarem adolescentes ao furto de sacos de milho da FEPASA¹⁰². Esses processos articularam-se às páginas do jornal Correio de Uberlândia de 1978, corroborando-as na caracterização dos meninos pobres enquanto um perigo para a sociedade:

... Temos para nós que a autoria resulta inegável nos autos. Indiscutivelmente os acusados, principalmente Edésio e Edson Cassiano Ribeiro, andaram adquirindo dos menores Paulo Marcelino dos Reis e outros, certa quantidade de sacos de “aniagem” contendo milho...¹⁰³

Ao analisarmos o processo, ficou nítido que o embate social já estava presente para dezenas de trabalhadores e seus filhos, quando se viam diante da necessidade de catar os restos de grãos que eram deixados ao chão pelo interposto da ferrovia, como podemos ver nas linhas do mesmo processo:

... Paulinho apareceu novamente no armazém do interrogado mas desta feita na companhia de mais dois meninos e como nas vezes anteriores não só ele como seus companheiros venderam o milho para o interrogado e os três sacos que continham o cereal; que o interrogado ficou sabendo que o milho era catado pelos menores na Estação Mogiana, que aliás tal fato é comum, ou seja, pessoas munirem-se de um saco irem até a Mogiana para catar o milho que fica jogado no chão em razão do grande numero de sacos a serem transportados...¹⁰⁴

Aqui não cabe ver como algo natural meninos e adultos buscarem restos de alimentos na Estação da Mogiana¹⁰⁵, simplesmente por haver grande fluxo

¹⁰² FEPASA – Ferrovia Paulista S/A: era a linha férrea brasileira que ligava o estado de São Paulo ao estado de Minas Gerais, passando em Uberlândia até a cidade de Araguari (1971-1998).

¹⁰³ MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: Edésio Cassiano Ribeiro, Processo n°. 2.425, Uberlândia, 2 abr.1976; MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: João Patrício de Oliveira Figueiredo, Processo n° 4.445, caixa 760, galeria a, 1899, Uberlândia, 2 abr.1976.

¹⁰⁴ MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: Edésio Cassiano Ribeiro, Processo n°. 2.425, Uberlândia, 2 abr. 1976.

¹⁰⁵ A Estação da Mogiana foi inaugurada em 1895 ficava localizado na Praça Sérgio Pacheco, mas, desde sua fundação foi construída como símbolo do progresso, que traria o desenvolvimento para todos da cidade de Uberlândia, no entanto durante as pesquisas para a monografia “Condições de vida e progresso: espaço sociabilidade”, pude perceber que o desenvolvimento econômico ficava restrito às famílias que se propunham como guardiões e deveriam conduzir a cidade rumo ao progresso, enquanto os trabalhadores

de transporte dos grãos. Cabe, sim, considerar o ato enquanto problemática das relações sociais no âmbito de uma conjuntura de desigualdade em que a classe trabalhadora tem que buscar a complementação de seus proventos nos restos de alimentos que estão no chão. Pois, se fosse algo “normal” e “natural”, indivíduos pertencentes a outras classes, como os grupos hegemônicos, também estariam catando esses grãos.

Ao percorrer as linhas do processo, vimos delinear-se um “terreno comum de experiência compartilhada”. Quando o réu Edson Cassiano Ribeiro informou sobre os adolescentes “Paulinho e seus companheiros”, indicou que eram companheiros no sentido de uma classe, forneceu pistas sobre uma identificação e sobre um terreno comum em que a experiência que se compartilhava era a de situação de penúria dos trabalhadores pobres e seus filhos¹⁰⁶. Ao mesmo tempo, o depoimento do réu também indicou a experiência compartilhada de busca por saídas, com a superação de dificuldade de acesso a alimentos por meio de diversas atividades na cidade, incluindo o ato de catar grãos e outros gêneros no chão tanto da FEPASA como nas feiras livres dos bairros de Uberlândia.

Esses jovens, aqui representados nas pessoas de “Paulinho e seus companheiros”, ganharam, dentro da disputa social que emergia nas páginas

viviam em condições precárias com suas famílias. Em relação à construção da linha férrea, a população pobre solicitou a construção de pontilhões para possibilitar a continuidade do acesso ao centro da cidade: “A principal articulação política do Coronel José Theóphilo Carneiro, segundo seu filho, Joaquim Carneiro, foi ter conseguido trazer a ferrovia Mogiana, para a região, que desenvolveria a cidade, aumentando o fluxo de pessoas e do comércio. Mas a instalação desta não teve a preocupação com o cotidiano das pessoas pobres, pois, em alguns pontos da ferrovia, houve uma elevação do terreno, que impedia as pessoas de passarem de um bairro para outro, fato que demonstrava o descaso da ferrovia para com a população, pois, em 1895, houve a promessa da construção de pontilhões, que, em 1948, ainda não tinham sido instalados, os moradores continuavam protestando contra as arbitrariedades, em relação à maneira que a estrada de ferro foi construída”. MORAES Mário. *Espaços, práticas e valores de sociabilidade: hierarquia e resistências em Uberlândia-MG (1920-1940)*. Op. cit. p. 19-20.

¹⁰⁶ As crianças, filhos de trabalhadores empobrecidos que a imprensa caracteriza como sendo os forasteiros que estavam com os subempregos, possuíam experiências similares gerando uma dialética de embates em busca das necessidades materiais pela sobrevivência (a procura por alimentos, condições de moradia precárias, riscos a sua integridade física e outras). Levava os trabalhadores a se identificarem enquanto classe frente a grupos hegemônicos que buscavam a padronização para manter seus privilégios advindos da concentração de renda. Essa perspectiva de pensar a classe não como modelo, mas enquanto processo dialético de embates que leva os trabalhadores a se identificarem pode ser enriquecida pelos escritos de E. P. Thompson: “... A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns(herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem(e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram...”. THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. *A formação da classe operaria inglesa*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. V. 1. p. 10.

do processo-crime, características muito semelhantes às que já foram trazidas pelo jornal:

PAULO MARCELINO DOS REIS, vulgo “sujinho”, brasileiro, natural de Uberlândia, filho de Ramiro Marcelino e de Renata Maria Bernardes, com 14 anos de idade, sem profissão, residente à rua Benjamim Constante, 2886, Vila operária, sabendo assinar o nome...”¹⁰⁷

Quando o processo trouxe Paulinho como “vulgo ‘sujinho’”, evidenciou toda uma conjuntura de embates na cidade da experiência. Ao passo que o encaminhamento do processo construiu uma lógica de dedução para o fato de moradores da periferia da cidade, como o bairro operário, que não tinham acesso à educação, acabarem sujeitos à mendicância, também permitiu perceber que o jovem Paulinho tinha pais, uma residência e que era natural de Uberlândia.

Esses dados, por sua vez, permitiram contradizer as palavras do jornalista Luiz Fernando Quirino, como visto anteriormente, que estabelecia uma relação direta e necessária entre pobreza, necessidade de buscar a sobrevivência com prestação de serviços, mendicância e famílias de trabalhadores que haviam migrado para a cidade em busca de uma vida melhor. Os dados abriram para a constatação de que a desigualdade social não afetava apenas trabalhadores vindos de outras cidades ou do campo, mas também trabalhadores da própria cidade de Uberlândia, pois Paulinho, com quatorze anos de idade naquela ocasião, tinha sua família já estabelecida na cidade havia bastante tempo.

Os meninos mencionados no processo-crime vivenciaram o processo judicial iniciado em 1974 e passaram quatro anos presos, pois foram colocados como um bando que teria Paulinho, o “sujinho”, e Maguila como líderes, que, segundo as autoridades policiais e judiciais, roubavam sacos e enchiam de grãos para vender aos comerciantes. Chegado o ano de 1978, no entanto, o

¹⁰⁷ MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: Edésio Cassiano Ribeiro, Processo n°. 2.425, Uberlândia, 2 abr.1976; MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: João Patrício de Oliveira Figueiredo, Processo n° 4.445, caixa 760, galeria a, 1899, Uberlândia, 2 abr.1976.

processo ganhou uma nova direção, quando foi revelado: a) que, embora já tivessem se envolvido em pequenos furtos anteriormente, na questão da FEPASA os meninos apenas recolhiam os sacos rasgados, enchiam com um pouco de grãos e vendiam para os pequenos comerciantes; e b) que a prática era habitual por parte de diversas pessoas, entre adultos e crianças pobres.

Embora mencionada por esse processo, a presença de crianças e adultos nos pátios da ferrovia não deixou muitos vestígios para se saber mais sobre as condições a que as crianças estavam submetidas em busca de comida na cidade. Por outro lado, quando investiguei as fotografias que compõem o acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, uma em especial me chamou atenção. Ainda que sem dados de identificação de data ou local, um detalhe daquela imagem pode ser colocado em diálogo com o processo-crime: a presença de crianças e adultos em meio a sacos de gêneros alimentícios. A imagem pôde ser relacionada com a prática de recolher grãos para sobreviver na década de 1970:



Imagem 7
Trabalhadores. Sem identificação.
Acervo: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

A imagem evidenciava pessoas que poderiam ser punidas por trabalharem, pois o “novo dado” citado anteriormente fez emergir o quadro de equívoco no âmbito do qual havia se desenvolvido o processo-crime: os jovens haviam sido processados sem a representação da principal interessada, a empresa FEPASA; os adolescentes haviam assumido o delito no ano de 1974, em circunstância de “espancamento e coação”; e, após quatro anos de detenção, em 1978, o advogado trazia informações que esclarecia a conjuntura de embate que as crianças vivenciavam e que se configuravam como elementos atenuantes para a conduta antes criminalizada:

... Se verdadeira essa receptação dolosas, fácil seria para a autoridade policial a apreensão dessa mercadoria, pois que nas declarações do requerente perante a autoridade policial, fls. 20 a 21, obtidas mediante espancamento e coação, foi apontado o destino dado à mercadoria...¹⁰⁸

No ano de 1978, o processo foi arquivado e o réu Edson Cassiano Ribeiro, dono da mercearia e acusado de receptação de mercadoria roubada, foi solto.

No entanto, com a situação relatada, podemos visualizar o horizonte de possibilidades em que se situavam as crianças pobres nessa conjuntura de desigualdade social: o risco de ultrapassar os limites impostos pelos grupos dominantes e o risco constante de sua conduta ser criminalizada, ainda que esses limites não chegassem a ser ultrapassados, uma vez que sua simples presença no espaço público provocava reações dos setores hegemônicos, que por vezes utilizavam da força para impor suas pressões e limites.

Com a experiência concreta de viver na cidade, ainda que com a imposição de limites, num contexto de preços de alimentos inflacionados, as famílias pobres adotavam condutas de sobrevivência para conseguir alimentar seus filhos, e, por vezes, acabavam por avançar sobre os limites impostos socialmente, avançando para locais da cidade que lhes eram interditados.

¹⁰⁸ MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: Edésio Cassiano Ribeiro, Processo n°. 2.425, Uberlândia, 2 abr.1976; MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: João Patrício de Oliveira Figueiredo, Processo n° 4.445, caixa 760, galeria a, 1899, Uberlândia, 2 abr.1976.

Os limites criados com mecanismo do estereótipo de seres perigosos para os trabalhadores pobres permanecerão no embate social ao longo do processo histórico, visto que, ainda no início do século XXI, a imprensa cria e propaga valores e sentimentos que vinculava a necessidade de afastar as pessoas pobres através de ações de instituições de segurança pública, de acordo com a pesquisa de Mariana Camin Samora:

O fato é que, na tentativa de impor à população uberlandense uma nova maneira de enxergar a cidade e as relações sociais, o poder público – com o apoio do Jornal Correio – procura induzir nas pessoas uma espécie de “pânico social”, possível de ser constatado a partir do instante em que a presença destes pedintes passa a ser vista como caso de polícia, questão de segurança pública.

[...] Não é coincidência que no Jornal Correio de Uberlândia a maioria das reportagens que buscam atentar a população uberlandense para este suposto “perigo” ocasionado pela presença destes sujeitos se encontram organizadas nos cadernos “Cidade” e “Segurança”.¹⁰⁹

Deparamo-nos com um embate social que expressou suas consequências em forma de repressão. Quando acompanhamos o processo-crime em torno do qual Paulinho é envolvido e espancado para confessar o crime de catar grãos, temos que perceber que esse menino representava uma classe social que lutava para conquistar acesso a melhores condições de vida, ou, simplesmente, acesso a comida. Quando os instrumentos e agentes legais do estado lhe agredem fisicamente, isso representa a possibilidade real¹¹⁰ de

¹⁰⁹ SAMORA, Mariana Camin. “Uma cidade se faz de sonho”. Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem de Uberlândia/MG. 2000/2009. Op. Cit. p. 118.

¹¹⁰ Quando refletimos sobre as violências vivenciadas pelo menino Paulinho por agentes públicos de segurança, devemos ir além de buscar a quantidade, mas podemos pensar no valor simbólico que a agressão representava aos filhos de trabalhadores pobres, que, devido às experiências comuns relativas às necessidades por melhores condições de trabalho, moradia e alimentação, se identificavam no embate da dialética histórica. Essa coação física representava um campo de possibilidade real para as demais crianças, filhas de trabalhadores pobres, de serem torturadas na busca pela sobrevivência. Essa forma teórico-metodológica de analisar as fontes pode ser vista no artigo “A filosofia e os fatos”, quando Alessandro Portelli discute a narrativa do ex-escravo Frederick Douglas, que nos chama atenção para que, para problematizar a experiência de escravos durante o período escravista, não devemos buscar apenas os dados e as estatísticas, pois, apesar de nem todos os negros escravos serem castigados com a mesma quantidade de chibatadas no tronco, os que eram castigados ou mortos serviam como uma possibilidade real de experiência que era compartilhada com os demais do grupo. Com Portelli, podemos entender melhor sobre a “possibilidade”: “a possibilidade mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder”. PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. p. 8.

agressão e de criminalização para os outros membros de sua classe social, que compartilham as mesmas necessidades.

As possibilidades de agressões vividas pelos pobres que, como Paulinho e seus companheiros, exerciam a atividade de catar grãos, vão reaparecer durante as entrevistas que realizei com mulheres que trabalham como voluntárias no Banco de Alimentos criados na CEASA no ano de 2013¹¹¹. Essas mulheres, quando relataram os motivos que as haviam levado a precisar de alimentos doados, relataram também as agressões e humilhações verbais que vinham sofrendo, e que se aproximavam de se tornarem físicas, nas casas de famílias ricas em que trabalhavam, como relata a entrevistada Maria de Fátima dos Reis, moradora do bairro Prosperidade II:

Entrevistador: Há quanto tem a senhora é voluntaria?

Entrevistada: Há dois anos para trás eu vinha direto, né. Aí, eu parei um pouco, porque eu tava trabalhando para ganhar um troquinho. Tenho que pagar água, tenho que pagar luz... De um tempo para cá, o trem ficou preto lá em casa, e aí eu peguei e voltei de novo. Eu saí do serviço, não estava dando certo. Era muito humilhado, né. Aí eu parei. Fui mandada embora, quase apanhei. Sabe o que é você não fazer nadinha? Eu tenho consciência que eu não merecia ser mandada embora naquela hora. Só porque eu perguntei: - Eu posso guarda as marmitas? Foi a pergunta que eu fiz. Tava com pressa, precisava ir embora cedo, porque, se deixasse a marmita na mesa, a comida ia perder. E o patrão tinha ido em dar uma volta, disse que não ia almoçar, ia almoçar na roça, ficou enrolando, enrolando, fui lá no escritório e perguntei: - O senhor vai almoçar ou posso guardar a comida? Aí, ele levantou da cadeira e gritou comigo, e disse: “- Qual foi nosso trato?! Não foi guardar a comida! Podia ser o capeta que não quisesse almoçar na hora! Não foi! Então...?! E por que você não guardou?!” “- Porque eu estava esperando seu pai para almoçar.” “- Eu acabei de falar o que era para você guardar!” Ele já estava nervoso com não sei o quê... Eu falei: - Olha, menino, não pode falar assim não. Você fica nervoso com o povo lá, na rua, não desconta lá, vem descontar em mim... Aí, ele achou ruim e falou assim... Passou o dedo na minha cara... “- A partir de amanhã, não quero você na minha porta mais!”. Eu falei: - Tudo bem. Só que, dessa vez, eu não chorei. Das outras vezes que ele falava comigo, eu chorava. Eu falei: hoje, eu não vou chorar. Eu falei: - Tudo bem, vou embora. Olha, tem empregada doméstica... E assim, o patrão fala bruto com ela, ela pega a bolsa e larga o serviço do jeito que tá. Eu peguei, falei para ele assim: - Como eu entrei limpa aqui, vou sair limpa. Limpei pia, lavei tudo, mas não voltei mais, só para receber. Aí, de lá para cá, eu

¹¹¹ Sobre o Banco de Alimentos da CEASA de Uberlândia, ver discussão desenvolvida no Capítulo 3 desta dissertação.

não trabalhei mais não. Aí, eu comecei voltar pra cá como voluntária, pra separar verdura, legumes....¹¹²

Os relatos de coerção verbal e moral são compartilhados por outras voluntárias no Banco de Alimentos da CEASA, como Maria Aparecida de Oliveira Silva, moradora da ocupação Joana Darc:

Entrevistador: Mas por causa do serviço?

Entrevistada: Eu trabalhei nesse casarão, mas por causa do filho dele, que tinha sofrido um acidente. Eu fui conversar com ela, ela estava enxaguando umas roupas, acho que ela só não jogou o balde, não sei nem porque, mas ela falou tanta coisa na minha cabeça... Eu fiquei descontrolada. Ele queria me explicar uma coisa que eu não tinha nada a ver, aí eu descontrolei, chamei ela num particular, essa nora dela, expliquei tudo pra ela: - Mas aqui eu não volto, eu não dou conta, ela só não mandou um cabo de vassoura em mim, não sei nem porque...

Entrevistador: A senhora trabalhava de quê?

Entrevistada: Eu trabalhava de arrumadeira. Eu arrumava e passava...¹¹³

As doações recebidas no presente, em situação de desemprego, quando comparadas ao contexto de humilhações e agressões vividas em tempos de emprego, são vistas pelas entrevistadas como uma forma de resistência frente à dominação vividas em relação aos patrões. Significam, para essas mulheres, poder contar com a possibilidade de reagir verbalmente para abrir mão do trabalho humilhante:

... Por causa de um banheiro lá. Por causa de um banheiro lá, ele enrolava uma meia na torneira... – eu fui dar uma geral de cima em baixo... – e pingava o banheiro todo. Aí, eu tirei. Não gosto nem de lembrar. Aí, eu joguei fora: “- Dê o que der”. Aí, ele foi lá, no banheiro, e perguntou: “- Quem jogou a meia fora, que tava no banheiro?” Aí, eu peguei e falei assim: - Você!! Foi sim. “- Porque as coisas que coloco no lugar não quero que mexa.” “- Eu tirei, joguei fora. Falo para você, se colocar de novo, eu joga fora. Eu que lava lá, eu que enxugo. Deixa pingar lá, depois eu enxugo. Se você não quer ver

¹¹² REIS, Maria de Fátima dos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013. Trabalha como voluntária no Banco de Alimentos de Uberlândia

¹¹³ SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013. Trabalha como voluntária no Banco de Alimentos de Uberlândia

algo pingando, você é forte, é homem forte, inteligente, por que você não pega seu braço forte, arruma lá? Ele não vai pingar. Pra que você vai amarrar meia, lá?” Ele levantou, parecendo que queria me dar um muro. Eu falei: “- Bate!” E fiquei. Quando ele levantou, o irmão dele segurou ele, e disse: “- Você tá ficando doido? Deixa ela. Você tá errado, mesmo, é só você ir lá arrumar aquela torneira”. Me bater pra quê? Eu que tava lavando o banheiro, eu que joguei aquele trem véio...¹¹⁴

Na visão das entrevistadas, os alimentos conseguidos pela doação por meio do Banco de Alimento da CEASA tornaram-se importantes por contribuir para o sustento de seus filhos e, com isso, também contribuir para que não precisassem se submeter aos maus tratos dos patrões. Nesse contexto, as doações tornam-se uma via de duplo sentido, com vários interesses, que abrem novas perspectivas para a discussão sobre os embates sociais na cidade.

Na visão dos grupos hegemônicos, o ato da mendicância tem uma identificação negativa compartilhada, como é possível ler na crônica “Trombadinha”, de Luiz Fernando Quirino no jornal Correio de Uberlândia de 9 de junho de 1978, sobre a presença de crianças pobres nos lugares centrais da cidade: *... uma presença ostensiva, na Afonso Pena, na Floriano, na Praça Tubal, e que todos nós fingimos não notar?...*¹¹⁵

A expressão “fingimos não notar” funcionava como alerta para os que se consideravam como guias da cidade, por possuírem as qualidades e valores que legitimavam detentores do poder econômico, político e cultural, responsáveis por zelar para que os limites por eles estabelecidos não fossem rompidos por pessoas “perigosas”. O órgão de notícias foi utilizado para exprimir o pedido de seus representantes para as instituições governamentais tomarem as devidas providências: diante do perigo social, as camadas populares deveriam ser reorganizadas com a intervenção do poder público. Como porta voz dos grupos hegemônicos, o jornal trazia as queixas sobre o fato de crianças pobres “invadirem” os locais centrais da cidade e pedia ao juizado de menores para retirar as crianças destes locais:

¹¹⁴ SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Entrevista. Op. cit .

¹¹⁵ QUIRINO, Luiz Fernando. Trombadinha. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 9 jun.1978.

estamos recebendo novas reclamações contra a presença de menores maltrapilhos...

[...] A Queixa nesse sentido já foi feita pelo nosso jornal e imediatamente providencias foram tomadas. Agora as cenas desagradáveis voltam a se repetir, necessitando nova e definitiva intervenção do Juizado de Menores, para **exterminar** de vez a presença desses garotos nos pátios dos supermercados... ¹¹⁶ [Grifo meu]

Os meninos deveriam ser “exterminados” dos locais centrais a fim de trazer a tranquilidade para uma sociedade desigual, criminalizando o fato de as crianças estarem sujas, pedirem para realizar serviços em troca de algum dinheiro para obter seus alimentos:

... Querem a todo custo vigiar os carros e investir contra os clientes, para carregar embrulhos, a fim de ganhar propina [...] ação imediata do Juizado de Menores a fim de proibir a presença de menores maltrapilhos sujos e malcriados... ¹¹⁷

Vislumbramos desenrolar-se uma disputa pelo espaço urbano e, no seu bojo, vemos as crianças rompendo os limites e ameaçando o controle que lhes é imposto. Nesta perspectiva “a cidade e suas instituições devem ser vistas como espaços de produção de conflituosas relações que historicamente podem exprimir-se em dominação, cooptação ou consenso, mas também em subordinação e resistência...”¹¹⁸. E, desta maneira, emergem articulações entre os grupos hegemônicos, na medida em que as classes abastadas reclamam providencias dos setores do poder público, sinalizando para o fato de que costumam ser atendidas:

O Magistrado esclareceu a reportagem, que assim que tomou conhecimento, pela nossa reportagem, da presença de menores em supermercados e outros locais onde estacionam com frequência dezenas de carros, expediu ordem para evitar a participação deles, que estava sendo nociva as pessoas e ao bom aspecto da cidade... ¹¹⁹

¹¹⁶ THEREZINHA. Menores maltrapilhos voltam a ter presença nos pátios de supermercados da cidade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 28 jul.1978.

¹¹⁷ Id. *ibid*.

¹¹⁸ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: _____ (Org). *Cidades*. São Paulo: Ed. Olho d’Água, 1999. p. 7.

¹¹⁹ JUIZADO de Menores toma providências para evitar ação de menores. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 23 nov.1978.

Por meio do jornal, o juiz – um servidor público que deveria cuidar para que a lei se cumprisse garantindo o direito à vida, mantida pelo básico que é a alimentação – apresentava sua justificativa: retirar as crianças dos supermercados para garantir o “bom aspecto”. Seria como retirar o lixo que afetava a paisagem. O servidor público sensibilizava-se com os pedidos de sua classe; crianças e seus pais passavam a ser responsabilizados por sua pobreza:

... Em maioria, a essa tarefa de mitigar de modo especial, pelos próprios pais, que as vivem explorando, porque preferem viver sem nada produzir e valer-se dos filhos para ter renda...¹²⁰

O embate entre os limites e as pressões entre as classes traduzia uma dialética onde grupos sociais ligados ao poder hegemônico buscavam novos instrumentos de controle para evitar “ameaças” na direção de seu conforto e bem estar, demonstrando que a hegemonia é um processo vivido, envolvendo as questões políticas, econômicas e culturais, com pressões e limites que serão deslocados pela contra hegemonia e que irão dar novos significados e romper com os limites:

... Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concretas. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia...¹²¹

¹²⁰ Id. *ibid.*

¹²¹ WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1987. p.116.

Dentre esses instrumentos de limites e pressões, para contenção do avanço da incômoda presença de crianças pobres e famintas nas cidades, decidiu-se pela criação dos “novos centros integrados de atendimento ao menor” em Minas Gerais:

... Os novos centros integrados de atendimento ao menor vão atender a mais de 16.500 menores na faixa etária de 6 a 18 anos, e se localizarão nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Sabará, Timóteo, Monlevande, Itaúna, Barbacena, Manhuaçu, Juiz de Fora, Leopoldina, Varginha, Formiga, Guaxupé, Poços de Caldas, Itajubá, Três Marias, Curvelo, Bom Despacho, Pium-í, Diamantina, Teófilo Otoni e Caratinga.... Serão aplicados recursos da ordem de Cr\$ 72 milhões...¹²²

O interessante e irônico desta informação é que, mesmo frente aos embates entre as classes na cidade e apesar de todas as reclamações e de todos os compromissos veiculados no jornal *Correio de Uberlândia*, a cidade de Uberlândia não veio a ser contemplada com o recurso disciplinador do estado para a instalação de um “centro de atendimento ao menor, como se vê mais adiante em trecho indignado no interior da mesma notícia acima citada:

... Uberlândia ficou alijada deste benefício, mesmo sendo uma cidade líder de uma região onde o problema da criança é cruciante e precisa de soluções inadiáveis...¹²³

A revolta dos grupos hegemônicos esteve expressa nas páginas do jornal para exteriorizar a posição e os desejos de seus representantes e financiadores, haja vista a cidade ser considerada como referência em desenvolvimento econômico para as cidades da região, atrair trabalhadores migrantes e, com isto, ter tido que arcar com o ônus dos pobres invadirem os lugares reservados para seus grupos, como vimos no texto de Luiz Fernando Quirino, anteriormente citado¹²⁴.

¹²² MINAS vai implantar centros de atendimento ao menor. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 dez.1978.

¹²³ Id. *ibid*.

¹²⁴ “...Mas, quando transformamos as fazendas em loteamentos, e quando buscamos as indústrias e enriquecemos nosso comércio. E quando trouxemos a pioneira Faculdade no embrião da Universidade,

Como já vimos, as riquezas produzidas na cidade não vinham sendo compartilhadas por todos; com o abismo criado pela desigualdade, os embates se acirravam entre as classes porque não se cogitava mudar o quadro de má distribuição de renda; os frutos contraditórios da concentração de renda eram considerados um fardo para a cidade, para os que se achavam no dever de conduzi-la rumo ao desenvolvimento.

O avanço dos pobres na direção do espaço central das cidades representava ameaça porque não estavam sintonizados com os valores produzidos e propagados pelas elites. Daí que, a partir da matéria do jornal *Correio de Uberlândia*, de dezembro de 1978, sobre o investimento de recursos públicos por parte do governo, consideramos que a conjuntura vivenciada pelas crianças, suas experiências, seus modos de vida, moradia, alimentação, vestimenta e trabalho, poderiam estar sendo compartilhados por outras crianças filhas de trabalhadores pobres do estado de Minas Gerais.

... o problema do menor desamparado mereceu atenção especial de seu governo, o governador Ozanam Coelho presidiu em seu gabinete, a assinatura de dois convênios entre a Funabem e a Febem, sendo o primeiro para implantação de 27 novos centros integrados de atendimento ao menor..¹²⁵

As instituições criadas pelo governo estadual na gestão de Ozanam Coelho tinham como objetivo conter a presença das crianças indesejáveis nos espaços mais visíveis das cidades, assim como promover a formação de uma geração de trabalhadores para sustentar o projeto de desenvolvimento do período da ditadura:

... São objetivos dos CIAMES prestar ao menor, orientação quanto à iniciação profissional, atuar junto a ele, tendo em vista o desenvolvimento de sua personalidade e integração progressiva nas atividades sócios- econômicas e incrementar o fortalecimento dos valores positivos da vida familiar....¹²⁶

estávamos convocando a gente humilde que veio viver de sub empregos...”. QUIRINO, Luiz Fernando. Trombadinha. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 9 jun.1978.

¹²⁵ MINAS vai implantar centros de atendimento ao menor. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 dez.1978.

¹²⁶ Id. *ibid*.

Quando se fala em propagar os valores positivos da vida familiar, podemos pensar sobre quais valores que devia ser propagados, pois visava disciplinar os filhos dos trabalhadores, preparar a mão de obra para ser expropriada pelos capitalistas do comércio e da indústria que estavam se desenvolvendo.

A padronização e o controle social almejados pelos centros de atendimento aos menores inspiravam-se na FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor do Estado de São Paulo)¹²⁷ e na FUNABEM¹²⁸. O governador Ozanam Coelho criou, em Minas Gerais, um convênio para reproduzir as experiências de controle implementadas em São Paulo, incluindo a propaganda governamental que conclamava as mulheres pobres a internarem seus filhos nos centros de acompanhamento para que pudessem ter acesso a um futuro melhor, com saúde, educação, moradia e alimentação – de acordo com o governo de São Paulo, os centros propiciavam que as crianças pobres se tornassem “doutores”.

No início do século XX, na cidade de São Paulo, já haviam sido criadas instituições para afastar as crianças das ruas. Ao analisar a dialética do surgimento das casas correccionais e albergues destinados a crianças e jovens, Heloisa de Faria Cruz indica tais instituições buscavam disciplinar para além da coerção física, mas, sobretudo, para atender o mercado de trabalho, preparando jovens como um exército de reserva:

...Lógicas que constituem as noções definidoras dos vadios e as políticas de repressão e vadiagem, engendram a discussão e as propostas destinadas a assistir, amparar, regenerar ou educar os pobres das cidades. Neste período, os agentes do aparelho policial pensam, discutem e propõem a criação de várias instituições com o sentido de disciplinar parcelas desocupadas da força de trabalho tais

¹²⁷ A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/SP) foi criada pela Lei Estadual nº 985, de 26 de abril de 1976. Foi uma adaptação da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró- Menor) que foi elaborada em 1973 a partir da FUNABEM.

¹²⁸ A Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi projetada pelo governo militar em 1964 para atender “menores abandonados” e “menores infratores”, baseando-se no Código de Menores de 1927, que previa o controle social através da internação de crianças.

como institutos disciplinares, casas correcionais, albergues ou asilos...¹²⁹

As ruas, segundo os grupos hegemônicos, despertaram os vícios nos trabalhadores. Mas esta perspectiva servia para justificar as longas jornadas de trabalho. Podemos pensar que as questões como moradia, alimentação e educação não constituíam o cerne da questão, mas serviam como justificativas para manter a extrema exploração, como demonstra Maria Celia Paoli, quando discute as contradições entre os interesses hegemônicos e os direitos dos trabalhadores:

Tempo livre para os trabalhadores, a lei de férias iria provocar a “dissolução do caráter do trabalhador”, pois este “irá procurar matar suas longas horas de inação nas ruas; a rua provoca com frequência o desabrochar de vícios latentes”. E por que nas ruas? Por que “seu lar é um acampamento”; e tal legislação faria sentido apenas se “o legislador curasse de criar institutos onde tal repouso fosse possível e benéfico....”¹³⁰

No contraponto da propaganda, a problematização dessas iniciativas permitiu emergirem outras histórias, histórias de crianças que passaram suas infâncias nestes lugares, que se tornaram depósitos de crianças pobres, com prática da coação física para padronizar os jovens, como se vê no filme “O contador de Histórias”, de Antonio Carlos, uma ficção inspirada em fatos reais.¹³¹

2.3. Controle do espaço, higienização da cidade e a construção da CEASA

¹²⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência* (São Paulo, 1900/1920). Op. cit. p. 90.

¹³⁰ PAOLI, Maria Celia. Família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, 1992. p. 448.

¹³¹ O contador de Histórias. Direção: Luiz Villaça. Produção: Denise Fraga, Francisco Ramalho Jr. Intérpretes: Maria de Medeiros, Malu Galli, Jú Colombo, Marcos Antonio, Paulo Henrique Chico Diaz e outros. Roteiro: Mauricio Arruda, José Roberto Torero, Mariana Veríssimo e Luiz Villaça. Distribuidora: Warner, 2009. 100 min. (1 hora e 40 minutos), son, color.

Tecemos relações entre a criação de instituições de controle das crianças pobres e a intenção do SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) de padronizar e reestruturar os locais de comércio de alimentos, a partir da existência de grupos de pessoas empobrecidas a pedir dinheiro e restos de alimentos nas feiras e mercados, que despertavam a reação dos “protetores” da cidade, como declarou Luiz Fernando Quirino no texto intitulado “Um estranho entre nós”:

A idéia cosmopolitana ainda não tomou conta de todos nos que aqui vivemos. Na verdade, vemos a cidade crescer a cada dia, com a chegada de novas famílias que buscam trabalho e conquista de uma posição social, mas a elas ainda não nos acostumamos, porque não desejamos abrir mão de nossas conquistas e de nosso círculo de relações...¹³²

Mais uma vez, o jornalista expressava a preocupação com o fato de grupos sociais diferentes de seu círculo de relações ameaçarem a hegemonia construída ao longo do tempo em Uberlândia. Com o texto, acompanhamos a disputa pelo espaço público que se acentuava na cidade ao longo da década de 1970.

Os grupos hegemônicos propagavam a construção de uma sociedade pautada na concepção positivista, onde certos grupos deveriam ordenar a sociedade com padrões e valores que propunham a disciplina para os trabalhadores para conduzi-la ao desenvolvimento. Nesta perspectiva, a presença de filhos de trabalhadores empobrecidos em certas áreas da cidade era considerada ameaçadora, então vimos que centros para disciplinar esses crianças e jovens estavam sendo criados na maior parte do estado de Minas Gerais.

As feiras livres atraíam a presença dos trabalhadores pobres por oferecerem oportunidade de trabalho e por se tratarem de locais de venda de alimentos a varejo com preços mais acessíveis, principalmente no final do dia de trabalho dos feirantes, que estabeleciam a xepa com ofertas dos produtos que haviam restado das vendas nas bancas. Esse quadro configurava-se como

¹³² QUIRINO, Luiz Fernando. Um estranho entre nós. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 4 jul.1978.

considerável incômodo e razão pela qual se buscava retirar das feiras dos bairros centrais as pessoas pobres que muitas das vezes esmolavam para sobreviver, como podemos ver em outro texto de Therezinha, intitulado “Domingo de feira”, e também publicado no jornal *Correio de Uberlândia* em 1978:

... Mas, deixando de parte o lirismo, falemos de coisas bem amargas que o público presenciou domingo entre a visão agradável de tudo aquilo que compõem nossa alimentação. Sentados no chão, sobre um pano velho implorando a caridade dos passantes, seres humanos em sua miséria material inspiravam mil sentimentos diferentes. Todos esses sentimentos tinham a tônica do mal estar.

Chocante o espetáculo da mãe que leva seus filhos às ruas para arrancar comiseração dos menos infelizes. O apelo da mão estendida, comove, mas a visão de crianças usadas desta forma, deprime.

A alguns transeuntes afirmavam que temos instituições adequadas para cuidar dessa gente sofrida, dando o necessário aos menores, como alimentos, roupas, etc. Grande parte do povo passava virando o rosto, com pena e raiva ante a impotência que se tem de fazer benefício para quem procura agredir com a pobreza desta forma contundente¹³³.

A atitude da mão estendida, destacada pela cronista, nos remete para o que Thompson sugeriu acerca do “ato de doar”:

... a estrutura, em qualquer relação entre ricos e pobres, sempre corre em mão dupla, e essa relação pode ser girada e vista em perspectiva inversa¹³⁴.

Pelo ponto de vista da “via de mão dupla”, podemos olhar as intenções de quem faz a doação, o jogo de interesses entre as duas partes, e inverter o olhar em relação ao objeto de estudo. Podemos entender a dialética de embate presente no jogo de interesses que havia no “ato de doar” nas feiras Uberlândia, pois, quando os trabalhadores adentravam as regiões centrais da cidade, rompiam com os limites construídos pelos grupos hegemônicos, que, em contrapartida, reagiam, reconstruindo a imagem dos trabalhadores como

¹³³ THEREZINHA. Domingo de Feira. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 jun. 1978.

¹³⁴ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 246.

seres inferiores e justificando a necessidade de uma nova organização das feiras e do espaço urbano, onde buscariam controlar e conter o avanço dos trabalhadores empobrecidos, que, naquela conjuntura social, representavam uma ameaça à ordem capitalista uma vez que reagiam ativamente frente ao cenário de crise que vivenciavam.

Nesse processo de duplo sentido, a presença das crianças nas ruas, dentro da conjuntura social da década de 1970 em Uberlândia, representava a formação das famílias que buscavam sobreviver à miséria, demonstrando formas de readaptação de sua organização, conforme nos auxilia a pensar Maria Celia Paoli:

É recente a percepção de que as famílias que se proletarizaram nas diferentes e mutáveis conjunturas históricas brasileiras deste século, devem ter conhecido formas de readaptação de sua organização domésticas às novas condições de trabalho de seus membros; que devem ter redefinido seu sentido de espaço e mobilidade, construídos novos laços sociais e coletivos, conhecido ciclos de vida temporais distintos, elaborando sentidos culturais diversos para sua união, procriação e educação dos filhos- repensando-se , enfim, para sua sobrevivência..¹³⁵

De acordo com Luiz Fernando Quirino, em “A feira proibida”, nas ruas de um bairro habitado por pessoas de alto poder aquisitivo, a feira seria uma maldição para a organização das famílias mais abastadas:

Uma rua calma e serena de um bairro. Onde as famílias vivem, se cumprimentam, se conhecem. Nos passeios, lavam-se os carros com longos esguichos. E os cães vadios passeiam, sem temer da carrocinha.
Assim deve ser sua rua.
Todos os dias. Durante todo o ano.
Mas... Na rua tem feira livre?
Maldição que o progresso ainda não exterminou.¹³⁶

A cultura popular presente na feira, com o modo de vender através de ofertar as mercadorias aos gritos, cativando o comprador em meio ao ambiente

¹³⁵ PAOLI, Maria Celia. Família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. Op. cit. p. 444.

¹³⁶ QUIRINO, Luiz Fernando. A feira proibida. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18 ago.1978.

agitado, demonstra um movimento dialético de resistência. Ao passo que os grupos hegemônicos, políticos, grandes comerciantes, servidores públicos, como juízes, policiais, fiscais sanitários e os jornalistas, buscavam, por meio de uma reformulação, marcar posições estratégicas dentro do campo de embate do terreno cultural. Essa perspectiva da cultura como campo de embate é constituída por Stuart Hall, para quem a cultura popular não é constituída isoladamente, como algo puro, mas dentro de um movimento de contenção/resistência em que elementos são apropriados e ganham sentido na tomada de posições estratégicas:

...Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistências e também momentos de superação. Esta dialética de luta cultural. Na atualidade, essa luta é constituída e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transforma o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas...¹³⁷

Para Quirino, a feira representava uma maldição por trazer elementos do popular, elementos estranhos e de perigo para aquela organização de vida “calma” e “serena”: trânsito confuso, barracas, barulho, sujeira, pessoas desconhecidas, pobres, maltrapilhos, famintos, crianças e velhos a esmolar, enfim, ambiente de desordem:

Todas as semanas, os velhos caminhões rangedores começam a chegar por volta das cinco da manhã.
Atiram tabuleiros ao chão. Jogam latas contra as calçadas.
Erguem barracas, no meio do berreiro da disputa do melhor local.
Atravancam sua porta. Isolam seu carro do mundo.
Livre para todo mundo, menos para os moradores.¹³⁸

¹³⁷ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. p. 255.

¹³⁸ QUIRINO, Luiz Fernando. *A feira proibida*. Op. cit.

Os trabalhadores, com seus caminhões e suas barracas, e as pessoas pedindo nos espaços centrais avançavam em posições estratégicas, criando abertura que “corroíam” os limites constituídos no espaço da cidade, onde o sentido é constituído na relação dos moradores com lugar da cidade. Marta Emisia Jacinto Barbosa, ao analisar a cidade de Fortaleza em finais do século XIX e no início do século XX, demonstrou esse campo de embate que constitui a cidade, apontando para essa prática da “corrosão de limites”:

...A cidade pode ser pensada também como esse duplo espaço que abriga um jogo entre os praticantes dos desvios e os corretores de praticas que corroem os limites. Limites caracterizados pela definição do espaço físico da cidade...¹³⁹

Os personagens que entraram em cena com a feira livre, tomando e fazendo o espaço público, são: mascates; ambulantes; camelôs; biscates; mulheres que esmolavam e apareciam nas linhas escritas por Luiz Fernando Quirino no jornal como mulheres que perturbavam. As pessoas presentes na crônica do jornal tinham algo que as identificava naquele momento e que passava pelos modos comuns de luta pela sobrevivência:

... Durante cinco ou seis horas, homens que berram, homens que calam, mulheres que perturbam, mulheres que se assustam com os preços, crianças que se perdem, crianças que se perdem, crianças que se acham, cachorros que levam pontapés, fiscais que não fiscalizam, mascates, ambulantes, camelôs, se irmanam no desesperado côro da oferta e procura...¹⁴⁰

Em tempos de carestia dos alimentos, os trabalhadores tinham que buscar as ofertas; nas feiras, a oportunidade aparecia com a xepa no final da manhã, com o resto dos produtos; os trabalhadores se alimentavam com o que já não mais servia, o que havia sobrado das famílias abastadas:

... Mais procura que oferta.

¹³⁹ BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre casas de palha e jardins. In: FENELON, Déa Ribeiro. (Org). *Cidades*. Op. Cit. p. 160.

¹⁴⁰ QUIRINO, Luiz Fernando. A feira proibida. Op. cit.

Ao fim dos negócios, as Donas Xepas aparecem. E logo após, a turma da limpeza pública. Vassourões e caçambas. E ao cair da tarde...¹⁴¹

A feira descrita pelo jornalista Luiz Fernando Quirino se localizava na Avenida Mato Grosso, bairro Nossa Senhora Aparecida, e suas cenas lhe servem de argumento em defesa da importância da CEASA para organizar a cidade, pois símbolo de padronização e organização:

Que pecado cometeu contra todos nós, os moradores da avenida Mato Grosso, para suportar a feira barulhenta, todos os domingos, como um maldição?
Na era das CEASAs, dos Supermercados, do abastecimento regulado e padronizado, a feira livre é quase folclore¹⁴².

O processo de reforma da cultura popular, neste caso, se tratava de uma forma de controle por meio da padronização, pois marginalizava as pessoas pobres, proibindo sua circulação em lugares centrais, e os pequenos comerciantes, com suas tradições quanto modo de comercializar que cederia lugar para os grandes comerciantes. A crônica de Quirino reivindica uma “transformação da cultura”, que, de acordo com Stuart Hall, deve ser entendida como processo de marginalização e negação num contexto de hegemonia:

... A “transformação da cultura” é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas. Em vez de simplesmente “caírem em desuso” através da Longa Marcha para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares.¹⁴³

No final da década de 1970, mobilizou-se um grande esforço do governo municipal, representado pelo prefeito Virgílio Galassi, para reorganizar o perímetro urbano na perspectiva de sanear e ordenar as regiões de comércio de alimentos. Teve destaque a região da Avenida Getúlio Vargas, local da

¹⁴¹ Id. *ibid.*

¹⁴² Id. *ibid.*

¹⁴³ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. Op. cit. p. 236.

central de distribuição de alimentos em Uberlândia naquele momento, com o Mercado Municipal, e situada na região mais tradicional da cidade.

A região era considerada como os jardins que traziam os símbolos do progresso e modernidade da cidade de Uberlândia, representado pelas avenidas arborizadas e pelas construções verticais. A fotografia apresentada abaixo, da década de 1980, traz a visão área da cidade e permite visualizar em esses seus símbolos do desenvolvimento:



Imagem 8

Vista parcial da cidade. Trecho da Avenida Getúlio Vargas arborizada.

À esquerda, bairro Oswaldo Rezende e, à direita, bairro Tabajaras e Centro.

Em primeiro plano, a bifurcação da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Tapuirama e, no segundo plano, a bifurcação da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Marques Póvoa.

Acervo: Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Década de 1980.

No ano de 1978, o jornal *Correio de Uberlândia* noticiou reivindicações de moradores daquela região para transferência do centro de comercialização para outra área da cidade. E o próprio jornalista Luiz Fernando Quirino publicou texto para fazer repercutir essa mobilização:

Muita gente reclamava, fazia campanha, contra o funcionamento do velho mercado municipal e contra a permanência de caminhões, que tomavam toda a avenida Getúlio Vargas, bem no centro da cidade. Na verdade, como os donos dos boxes representavam razoável força eleitoral, não havia Prefeito, por mais machão que fosse, que tivesse coragem de tomar uma atitude. Coube a Virgílio Galassi, realizar o

trabalho em duas etapas: a primeira, conseguindo o apoio do Sindicato Rural, colocando no Parte de Exposições...¹⁴⁴

Ao mesmo tempo, podemos acompanhar um movimento de contradição nesse processo de redefinição da distribuição de alimentos na cidade, uma vez que o mesmo jornal *Correio de Uberlândia* também noticiava uma forte oposição dos grupos políticos ligados aos proprietários dos boxes, que não aceitavam a transferência para outra região. Na cobertura desse processo por parte do jornal, evidenciou-se que, com o apoio do Sindicato Rural, o prefeito Virgílio Galassi conseguiu convencer parte dos comerciantes sobre a necessidade de reorganizar o fluxo de veículos e trazer a tranquilidade para os moradores do perímetro central da cidade.

Somos, no entanto, levados a pensar na conjuntura política e social que se engendrava entre a cidade e o contexto nacional, lembrando o avanço de grupos não hegemônicos na direção de espaços urbanos centrais, exercendo pressões e incômodos. Esse se tornou um fator relevante para a repentina alavancada de poder e coragem para mudanças na ordenação da cidade e que causou estranhamento aos próprios membros ligados às elites representadas pelas palavras do jornalista Luiz Fernando Quirino.

A união de uma parcela do grupo hegemônico em apoio ao prefeito pode ter sido em consequência dos novos personagens sociais¹⁴⁵ que entraram em cena na Avenida Getúlio Vargas e pressionaram o embate social. Em fotografias do Mercado Municipal naquele período, podemos vislumbrar a presença das crianças que foram caracterizadas pela imprensa da época como um perigo à ordem social:

¹⁴⁴ REGISTRANDO (CEASA Regional). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 out.1978.

¹⁴⁵ “... À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, gerais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser compostos de simples figurantes, força sua entrada em cena...”. THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 234.



Imagem 9
Mercado Municipal de Uberlândia, década de 1970. Avenida Getúlio Vargas.
Acervo: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Na fotografia acima, podemos ver parte da dinâmica do escoamento da produção agrícola no Mercado Municipal, com diversos comerciantes negociando verduras e frutas, com a presença de caminhões e peruas no pátio aberto ao acesso de diferentes pessoas, atraindo pessoas das mais diversas partes da cidade para aquela área nobre (Centro). Vale lembrar que, com o aprofundamento da desigualdade social pela crise alimentar, entre as pessoas atraídas para o mercado estavam trabalhadores empobrecidos a oferecer serviços de carregadores e outros biscates, por vezes acompanhados dos seus filhos e, muitas das vezes, levados à prática da mendicância.

A fotografia do Mercado Municipal de Uberlândia tem como foco principal a área de comercialização, mas a fonte pode revelar outras narrativas quando analisada em “focos secundários”, detalhes que, em diálogo com as fontes orais e a imprensa, podem trazer as relações sociais de um mesmo tempo e espaço sob novos ângulos, como ensina Raphael Samuel:

... A desconstrução, usando fotos em conjunto com testemunhos oral e documentos escritos, juntando diferentes classes de evidências, ou usando uma para expor os silêncios e as ausências da outra, é um

procedimento que historiadores podem usar para sustentá-los na explicação e interpretação de velhas fotos...¹⁴⁶

Quando olhamos a imagem com mais atenção, percebemos ali a presença de crianças:



Imagem 10.
Mercado Municipal de Uberlândia, década de 1970. Avenida Getúlio Vargas.
Detalhe.
Acervo: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

A presença da criança nessa fotografia pode contradizer a ideia de progresso e modernidade propagandeada nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia*. Essa presença evidencia roupas rasgadas, pés descalços, pobreza, enfim. Além disso, a imagem em diálogo com a imprensa conduz a pensar as crianças em busca de trabalho como carregadores no espaço do Mercado Municipal; e, ao mesmo tempo, que a população considerada “indesejável” demonstrava ser não apenas espectadora, mas construir ativamente a sociedade.

Essa perspectiva de analisar as fotografias buscando as narrativas através do enquadramento, ao ampliar a presença de determinados sujeitos sociais, é trabalhada pelo historiador Carlos José Ferreira Santos quando analisa as imagens de São Paulo no início do século XX. Através da ampliação

¹⁴⁶ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997. p. 65.

de certos detalhes de fotografias, o autor consegue demonstrar que as pessoas designadas com o estereótipo de “vagabundos” pela literatura, pela imprensa, pelos documentos judiciais da época, ou mesmo por uma historiografia tradicional, participavam ativamente das relações sociais da cidade por terem sido capturadas pelos fotógrafos no exercício de suas atividades de trabalho cotidiano:

... Assim, mesmo não sendo aqueles os lugares que supostamente deveriam ocupar, ou pelo menos serem visíveis, é possível surpreender pelas imagens os sujeitos sociais da parcela da nacional da população despossuída, por vezes descalços e quase sempre destoando das vestimentas dos “atores centrais”. Em outras palavras, o uso cotidiano fazia com que sujeitos encarados como indesejáveis não fossem apenas espectadores, mas também, ao mesmo tempo, atores, subvertendo de certa forma valores presentes nas imagens que se procurava constituir de uma cidade que se modernizava sem a presença ou participação desses agentes sociais.¹⁴⁷

Na ampliação do detalhe da imagem do pátio de comercialização do Mercado Municipal (Mercado Velho), podemos perceber indícios que são utilizados pelos cronistas do jornal *Correio de Uberlândia* para alimentar estereótipos sobre aquelas crianças pobres: corpos magros, roupas rasgadas e pés descalços.

De acordo com esse estereótipo, essas crianças se tornaram um perigo para sociedade “uberlandense”; sua presença no pátio do Mercado Municipal em busca de trabalho e alimentos rompe os limites permitidos para elas na cidade:

... De todos os pontos da cidade pessoas se locomovem em busca de gêneros mais baratos, verduras, frutas e legumes e por preço acessível...¹⁴⁸

Ao concentrar pessoas de todos os lados que não conseguem obter alimentos para suas famílias, estes lugares passaram a ser considerados

¹⁴⁷ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 78.

¹⁴⁸ THEREZINHA. Domingo de feira. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 junh.1978.

perigosos para a conjuntura política. Especialistas advertiam o governo que seria preciso tomar providências para sanar a carestia, pois a falta de alimentos poderia gerar uma revolta popular.

No dia 23 de novembro de 1978, o jornal *Correio de Uberlândia* publicou uma análise do especialista em planejamento no setor de agricultura e pecuária, Luiz Cappi, sobre a necessidade de priorizar os investimentos na agricultura voltada para o consumo interno:

... a agricultura voltada para o mercado interno, que, por sua vez, deve estar fundamentada na oferta de alimentos à população. Este tipo de produção parece-nos fundamental. Atender a demanda interna de alimentos significa garantia de estabilidade social, enquanto diminui a carência de produtos essenciais à população, carência elevação do termômetro das insatisfações¹⁴⁹

Isso não quer dizer que o autor negasse a importância da agricultura de exportação, que, segundo ele, no momento de crise gerado pelo petróleo, contribuiu para manter o desenvolvimento do país. No entanto, o autor chamava a atenção do novo governo da ditadura militar, na figura de João Baptista Figueiredo, para o investimento na agricultura interna, com o argumento de que o abastecimento de alimentos básicos para a população a preço acessível contribuiria como mecanismo de controle social:

a superação do desafio da fome não é somente um imperativo moral mas condicionante da própria estabilidade política¹⁵⁰.

Na perspectiva do embate social, grupos ligados ao poder hegemônico, conduzidos pelos militares, buscavam transmitir e criar alternativas de conter a classe trabalhadora, que tomava os locais públicos em busca de alimentos. A pressão que os trabalhadores exerciam sobre os limites construídos socialmente na cidade fazia com que porta vozes das elites alertassem sobre o perigo que a falta de alimentos significava para a estabilidade governamental.

¹⁴⁹ CAPPI, Luiz. Alimentos: prioridade inadiável. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 6 mar.1977.

¹⁵⁰ Id. *ibid.*

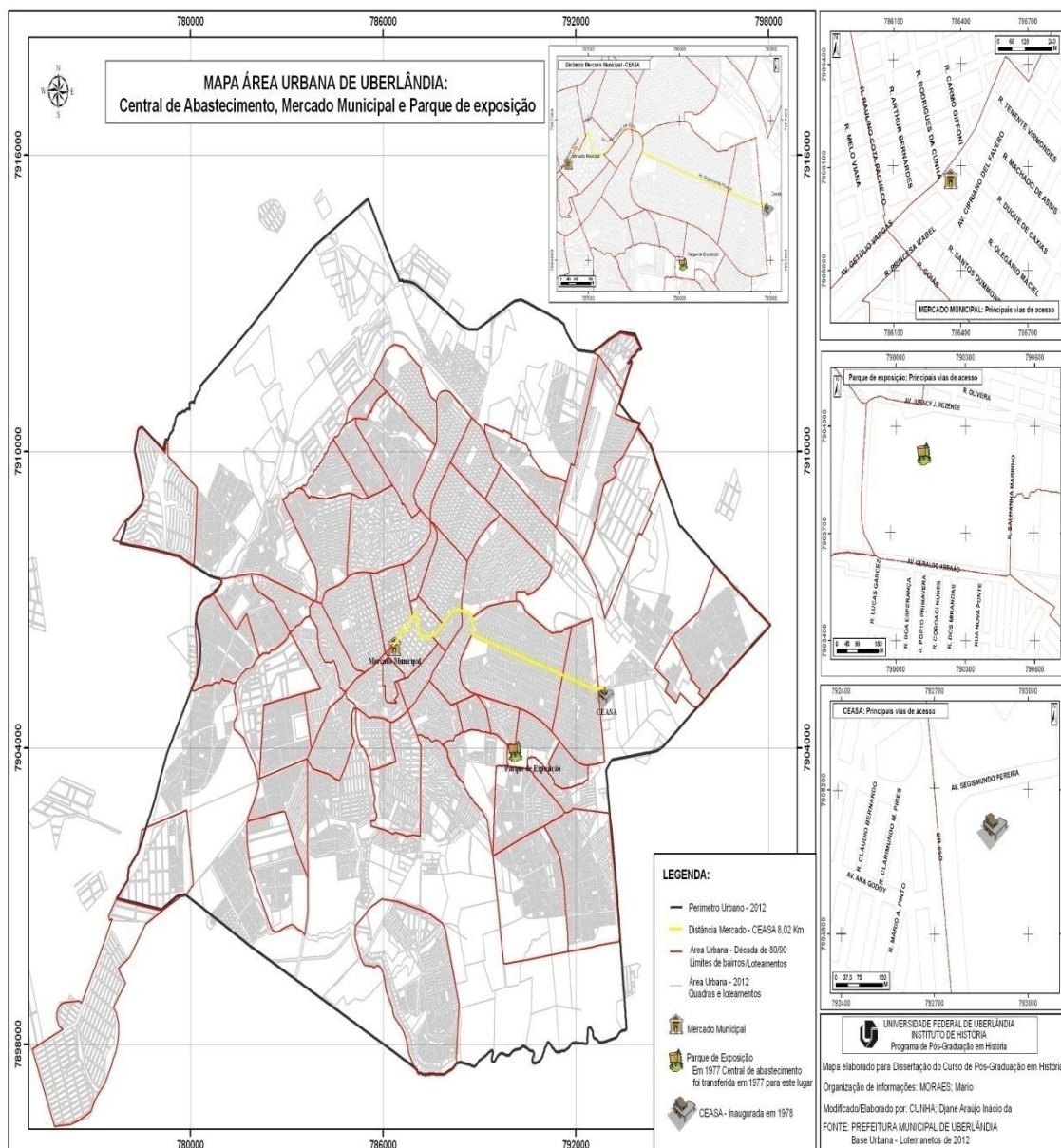
Articuladando-se a isso, as reformulações para a ordenação prevista no SINAC atenderiam aos anseios dos grupos hegemônicos que pretendiam padronizar os locais públicos para evitar a aglomeração dos trabalhadores pobres.

Devido à urgência para a mudança, a primeira iniciativa foi a decisão, em 1977, pela transferência do local de escoamento da produção agrícola para o Parque de Exposições (“Mini CEASA”) como local provisório, para que, no ano seguinte, houvesse a construção definitiva da CEASA às margens da rodovia BR 050.

A construção da nova Central de Abastecimento no limite do perímetro da cidade levaria ao afastamento da população pobre, em consonância com o projeto de criação das centrais de abastecimento em todo o país.

As centrais de abastecimento teriam a função de reduzir os preços dos alimentos, como estava nos documentos de 1972, e organizar os centros urbanos para diminuir o trânsito das cidades, mas, na perspectiva do embate social, como vemos em Uberlândia, a estrutura integrada desenvolvida na década de 1970 pelos militares, há outro objetivo: disciplinar a população pobre, reduzindo o risco de revoltas contra o governo; pois ao passo que o especialista alertava que o alimento seria um termômetro da sociedade, isso ficava nítido no embate vivenciado na conjuntura da cidade de Uberlândia.

No ano de 1978, é inaugurada a unidade da CEASA de Uberlândia, instalada em uma região afastada do centro da cidade, deslocando o fluxo de veículos de uma das principais regiões da cidade, a Avenida Getúlio Vargas, para a BR 050, como podemos verificar no mapa a seguir:



Mapa 2
Mapa da área urbana de Uberlândia:
Central de Abastecimento, Mercado Municipal e Parque de Exposição.
Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Base Urbana – Loteamentos de 2012.

Mas sabemos que não se deslocou apenas o fluxo de veículos para organizar o centro da cidade, pois era preciso que se organizasse o deslocamento de diferentes parcelas da população na direção do novo espaço de comercialização de alimentos. Ao longo das notícias sobre a inauguração da nova central de abastecimento, percebemos que se empreendia a organização de um sistema de transporte público para que a população empobrecida pudesse participar desse movimento de transferência da central de comercialização para outras regiões: primeiro, para o Parque de Exposições; depois, para a BR 050.

Esse movimento, porém, não ocorreu sob um consenso entre os trabalhadores que viviam das atividades, pois foi necessário um trabalho de convencimento e pressão na direção dos caminhoneiros para que pudessem aceitar as novas rotas. Uma das principais justificativas para implantação das novas centrais de abastecimento, relatadas pelo SINAC, seria o reordenamento fluxo de veículos nas áreas centrais. De acordo com o assessor da CEASA-MG, Sebastião Domingues, os trabalhadores que não se submetessem ao deslocamento para as novas áreas sofreriam com sanções legais, tendo suas licenças cassadas, como podemos ler na matéria “Medidas preliminares para tirar os caminhões da Getúlio Vargas”, publicada no jornal *Correio de Uberlândia* no dia 13 de outubro de 1977:

... Disse-nos o Assessor da CEASA-MG, que um trabalho vem sendo feito junto aos proprietários dos caminhões da Getúlio Vargas, que estão recebendo todos os esclarecimentos sobre a transferência para a Exposição e que findo o prazo que será determinado, os que não quiserem mudar, terão suas licenças recolhidas e não mais poderão participar desse comércio...

¹⁵¹

Parte dos trabalhadores não aceitava o deslocamento para os lugares mais afastados da cidade, oferecendo resistência e sofrendo com possibilidades de retaliação por parte do poder público, que buscava disciplinar

¹⁵¹ MEDIDAS preliminares para tirar os caminhões da Getúlio Vargas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 out.1977.

e afastar os trabalhadores, para o bem estar dos grupos hegemônicos, como transpareceu na fala do assessor:

para a felicidade dos seus moradores e dos que fazem daquela importante artéria um meio de chegar mais depressa a diversos pontos da cidade...¹⁵².

Se essa felicidade estaria em deslocar o fluxo de veículos e, principalmente, os pobres – biscateiros e mendigos que viviam dos restos dos alimentos –, no entanto, a resistência de trabalhadores que não concordavam com a padronização também se fez perceber e se tornou pauta em reuniões entre dirigentes dos CEASA's, representantes da Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimentos, a Diretoria de Gestões de Estoques e a Companhia Nacional de Abastecimento, realizadas em Brasília, no ano de 1983, conforme acompanhamos pelo relatório final do encontro dos dirigentes:

Articular também com as Prefeituras no sentido de dificultar o desenvolvimento do comércio paralelo, através da adoção de medidas que dificultem as tarefas dos atacadistas, tais como: reduzir e dificultar a circulação de veículos pesados pelas ruas da cidade, diminuir os horários de carga e descarga, dificultar a concessão de alvarás de funcionamento aos estabelecimentos atacadistas fora das CEASAs etc.¹⁵³

A resistência ao controle e à padronização previstos nos projetos do SINAC (depois ABRACEM) apareceu em diferentes locais do país, como demonstrado pela pesquisa de Lenita Maria Rodrigues Calado sobre a Feira Central em Campo Grande (MS). Procurarei estabelecer um diálogo com a análise desenvolvida pela autora, visto que em sua dissertação o objetivo foi perceber como os grupos hegemônicos padronizaram a cidade em uma

¹⁵² Id. *ibid.*

¹⁵³ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Gestões de Estoques (DIGES); Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SUPAB); PNUD/CONAB BRA 03/034. *Condensação das conclusões levantadas no Encontro de Dirigentes de CEASAS*. Brasília: Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL); Vice – presidência (VIPRE); Departamento de Centrais de Abastecimento (DECEN), 27-28 nov. 1983, p. 9. Trabalho resgatado da época do SINAC.

perspectiva de modernidade, transformando a Feira Central em um patrimônio imaterial:

A Feira Central exclui o popular e fortalece que ele se apresente nas periferias, num movimento previsto pelos planos urbanísticos de retirar o povo da região central da cidade. Esse mesmo povo que constrói a cidade é visto como o refúgio da sociedade. O carregador, o guardador de carros, o sanfoneiro, o hippie, o deficiente físico, são exemplos de pessoas que foram afastadas da Feira. Os guardadores de carros, ou “flanelinhas” foram registrados como trabalhadores ligados à Feira, receberam uniformes e são em número definido pela Prefeitura. O hippie, ou artesão não pode mostrar seu trabalho no espaço da Feira. E os frequentadores de bairros afastados não se animam em estar na Feira toda semana, pensam em ir à Feira como vão ao shopping.¹⁵⁴

Torna-se importante para considerarmos que, em outros pontos do país, estava ocorrendo a padronização e o embate entre classes. Em Campo Grande, de modo semelhante como ocorreu em Uberlândia, os trabalhadores foram obrigados a se deslocar para outros lugares da cidade, para mais distante, porque engenheiros, sanitaristas, representantes dos grupos hegemônicos, tinham a intenção de padronizar a Feira Central ao longo dos anos, com a intenção de afastar as pessoas pobres que não se submetiam ao projeto de modernização da cidade, isto é, de sua adequação ao modelo capitalista, como podemos ver na estrutura que foi criada para a feira:

Atualmente, a Feira Central mostra a segurança que o lugar controlado, sem o pobre, sem o feio e sem o doente é capaz de agradar ao visitante. Juntamente com esses atores sociais, foram eliminadas da cidade parcelas da subjetividade da história da cidade. Apenas o ideal do cenário fica à vista. Não se podem acessar os problemas da vivência social, o pobre, o feio, o doente, ou seja, os excluídos não fazem parte do fazer histórico. As cidades modernas encontram-se inversamente despidas de memórias não represadas pela razão; seus mitos de fundação constituem elaborações históricas (Bresciani, 2002, p. 32). A violência, assim como a defesa dos bons costumes, sempre foram preocupações das classes dominantes. Na Feira, tanto na rua como na Esplanada, o problema sempre foi manter a paz. No espaço público, o controle foi feito por policiamento ou por meio de grades, ou seja, algumas vezes, aparentemente;

¹⁵⁴ CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Campo Grande e sua Feira Livre Central: conhecendo a cidade através da feira*. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

outras, panópticamente, pela Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande.¹⁵⁵

Como em Campo Grande, que buscou racionalizar e sanear os problemas que a cidade vivenciava, Uberlândia recebeu a visita de diversos técnicos que racionalizaram as atividades do comércio agrícola.

Num primeiro momento, o comércio foi transferido para o Parque de Exposições, na Avenida Juracy Junqueira Rezende, bairro Pampulha, situado na zona sul. Logo depois, passou para o local definitivo, nas margens da cidade, na BR 050. Foi amplamente anunciado que a nova unidade tinha como importantes objetivos a redução dos preços dos alimentos, que, como já vimos, era intenção nacional do SINAC, além de construir um controle sobre a população, segundo o especialista em agricultura. Esta intenção se demonstrava com alguns mecanismos: sorteio de cestas de alimentos durante a solenidade de inauguração da nova Central; criação do Varejão da CEASA, aos sábados, para permitir que as pessoas adquirissem os gêneros básicos para alimentação; disponibilização, por parte do prefeito Virgílio Galassi, de transporte gratuito para acesso ao Varejão todo sábado. Foram iniciativas para atrair a população para as margens da cidade, convencer as pessoas ao deslocamento.

A iniciativa do sorteio de cestas de alimentos na inauguração da CEASA surtiu o efeito desejado de atrair uma parcela considerável da população, de acordo com o que noticiou o jornal *Correio de Uberlândia*:

... Grande massa popular lotou totalmente o amplo galpão de comercialização da CEASA de Uberlândia, prestigiando assim as solenidades que entregaram a central de abastecimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a vigésima quarta criada em Minas Gerais. Depois das solenidades, a grande massa popular participou do sorteio de 50 cestas com todos os produtos distribuídos pela CEASA...¹⁵⁶

¹⁵⁵ Id. *ibid.*.

¹⁵⁶ NA INAUGURAÇÃO da CEASA prefeito Galassi anunciou a sua ampliação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 out 1978.

Por outro lado, a constituição desse instrumento de controle social através da redução dos preços dos alimentos talvez demorasse para surtir os efeitos de alimentar, de fato, a população pobre.

Somando-se a todas as outras evidências de fome na cidade de Uberlândia, ao longo do ano de 1978, acrescentamos a notícia sobre distribuição gratuita de alimentos feita por um centro espírita de Uberlândia as regiões periféricas da cidade no final de 1977:

... No domingo que passou, a Divulgação Espírita Cristão, com sede na Rua Viena nº. 534, Bairro Tibery, promoveu o XVIII Festival Espírita do Natal, oferecendo gêneros alimentícios, roupas, brinquedos, atendendo 14.030 pessoas. De 7 às 12:30 horas, a promoção natalina, que em todos os anos se repete fortalecida no amor ao próximo, fez esta distribuição: 31 mil quilos de gêneros alimentícios; 13.985 peças de confecções; 10.450 brinquedos; 13.816 sanduíches e 450 enxovais para recém-nascidos. A diretoria da Divulgação Espírita Cristã, quer por nosso intermédio, agradecer a todos que colaboraram para o sucesso do XVIII Festival Espírita do Natal, formando uma corrente de amor e fraternidade, que serviu para entrelaçar com ternura e prezar a todos os beneficiários com uma felicidade incontida, com grande parte deles derramando lágrimas de contentamento, por terem sido lembrados também este ano, pelos irmãos espíritas de Uberlândia, que propiciaram com a distribuição de domingo, a comemoração de um Natal muito alegre e festivo, a milhares de familiares carentes de recursos...¹⁵⁷

A reportagem, de dezembro de 1977, noticiava cerca de quatorze mil pessoas em estado de miséria que ainda precisavam do básico para sua sobrevivência e necessitavam recorrer à doação para sustentar suas crianças:

¹⁵⁷ MARTINELLI, Sérgio. Festival Espírita do Natal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 19 dez.1977.



Imagem 11
“Festival Espírita do Natal”.
Jornal Correio de Uberlândia, 19 dez. 1977.

De acordo com o que vemos na imagem, havia crianças e adultos da classe trabalhadora empobrecida, com roupas simples, algumas sem calçados, moradoras de um bairro sem pavimentação, buscando alimentação para suas famílias e reforçando a conjuntura de embate no contexto de desigualdades da cidade de Uberlândia naquele período.

A imagem dessas pessoas faz lembrar a imagem cunhada por um dos trabalhadores da Central entrevistados para esta pesquisa, o carregador Joãozão, sobre as pessoas que passaram a se deslocar para a nova unidade do CEASA em Uberlândia em busca de restos de alimentos: eram tantas que lembravam uma “nuvem de pessoas”.

Na conjuntura vivenciada por essas pessoas concretas, entendemos a posição do carregador Joãozão em olhar positivamente para sua trajetória de

trabalho dentro da CEASA. A partir daí, vamos nos dedicar a compreender as condições de trabalho de crianças e de adultos na CEASA, bem como compreender como passou a acontecer a presença dos moradores pobres da cidade no novo equipamento de escoamento de alimentos.

Capítulo 3

Os múltiplos sujeitos em torno da CEASA em Uberlândia

Em 1978, como já visto, as crianças procuravam avançar sobre regiões centrais da cidade de Uberlândia à procura de trabalho e, por vezes, mendigando para obter alimentos. Para sobreviver, trocavam sua mão de obra, transformando-se em pequenos carregadores, estavam presentes nas portas de supermercados, de clubes e da rodoviária da cidade. Com a construção da Central de Abastecimento, parte da população que vagava pelas ruas da cidade deslocou-se para as margens do perímetro urbano, na BR 050. Neste local, as experiências de algumas crianças como carregadores, conforme já também visto que ocorria no Mercado Municipal da Avenida Getúlio Vargas, no Centro, igualmente interessou comerciantes e fornecedores que comercializavam os gêneros alimentícios. Foi desse modo que as crianças, como Joãozão, à época, passaram a integrar os trabalhadores que transportavam as mercadorias na CEASA.

As crianças foram levadas a vender sua mão de obra: quais foram as condições de trabalho enfrentadas por elas ao longo desse tempo? Na busca de pensar as condições das crianças que foram se transformando em adultos no exercício da função de carregadores da CEASA, vista como subemprego, considere importante pensar as condições trabalhistas que estimularam a imprensa da década de 1970 e 1980 à forja do termo “subemprego” com conotações pejorativas para os que exerciam tais atividades.

Este capítulo se dedica a evidenciar correlações possíveis entre as experiências de sujeitos sociais que compunham uma parcela da população pobre que se deslocou do centro da cidade para as novas instalações da CEASA. Outra dimensão importante diz respeito à experiência daquelas mesmas crianças, que se tornaram carregadores, ao lado de muitos homens e

mulheres e outras crianças que antes buscavam alimentos na hora da xepa das feiras da cidade e foram estimuladas a se deslocar para o pátio da nova Central de Abastecimento. Qual a relação que a Central de Abastecimento vai tecer para com a cidade e as pessoas que necessitam dos alimentos para sobreviver?

3.1. Carregadores, mulheres, crianças e a distribuição de alimentos após a criação da CEASA.

A unidade de escoamento de produtos agrícolas de Uberlândia, inaugurada em 1978, tinha a função social de reduzir os preços dos alimentos. E as instituições criadas para conduzir as centrais de abastecimento no país utilizavam os meios de comunicação para demonstrar que os investimentos públicos destinados a esses novos equipamentos trariam benefícios para toda a população, focando as propagandas nas donas de casa, que poderiam consumir alimentos frescos e baratos. Dentre as notícias que evidenciaram o papel da imprensa para divulgar a função social das novas centrais de abastecimento de alimentos, estava a matéria de capa do jornal *Correio de Uberlândia* do dia 21 de outubro de 1978:

... Para o povo, a Prefeitura Municipal colocará ônibus especiais, desde as primeiras horas da manhã, transportando, principalmente donas de casa, para assistirem a solenidade, e participarem do **SORTEIO DE 50 CESTAS REPLETAS DOS MELHORES PRODUTOS CULTIVADOS** em nossa região. Para a cidade de Uberlândia, as solenidades marcadas para este sábado, às 11 horas¹⁵⁸.

As donas de casa foram convidadas para as festividades de inauguração, mas devido a Central de Abastecimento ter sido construída fora do perímetro urbano, às margens da BR 050, a prefeitura disponibilizou ônibus,

¹⁵⁸ NA INAUGURAÇÃO da CEASA prefeito Galassi anunciou a sua ampliação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 out 1978.

para que a população participasse dos sorteios das cestas básicas de frutas e verduras, um atrativo para convencer a população a esse deslocamento.

A notícia trazia que a importância do evento estaria presença de autoridades políticas. Podemos pensar em hipóteses para a presença das autoridades, pois queriam vincular sua imagem política aos projetos do governo da ditadura propagandeados como tendo o objetivo de reduzir a carestia através do incentivo à agricultura e à facilitação de escoamento dos produtos agrícolas. Os discursos políticos buscaram criar, no imaginário da população, que a instituição estava sendo doada para a população, para que todos pudessem ter acesso aos alimentos a um custo baixo.

O título de uma propaganda assinada pela prefeitura de Uberlândia e publicada no mesmo jornal poucos dias antes da inauguração da CEASA demonstrava a sintonia do poder público municipal com os governos militares, ao mesmo tempo em que também assumia o lugar de exemplo de cidade próspera, com fartura disponível a todos os seus moradores, como se vê na edição do dia 10 de outubro de 1978:

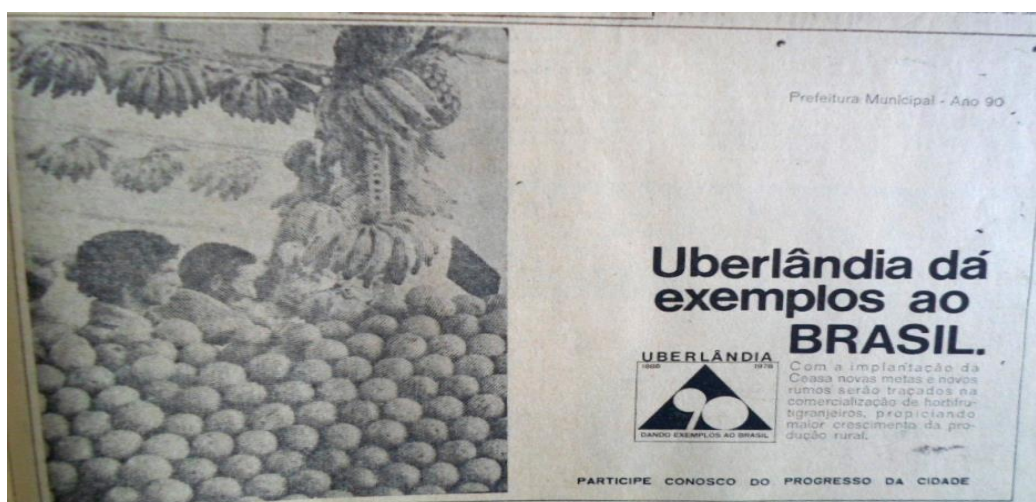


Imagem 12
Uberlândia dá exemplos ao Brasil.
Jornal Correio de 10 out.1978 Uberlândia

A propaganda trazia a chamada “Uberlândia dá exemplos ao Brasil”, a intitular o seguinte texto:

Com a implementação da Ceasa, novas metas e novos rumos serão traçados na comercialização de hortifrutigranjeiros, propiciando maior crescimento da produção rural.

O texto, por sua vez, ladeava-se por uma grande fotografia com imagem de uma barraca de venda de frutas, onde se via o que pareciam laranjas e bananas, e seguia arrematado pela frase “Participe conosco do progresso da cidade”. Evidenciava-se o direcionamento dos investimentos públicos e, portanto, do suporte aos produtores rurais, no âmbito da lógica defendida pelos governantes e economistas, já discutida anteriormente, de que o aumento da produção daria suporte para que o Brasil saísse da crise econômica e seria fator importante para controle social.

Também é interessante considerar a geração de receitas que a criação de um novo equipamento urbano poderia propiciar, mas considerando, igualmente, que a transformação da cidade era pensada e realizada por grupos ligados ao poder econômico, e, nesta perspectiva, os trabalhadores só estariam se adaptando a uma conjuntura social. No entanto, aqui sigo outro tipo de análise, tentando direcionar a reflexão para os trabalhadores: como estavam vivenciando aquela dialética social em torno da nova estrutura criada com recursos públicos.

Para considerar as vivências dos trabalhadores, foi necessário formular certas indagações. O alardeado crescimento da produção de alimentos sanou a carestia no preço dos gêneros alimentícios em Uberlândia? Foi possível perceber melhores condições de vida para os trabalhadores e seus filhos?

A perspectiva que orientou a pesquisa para essa direção enfrentou dificuldades em relação a fontes, pois constatei que se tratava de algo que historicamente vinha se mantendo fora do olhar e do interesse da maioria das pessoas. O historiador Walter Fraga Filho, que “desviou” seu olhar para os meninos pobres que viviam da mendicância na Bahia do século XIX, relata que os grupos que ele designou como as elites procuravam afastar dos olhares da sociedade o desfile da pobreza que afetava a Bahia, como podemos ver no trecho do livro *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX*:

Houve quem argumentasse que a presença de mendigos nas vias públicas só contribuía para manchar a “imagem” da Bahia aos olhos dos visitantes estrangeiros, os mais abalizados abonadores de nosso progresso...

A tão proclamada Civilização que queria alcançar não se preocupava com as causas da pobreza e sim com o ocultamento da miséria e dos miseráveis...¹⁵⁹

Direcionando seu olhar em busca daqueles sujeitos sociais invisíveis, Walter Fraga Filho levantou fontes como: a imprensa, na perspectiva do campo de embates, onde grupos se posicionavam contra a presença das crianças nas ruas; os inquéritos policiais, onde fez emergir as experiências das crianças que eram levadas à prática da mendicância devido à fome.

A partir do trecho acima, me inspirei para perceber que certa parte da sociedade pretendia construir a imagem da cidade ordeira que caminhava para o progresso, escondendo as pessoas que não participavam das riquezas produzidas. Também neste capítulo, assim como nos anteriores, empreendo um diálogo crítico com a imprensa e com as fontes orais para questionar a imagem de progresso construída para a cidade de Uberlândia.

Alguns trechos de reportagens puderam indicar que o progresso não alcançou todas as pessoas da mesma forma, mesmo com a construção da Central de Abastecimento a pretexto de estimular a redução dos preços dos alimentos, tornando-os mais acessíveis à população pobre. Reportagem do jornal *Correio de Uberlândia* publicada no dia seguinte à inauguração da CEASA registrou ampla presença de pessoas que participaram da solenidade e do sorteio anunciado para divulgar o início das operações:

Povo e sorteio:

Grande massa popular lotou totalmente o amplo galpão de comercialização da CEASA de Uberlândia, prestigiando assim as solenidades que entregaram a Central de Abastecimento do Triângulo Mineiro e Alto Paraíba, a vigésima quarta criada em Minas Gerais...¹⁶⁰

¹⁵⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 143.

¹⁶⁰ Na inauguração da Ceasa prefeito Galassi anunciou a sua ampliação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 out.1978.

A reportagem procurou relacionar o povo com o sorteio, demonstrando que a “massa” necessitava participar para ganhar os alimentos. Mas de quem se tratava, quem seria a “massa” à procura dos alimentos? Com a construção da CEASA, essas pessoas foram contempladas com acesso facilitado aos gêneros de que precisavam cotidianamente?

Para tentar responder as indagações, busquei as fontes orais. Dentre os entrevistados, estive um servidor público que trabalha na CEASA há quase três décadas, o Senhor Pedro José Oliveira, e a entrevista foi realizada em seu local de serviço, o Banco de Alimentos localizado na CEASA de Uberlândia.

Pedro José Oliveira tem a função de gerenciar o Programa Banco de Alimentos, programa que integra a política governamental Fome Zero, vem sendo desenvolvido desde 2006 e se organiza dentro das centrais de abastecimento no Brasil para promover a doação de gêneros alimentícios a pessoas e a instituições que se cadastram e demonstram situação de carência. É assim definido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

O Banco de Alimentos é uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar que tem como objetivo arrecadar alimentos, por meio de articulação do maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário (produtos inadequados para a comercialização, mas próprios para consumo humano).¹⁶¹

Durante as diversas visitas que realizei para conversar com o Senhor Pedro, pude perceber sua dedicação ao projeto e às pessoas, que se estende no esforço dedicado para com os funcionários e as instituições que buscam alimentos. O funcionário já havia relatado que fazia 27 (vinte e sete) anos que trabalhava no setor de distribuição de alimentos e, ao longo da entrevista, lhe

¹⁶¹ BRASIL. Programa acesso à alimentação: banco de alimentos. Brasília, jan.2006.p.11.

pedi que explanasse alguns dos motivos que o levaram a escolher aquele setor e também explanasse sobre quais mudanças ocorreram nesse processo:

Entrevistador: Seu Pedro o Senhor falou que tem 27 anos de CEASA. O que levou o senhor a trabalhar neste projeto e quais as mudanças que o senhor percebeu desde o início?

Entrevistado: Em primeira mão, foi um convite que a gente teve para vim para cá. Até a gente nem tinha o conhecimento do que é fazer um social, e depois, logo em seguida, o amor que a gente criou pelo trabalho e ter a certeza que o maior beneficiado de tudo que a gente faz aqui é a gente mesmo, entendeu. Hoje, a gente credenciamos instituições, sendo atendida... Não que a gente trata de ninguém, mas pelo menos minimiza um pouco a necessidade das famílias carentes. As criancinhas, que nos temos aí passando necessidade, passando falta das coisas... E esse trabalho do dia a dia vem fazendo com que o nosso amor, a nossa vontade cresça cada dia mais dentro daquilo que nos possibilita a fazer sendo o grande beneficiário de tudo isso aí. O maior beneficiado é a gente mesmo.¹⁶²

Na entrevista, o Senhor Pedro discorreu sobre a motivação para sua carreira, que traduziu como dedicada a contribuir para que as famílias e as crianças possam ter assistência alimentar. Mas lhe perguntei sobre como era o trabalho com a distribuição de alimentos antes da implementação do Programa Banco de Alimentos. Considerando que a entrevista é uma narrativa criada tanto pelo entrevistador quanto pelo entrevistado, minha intenção era a de saber sobre a conjuntura social da cidade na década de 1980, logo após a instalação da CEASA.

Com isto, as lembranças do entrevistado foram remetidas para meados da década de 1980 e puderam contribuir para pensar a respeito das condições das pessoas pobres na cidade de Uberlândia que motivaram a criação de projetos de doação de alimentos na Central:

Entrevistador: Seu Pedro, gostaria de aproveitar a experiência do senhor. O senhor pode falar um pouco da estrutura da CEASA desde o início?

Entrevistado: Não, na verdade, não era uma feira no mercado da CEASA. Nós temos aqui, toda segunda, quarta, quinta e sexta, nós

¹⁶² OLIVEIRA, Pedro José. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2013. O entrevistado trabalha na Central de Abastecimento de Uberlândia na função de gerente do Banco de Alimentos.

temos o mercado aqui, que é a “pedra”, o mercado livre do produtor. O que acontecia antes [de] ter esse projeto aí é o que a gente chamava de “catante”: o pessoal que vinha, pegava produto do chão, às vezes até fora de condição de uso...¹⁶³

Na narrativa, podemos perceber a parcela da população anteriormente mencionada, que esmolava e catava restos de alimentos e que se deslocou das áreas centrais para as margens da cidade, para dentro da central de abastecimento.

Ao mesmo tempo, porém, também podemos perceber que “o progresso” propagado como a acompanhar a construção da unidade não contemplou homogeneamente a sociedade, pois pessoas vivendo de alimentos deteriorados que encontravam no chão vão fazer parte do cenário da CEASA de modo semelhante ao que anteriormente ocorria no pátio da FEPASA e no Mercado Municipal. Os “catantes” haviam mudado de lugar, mas permaneciam na situação de “catantes”. As famílias pobres foram atraídas para a nova unidade, localizada à margem da cidade, para serem retiradas dos olhares e para se esconder a desigualdade social expressa com sua presença nas ruas do Centro.

Venho mencionando, repetidamente, a localização da CEASA como “à margem da cidade”. Em imagem aérea da área ocupada pela unidade da CEASA, provavelmente datada dos anos 1990, podemos identificar nitidamente seu isolamento em relação a outras regiões da cidade de Uberlândia nos anos iniciais – e mesmo uma década depois – de suas operações.

Quando consideramos a fotografia em diálogo com as diversas fontes levantadas nesta pesquisa, é possível prosseguir com a discussão de que o movimento de retirar e marginalizar os trabalhadores não dizia respeito apenas aos pátios da CEASA. O movimento de retirada dos trabalhadores pobres do perímetro central e de construção de importante equipamento comercial em região tão afastada também dizia respeito à projeção de construção de novos bairros: destinados a atender, com moradias, às camadas populares; bem como também destinados a atender, com oportunidade de negócios de

¹⁶³ OLIVEIRA, Pedro José. Entrevista. Op. cit.

especulação imobiliária, aos grupos econômicos da cidade que se prepararam para se beneficiar com os novos investimentos.

Na imagem, podemos identificar o bairro Segismundo Pereira – naquele momento, conjunto habitacional –, ainda sem infraestrutura, formado por casas simples e separado da cidade. Assim sendo, as condições do viver das pessoas que acorriam aos pátios da nova Central para recolher alimentos pode ser imaginada:



Imagem 13
Fotografia área Central de Abastecimento de Uberlândia. C. anos 1990.
Acervo: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

A imagem fornece vestígios da política pública que estava em sintonia com um ideário de progresso que grupos de empresários, latifundiários e a imprensa criavam para a cidade e que tinha como uma de suas linhas o projeto de valorização de áreas mais afastadas do Centro, com a criação de conjuntos habitacionais, prática presente na década de 1970 e desenvolvida nas décadas seguintes. No texto da tese de doutorado da historiadora Célia Rocha Calvo, percebemos quem eram as famílias que habitavam os bairros afastados:

...Muitos foram operários e trabalhadores do transporte: motoristas, ferroviários, charreteiros ou aqueles que se especializaram no ramo

da construção civil, principalmente depois dos anos 1970, quando Uberlândia teve seu crescimento pautado pela vinda de muitas famílias que saíam das cidades vizinhas.

Na época, os poderes público e privado da cidade conseguiram realizar, à custa do milagre econômico, um sonho que fazia parte dos projetos dos grupos dominantes, desde os anos 1940: fazer de Uberlândia uma cidade industrial.

As áreas reportadas por eles eram, nos anos 1970, zonas urbanas e passaram a receber um grande volume de investimentos dos grupos que enriqueceram com os programas da política habitacional. Essas medidas faziam parte do projeto de reordenação da cidade por meio da organização do distrito industrial nas novas áreas que também foram valorizadas por se situarem nas margens dos traçados das rodovias federais, principalmente a Br 050...¹⁶⁴

Quando unimos os vários vestígios à imagem das crianças que representavam o perigo e necessitavam ser deslocadas para longe das áreas nobres, fica mais nítida a relação estabelecida entre as crônicas das páginas do jornal e o projeto social para a cidade. A reclamação quanto às favelas suscitava, ainda que em suas entrelinhas, a necessidade da construção dos conjuntos habitacionais que grupos hegemônicos criaram na perspectiva de lucrar com especulação imobiliária e que, na prática, para os trabalhadores, continuaram a reproduzir péssimas condições de viver. Retomemos trechos da crônica de Luiz Fernando Quirino, de junho de 1978, já citada em capítulo anterior e significativamente intitulada “Trombadinha”:

... Quando transformamos as fazendas em loteamentos, e quando buscamos as indústrias e enriquecemos nosso comércio. E quando trouxemos a pioneira Faculdade no embrião da Universidade, estávamos convocando a gente humilde que veio viver de sub empregos [...]

[...] Estão aqui. Moram nas favelas que circundam a cidade e são o pesado ônus que vamos pagar, pelo desenvolvimento...¹⁶⁵

O texto do cronista Luiz Fernando Quirino ganhava sentido no processo de embates: a população de trabalhadores pobres, moradores de favelas, representava o ônus a ser pago pelos grupos hegemônicos. Mas, de acordo com o olhar a contrapelo que podemos lançar para essas mesmas evidências,

¹⁶⁴ CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit., p157.

¹⁶⁵ QUIRINO, Luiz Fernando. Trombadinha. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 9 jun.1978.

compreendemos que são os trabalhadores e seus filhos, nesse processo de embate social, que vão arcar com a desigualdade e a especulação imobiliária.

A crônica mencionava furtos cometidos por crianças e suas rotas de fuga na direção do bairro Santa Monica, conjunto habitacional localizado na região intermediária entre o Centro da cidade e a área onde se instalou a CEASA:

... Com a bolsa pendurada nas mãos. E sumiram como saci-pererês lá pras bandas da Santa Mônica...¹⁶⁶

A menção aos furtos e aos meninos em fuga, por parte do jornalista Luiz Fernando Quirino, em 1978, permitiu correlacionar as áreas que foram se destinando às famílias de trabalhadores e suas condições de vida. Ao mesmo tempo, Maria Aparecida de Oliveira Silva, trabalhadora voluntária do Banco de Alimentos da CEASA e uma das beneficiárias dos gêneros que são ali doados, durante entrevista em 2013, ajudou a pensar como as pessoas que vivenciavam a desigualdade social necessitavam dos alimentos para sustentar suas famílias. Aproximo sua fala daquela imagem criada pela crônica sobre os meninos que transitavam no Centro da cidade e por vezes tinham de voltar fugindo para seus bairros:

Entrevistador: Para o dia-a-dia da senhora, qual a importância dos alimentos?

Entrevistado: Pra mim, é bom. As coisa hoje está muito caro. As verduras, você vai num mercado com dez real, você não compra; com cinquenta reais, você pega, você leva uma bolsa dessa aqui na mão. Mas aqui a gente trabalha de voluntária no Banco de Alimento, come de tudo que tem direito. Para nós, é uma fartura. Nós não ía comprar fruta e verdura. No caso, nós já não compra, compra uma carne, outra coisa diferente, já economiza o bolso. Ai de mim se não fosse isso aqui... Porque a gente passava por muita luta, viu. Sempre eu vinha ajudar, eu passava debaixo da cerca, eu vinha com o carrinho de mão, de a pé, lá aqui. Esse povo aqui é muito bom, nada para falar deles, eles me ajudou muito. Meus filhos eram tudo pequeno.

Antes, a gente trabalhava embalando batatinha, feijão, a gente fazia de tudo e andava nos boxes, as pessoas doavam as coisas para a

¹⁶⁶ Id. *ibid.*

gente. Antes do Banco de Alimento, a gente tinha liberdade para andar, eles enchiam as sacolas da gente...¹⁶⁷

Segundo Maria Aparecida de Oliveira Silva, as pessoas vinham de todos os bairros, principalmente das áreas vizinhas, deslocavam-se com carrinhos de mão, para chegar à CEASA e oferecer sua força de trabalho ou mesmo catar os alimentos que lhes eram cedidos.

Vale esclarecer que, ao longo da década de 1980, essas pessoas que se deslocavam para a Central de Abastecimento passaram a sofrer pressões para permanecer em seus bairros e parar de procurar a CEASA na tentativa de catar restos de gêneros ou de receber doações. Naquele período, surgiu um novo esforço para se evitar a presença dos pobres no espaço de comércio de gêneros alimentícios, vindo a se associar a outras iniciativas de criação de redutos para os pobres, como a construção dos conjuntos habitacionais em locais isolados.

A principal estratégia para aquelas pressões definiu-se pela proibição de doações de alimentos no espaço do pátio da Central de Abastecimento, acompanhada da determinação de que as doações passariam a se realizar diretamente na sede de instituições previamente cadastradas junto à administração da CEASA. Em meados da década de 80, criou-se o Projeto Barracão de Alimentos, que, ao passo que instituiu uma política social no âmbito da Central, por outro lado, de acordo com o ponto de vista de Maria Aparecida, passou a cercear a liberdade de locomoção naquele espaço.

No entanto, se vemos delinear-se mais um movimento de ordenação da presença da população pobre na CEASA, quando consultamos novamente as fotografias disponíveis sobre a Central no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, é possível identificarmos que, no ano de 1991, ainda havia a presença de pessoas que recolhiam alimentos na Central de Abastecimento de Uberlândia, como indica a imagem abaixo:

¹⁶⁷ SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013. Trabalha como voluntária no Banco de Alimentos de Uberlândia.



Imagem 14
Famílias trazendo restos de alimentos da CEASA. Invasão Dom Almir. 1991.
Acervo: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

A fotografia evidencia mulheres e crianças carregando, como podem, baldes e sacos com gêneros recolhidos na CEASA. Indicam que talvez coincidam com aqueles “catantes” mencionados pelo entrevistado Pedro José Oliveira, que buscavam sobreviver dessas doações e do que conseguiam catar, locomovendo-se por longos percursos a partir de bairros vizinhos, por caminhos ermos da cidade. É uma imagem semelhante à descrita nas narrativas das entrevistadas que atualmente trabalham como voluntárias no Banco de Alimentos e haviam vivenciado aquele período também enquanto “catantes” e pedintes.

A fotografia é datada de 1991. Quando estabelecemos diálogo com a historiografia produzida sobre essa década, percebemos que a região próxima da Central de Abastecimento estava sendo ocupada por pessoas que não tinham acesso à moradia. A historiadora Rosângela Maria Silva Petuba discute o processo de ocupação e os modos de viver nas áreas próximas à BR 050 a partir da década de 1990, reportando-se diretamente à região que passou a ser conhecida como Ocupação Dom Almir, mencionada na legenda da fotografia acima:

... o trabalho aborda o processo de constituição do atual Bairro D. Almir, fruto de dois processos de ocupação, nos anos de 1990-1991. Em agosto de 1990, trabalhadores sem teto ocuparam uma área pertencente ao poder público municipal no Parque São Jorge IV, onde atualmente se encontra o Conjunto Viviane, batizando-a, na época, com o nome de Vila Rica, e de onde foram transferidos para uma propriedade rural chamada Fazenda Marimbondo. Menos de um ano depois dessa transferência, houve uma segunda ocupação, realizada por um outro contingente de trabalhadores, numa área paralela àquela para onde haviam sido transferidos os ocupantes do Vila Rica. A essa área os ocupantes denominaram D. Almir II...¹⁶⁸

As condições do viver nas regiões de ocupações eram precárias, principalmente na época de chuvas, quando as pessoas sofriam com a lama invadindo suas casas e dificultando sua locomoção. A fotografia das pessoas carregando os alimentos que haviam conseguido na Central de Abastecimento demonstra a dificuldade de se caminhar em meio à lama, condições aproximadas com as que os entrevistados de Rosângela Petuba vivenciaram:

...A época de chuvas era uma das mais difíceis para os moradores. As ruas ficavam intransitáveis, o caminhão pipa não entrava para levar a água, a lama escorria para dentro dos barracos estragando os poucos móveis e, às vezes, até as roupas e colchões que ficavam no chão...¹⁶⁹

Foi importante estabelecer um diálogo com as fotografias, as entrevistas, os trabalhos historiográficos em suas interseções e/ou divergências com as descrições presentes no jornal *Correio de Uberlândia* do ano de 1978 acerca das “famílias perigosas” que ameaçavam a ordem constituída pelas elites “uberlandenses” para o progresso e a modernidade.

Vale, com isso, reforçar a identificação a contrapelo dessas famílias, apontando para o fato de que se trata de integrantes de famílias de trabalhadores que, no âmbito do sistema capitalista e sua lógica de desigualdade social, não dispunham do básico para sobreviver, roupas e alimentação, pois, na imagem da fotografia, vemos crianças com roupas

¹⁶⁸ PETUBA, Rosângela Maria da Silva. *Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir. Uberlândia, 1990-2000*. 2001. 117f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2001. p. 11.

¹⁶⁹ Id. p. 71.

rasgadas e descalças, evidenciando situação social próxima a dos meninos que buscavam trabalho no Mercado Municipal na década de 1970. O que nos leva a concluir que a extrema pobreza e a fome continuavam presentes na cidade de Uberlândia na década de 1990, ponto em questão a promessa de progresso que afetou o viver dos moradores da cidade.

Se uma das funções sociais da CEASA e que vinha justificando os investimentos de recursos públicos seria a redução de preços levando o acesso das pessoas com poucos recursos aos produtos agrícolas, após 13 (treze) anos de sua inauguração percebemos que um dos objetivos não foi alcançado.

Os textos e as propagandas governamentais sobre o projeto do Banco de Alimentos questionam a palavra “resto” utilizada pelo Arquivo Público Municipal na legenda da fotografia de 1991. De acordo com a apresentação do projeto de doação do Banco de Alimentos, tratam-se de “produtos fora do valor de comercialização”, mas que possuem qualidades suficientes para grupos sociais em situação de venerabilidade social, como podemos perceber no documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2006:

O Banco de Alimentos é uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar que tem como objetivo arrecadar alimentos, por meio de articulação do maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário (produtos inadequados para a comercialização, mas próprios para consumo humano). Após feita a seleção, classificação, processamento ou não, porcionamento e embalagem, estes alimentos são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais, de acordo com suas reais necessidades de consumo, definidas a partir de um trabalho de avaliação desenvolvido pela equipe do próprio Banco de Alimentos.¹⁷⁰

No entanto, indagações continuam presentes. Os grupos que, no ano de 2006, podem ser caracterizados como pessoas em “situação de venerabilidade social”, em termos de composição de um terreno comum de classe social e de

¹⁷⁰ BRASIL. Programa acesso à alimentação: banco de alimentos. Brasília, jan.2006. Op. cit. p. 130.

experiências compartilhadas, são aquelas que, no período dos anos 1970 a 1990, vimos ser caracterizadas pelos cronistas do jornal Correio de Uberlândia como a viver nos limites dos subempregos, com seus filhos sendo discriminados no perímetro urbano, sendo forçadas a sobreviver dos restos dos alimentos.

Durante a pesquisa, acompanhei a dialética social de marginalização enfrentada pelos trabalhadores, ao longo daquele período dos anos 1970-1990, e que traz desdobramentos no presente. Atualmente, vemos políticas públicas que focam o movimento das vidas dos trabalhadores com novas palavras. Ao mesmo tempo, porém, também podemos perceber que, na materialidade da vida real, se evidenciam semelhanças entre a experiência de parte dos trabalhadores e seus filhos de um e de outro tempo, que continuam a viver dos restos que os grupos hegemônicos não querem consumir. E vemos como persiste o embate social no status presente no âmbito do acesso a alimentação, uma vez que, no século XXI, ao passo que o Brasil vem se apresentando como o “celeiro do mundo”, parte de sua população continua passando fome na dinâmica da concentração de renda:

Acredita-se, dadas as tristes características brasileiras, que alimentos eliminados indiscriminadamente poderiam ser aproveitados no combate aos efeitos da fome, desnutrição e subnutrição. As perdas na cadeia produtiva de alimentos alimentariam 1/3 dos famintos brasileiros. Ou seja, sem se gastar nem mais um centavo com a produção de alimentos, apenas dedicando-se objetivamente a recuperação deste desperdício, estar-se-ia oferecendo alimentos a 32 milhões de pessoas que passam fome no país.¹⁷¹

Por vezes, os trinta e dois milhões de brasileiros que passam fome são utilizados em matérias de jornais, revistas e em documentos do próprio governo federal para justificar os investimentos em programas como o Banco de Alimentos, pois seriam investimentos de baixo custo, com a destinação de restos de alimentos não comercializados para doações que poderiam sanar o problema da fome e manter o exército de reserva vivo.

¹⁷¹ Id. *ibid.*

A fotografia de 1991 traz a população da Ocupação Dom Almir, região próxima da CEASA, buscando alimentos em situação precária. Penso que podemos questionar os objetivos do fotógrafo no local, o ângulo que as famílias aparecem, a timidez no olhar das crianças, voltado para baixo, a presença de um homem com roupas mais arrumadas ao fundo da imagem. E, com isso, refletir que, ao longo de diferentes períodos, a imagem da miséria foi utilizada no Brasil para justificar investimentos públicos. Embora não tenha sido objetivo desta pesquisa, questiono a construção da imagem da miséria ao longo do tempo e como grupos ligados a poderes públicos e privados vêm se beneficiando com essa dinâmica – incluindo recentes Organizações Não Governamentais.

A fotografia pode trazer as intencionalidades conforme as posições, os ângulos e como é utilizada pelos meios de comunicação, como salienta a historiadora Marta Emisia Jacinto Barbosa:

...Em papel albuminado, formado carte-de-visite, supostamente tiradas em estúdio improvisado, cuja localização precisa ainda não sabemos, as fotografias são dispostas em série, acompanham uma seqüência de poses e ângulos diferentes em que os corpos ficam em evidência. Tomados de frente, de perfil, de costas e ao chão, essas pessoas olham para a câmera. Nas margens laterais das fotos, segue de textos escritos que falam da tragédia da seca como se os fotografados fossem seus próprios narradores. A mulher nua, sentada ao chão, apóia-se com uma das mãos e seu texto é: “Tenho fome tanta fome! Que já não me posso erguer! Miséria que me consome, Faze que possa morrer”.

[...]

O trabalho com essas fotografias sugere pensar na construção de uma memória que começa a se forjar na articulação entre textos escritos e imagens. O exercício da pesquisa tem sido o de pensar que os conteúdos específicos das imagens, “famintos”, “flagelados” e outros dessa natureza, apontam para uma prática ligada à produção, reprodução, reprodução, impressão e divulgação de imagens, que instituem memória...¹⁷²

A imagem das crianças e mulheres carregando os alimentos para levar para uma região de ocupação, onde se concentravam famílias pobres em condições sociais de dificuldade de acesso à moradia, nos conduz a indagar

¹⁷² BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit. p. 96.

sobre sua motivação para carregar tantos produtos de uma só vez, já que se tratava de produtos perecíveis. De acordo com a narrativa da entrevistada Josilene Freitas, voluntária no Banco de Alimentos da CEASA, percebemos uma solidariedade entre os grupos sociais que se identificam conforme as dificuldades que compartilham no terreno comum da pobreza:

Entrevistador: Dona Josilene, os alimentos que a senhora recebe aqui a senhora leva apenas para a senhora?

Entrevistada: Aí, eu dou um pouco para meu vizinho, ele tem problema câncer. Então, os dinheiros que ele recebe – ele é aposentado –, o dinheiro vai tudo para os remédios. Não tem dinheiro para comprar uma verdura! Essas pessoas precisam de uma verdura, de uma fruta. Sempre eu dou um pouco para ele, porque eu acho que ele precisa. Eu dou um pouco para ele.¹⁷³

Na fotografia, também vimos a presença de crianças. Por isso, pergunto para o entrevistado Senhor Pedro José de Oliveira, gerente do Banco de Alimentos, se havia crianças nos pátios da nova Central nos anos iniciais de funcionamento:

Entrevistador: Seu Pedro, aproveitando esse ponto que o senhor tocou, nessas pessoas que procuravam o alimento tinha muitas crianças?

Entrevistado: Uma das maiores preocupações da gente na época foi as crianças. Era risco de acidentes com veículos, com carrinhos de entrega, era o problema de contêiner, que a gente via crianças entrando ou o pai a mãe dentro do contêiner para estar pegando esse produtos, era o risco dos contêiner virar e estar machucando, era o risco de doenças nesse contêiner, pois já eram mercadorias em deterioração, em fase não própria para o consumo, e todos esses riscos. E aí, o que nós fazemos com isso? Hoje, a gente seleciona os produtos, só doamos aquilo que está próprio para o consumo e diminuimos muito, hoje, o nosso índice de catante, é praticamente zero. Crianças, graças a Deus, não temos aqui dentro. Diminuimos tudo isso aí. Tiramos as crianças de dentro. Elas são atendidas no bairro dela. Tiramos os adultos aqui de dentro, que corriam os riscos de acidentes, de machucar... É atendido dentro do bairro dela também. Minimizamos todos esses problemas.¹⁷⁴

¹⁷³ FREITAS, Josilene. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013. É moradora do bairro São Francisco e trabalha como voluntária no Banco de Alimentos de Uberlândia.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Pedro José. Entrevista. Op. cit.

A exemplo de “Paulinho e seus companheiros”, que catavam grãos no pátio da FEPASA, como vimos no caso do processo-crime citado no capítulo anterior, as crianças estavam lutando para encontrar alimentos para sobreviver, tendo que revirar contêineres em busca de restos de alimentos. Nesta busca, eram impostos a suas vidas riscos de acidentes e contaminação por doenças. A condição de vida exposta no relato do Senhor Pedro pode questionar para quem a cidade estava progredindo e romper com imagem de que a reformulação da cidade de Uberlândia era necessária para a melhoria da vida de toda população.

O Programa Banco de Alimentos, criado no Brasil no início século XXI com o objetivo de inverter o estado de risco vivido por famílias como as de “Paulinho e seus companheiros”, teve inspirações nos Estados Unidos, onde se desenvolveu a ideia desde a década de 1960, quando o caso de uma família sensibilizou as autoridades públicas, como podemos ver no relato abaixo:

... Nos anos 60, a situação de pobreza de um número expressivo de moradores da cidade de Phoenix, no Arizona/EUA, motivou diversas entidades assistenciais locais a procurarem alternativas que ampliassem sua capacidade de atendimento. Entre os voluntários que participavam desta iniciativa estava John Van Hengel, que desenvolveu pioneiramente a idéia do Banco de Alimentos, surgida a partir do depoimento de uma mãe de nove filhos, pobres e com marido cumprindo pena. Segundo ela, a alimentação dos filhos só era possível em função da coleta de produtos alimentícios que caíam de caminhões durante as descargas efetuadas nas madrugadas em um supermercado vizinho, que não eram recuperados por ninguém. A partir disso, Van Hengel e outros voluntários organizaram uma coleta de alimentos nos supermercados de Phoenix, nascendo assim, 1967, o *St. Mary's Food Bank*, que existe ainda hoje, como uma organização sem fins lucrativos distribuindo, por ano, mais de 11 milhões de quilos de alimentos. Com o apoio e incentivos governamentais, rapidamente a idéia se espalhou pelos Estados Unidos, estimando-se atualmente, a existência de mais de 200 Bancos de Alimentos, os quais fazem parte de uma rede, chamada *America's Second Harvest*, que atende a mais de 23 milhões de americanos...¹⁷⁵

O relato presente em texto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apresenta o fator motivador para a criação do Programa:

¹⁷⁵ BRASIL. Programa acesso à alimentação: banco de alimentos. Brasília, jan.2006.p. 9 e 10.

famílias catando restos de alimentos que caíam do caminhão. No texto também percebemos que o Ministério utiliza o caso do país considerado desenvolvido para salientar que o capitalismo não traz desigualdades apenas para o Brasil e que medidas paliativas estão em outras regiões do mundo. Sendo assim, nos permite identificar a dificuldade do governo brasileiro para perceber os “Paulinhos” e os caminhos necessários para criar políticas públicas que possam ter alcance não apenas paliativo.

A construção do Barracão de Alimentos na década de 80 significou uma medida paliativa para esconder a pobreza que se explicitava nos pátios da Central com a presença dos “catantes” e parcialmente resolveu as pressões exercidas pela população pobre, que continuava a ser vista como perigo para uma determinada ordem. As medidas formuladas com o Projeto do Barracão de Alimentos redirecionaram aquelas pessoas de volta para seus redutos, sob a justificativa de que poderiam ser atendidas em seus próprios bairros através da mediação das instituições cadastradas, como acompanhamos na narrativa do gerente do Banco de Alimentos:

...eles pediam para os produtores. Vendo isso aí, a administração da Ceasa da época decidiu por estar juntando esse produto e fazendo a distribuição em um primeiro ponto. Aí, depois, a gente veio que a gente, credenciando as instituições em cada bairro, facilitaria para o público atendido. Não teria de deslocarem dos bairros deles para a Ceasa para pegar esses produtos. A instituição vem aqui, coleta, faz a divisão, monta o produto in natura ou até o sopão. Dentro do próprio bairro, a pessoa é atendida lá. Com isso, o que houve? Nós diminuimos os riscos de acidentes dentro da unidade. Tiramos, porque esse público é atendido lá, nos bairros deles. E evitamos também a desordem, que corria o risco de acontecer, e facilitamos e ajudamos as pessoas com esse trabalho aí.¹⁷⁶

A narrativa traz elementos que podem ser relacionados com o processo histórico vivenciado pelas famílias pobres em Uberlândia, pois, quando avançam para áreas centrais e/ou consideradas estratégicas para os poderes político e econômico, medidas são solicitadas para conter e esconder a pobreza existente na cidade, como aquelas expressas nas páginas do jornal,

¹⁷⁶ OLIVEIRA, Pedro José. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2013. Op. cit.

reclamando a criação de instituições de guarda de crianças e jovens, citadas no capítulo anterior.

Um momento desse processo de marginalização se dá com o convite para se deslocarem para as margens da cidade, em uma rodovia nitidamente fora do perímetro urbano, não havendo o intuito real de resolver as condições de pobreza dos trabalhadores e seus filhos. Em outro momento, novamente são deslocados, desta feita de volta para seus bairros, pois as pressões já estavam sendo exercidas por parte daqueles que se beneficiavam das instalações públicas.

Mas, em se tratando da prática da doação, podemos pensar a doação dos alimentos de modo a envolver um jogo de interesses entre os diversos agentes que compõem a dinâmica de produção, distribuição e comercialização de gêneros alimentícios: produtores, transportadores, comerciantes, administradores da CEASA, instituições sociais e as pessoas que recebem os alimentos.

Nesta perspectiva, é imprescindível pensar a prática de doação em termos de uma dinâmica social, cultural e política mais ampla e complexa. Seria um equívoco criar funções constantes para pensar no ato de doar apenas enquanto instrumento de controle social, porque, no conjunto das particularidades dos que recebem e dos que doam, importa relacionar com a conjuntura social para se tentar alcançar a holística do movimento histórico, como sugere E. P. Thompson, ao dialogar com Stedman Jones que acreditava em funções constantes do “ato de doar”, devido às influências da antropologia:

... minha objeção central se manteria de pé: não existe essa constante do “ato de doar”, com caracteres constantes, possível de isolamento do contexto sociais particulares. Na verdade, há de se encontrar a estrutura na particularidade histórica do “conjunto de relações sociais e não em ritual ou em uma forma particulares isoladas dessas relações...”¹⁷⁷

Pensando no jogo de interesses que o ato de doar envolve, seria necessário entender os fatores motivadores das pessoas buscarem os

¹⁷⁷ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Op. cit. p. 248.

alimentos na nova Central de Abastecimento. Além do Senhor Pedro, destaco as narrativas das mulheres que concederam entrevista para a pesquisa, que atualmente trabalham como voluntárias na seleção de gêneros para o Programa Banco de Alimentos, em troca de doações, e por vezes conseguem se reportar a períodos anteriores, como os anos 1990. Percorri o relato dessas mulheres acerca de suas experiências, tomando-as como experiências de classe, para tecer possibilidades dos interesses das pessoas que lotavam os pátios e os contêineres na década 1980.

Uma das entrevistadas no setor de voluntários do Banco de Alimentos foi a Senhora Josilene Freitas, que trabalha lá há aproximadamente 8 (oito) anos. Durante a entrevista, lhe perguntei sobre o que a levou a esse trabalho:

Entrevistada: Nós ajuda nosso marido, nós ajuda. Também sempre tem alguma coisa, né, não deixa faltar nada. Uma verdura, uma fruta sempre tem. Às vezes, a gente não tem condições de comprar, né. Então, vem aqui, ajuda. Aí nos leva, tem, tá bom.¹⁷⁸

A narrativa revela que, mesmo com o trabalho do marido, a família tem que procurar outros meios para obtenção de alimentos, pois nem sempre os ganhos são suficientes para abastecer a casa com alimentos. A pensar sobre a década de 1980, a partir das narrativas de 2013, conjecturamos que seria possível relacionar com a experiência de trabalho e alimentação dos trabalhadores ocupados em subempregos, como a imprensa da época rotulava, com piores condições de trabalho e de salários, em situação de altos índices de inflação; correlacionando, também, com a concentração de renda, a partir do que acompanhamos na fala da entrevistada sobre o principal fator que a faz buscar as doações: a renda familiar insuficiente.

Na entrevista, fica nítido que a renda advinda do trabalho não é suficiente não apenas para a compra de alimentos, mas também para a moradia e outras necessidades da família:

Entrevistador: Como era o bairro que a senhora morava?

¹⁷⁸ FREITAS, Josilene. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013. Op. cit.

Entrevistada: Quando eu mudei, era invasão, era só barraco de lona, só isso.

Entrevistador: O que levou a senhora a mudar para esse bairro?

Entrevistada: Morava de aluguel, lá na Santa Monica. Meu marido era servente, tinha um menino, e, no barraco que nós morava, era de placa, era muito quente, baixinho. Era da minha altura, o barraco. A diferença era de um metro, no máximo, mais alto. Aí, minha irmã veio primeiro pra invasão. Minha irmã falou assim: - Tem uma mulher que está vendendo.... Porque não pode vender, mas ela tava vendendo, porque ela queria ir embora – porque ela tinha largado do marido – para a cidade dela. Aí, eu falei: - Por quanto, ela tá vendendo? - Tá vendendo por duzentos reais. Aí, nos pagamos para ela, só para ajudar ela ir embora. Aí, nos veio. Aí, nós tá até hoje lá. Mas hoje é um grande bairro, é um bairro muito grande. Faz oito anos que eu moro lá.¹⁷⁹

No relato, Senhora Josilene Freitas demonstra uma experiência de tentativa por melhores condições de vida. Com o marido trabalhando de servente e a família morando de aluguel em condições precárias, para conquistar a casa própria, teve que partir para uma área de ocupação, unindo-se a outras famílias sem moradia e compartilhando com elas a difícil situação de morar em uma casa de lona, sujeitos a intempéries, com uma criança pequena e ainda não ganhando o suficiente nem para a alimentação.

A questão da luta por moradia está constantemente presente neste percurso da pesquisa e na trajetória de vida dessas trabalhadoras e desses trabalhadores que recorriam às ocupações ou aos conjuntos habitacionais, muitas das vezes localizados afastados da região central da cidade e sem infraestrutura, como temos acompanhado neste capítulo também com a ajuda de outras pesquisas, como a desenvolvida por Renato Jales:

...Visto de cima o conjunto mais parece uma cidade fantasma sem ligação alguma com Uberlândia. O que possibilitou essa construção, além do possível acordo para aprovação no Legislativo, foi a visão de moradia popular que permeava esses projetos...¹⁸⁰

¹⁷⁹ Id. *ibid.*

¹⁸⁰ SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980*. 2013. 204 f. Tese (Doutorado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. p. 65.

A imagem descrita pela pesquisa sobre “modos de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980” é muito semelhante aos relatos do jornal Correio de Uberlândia no final da década de 1970, quando seus diferentes textos, principalmente os dos cronistas Luiz Fernando Quirino e Therezinha, reclamam dos bairros sem infraestrutura, próximos à FEPASA, onde meninos e adultos catavam grãos para complementar a renda da família, como o caso de Paulinho.

Os relatos daquele processo-crime envolvendo Paulinho demonstraram que havia uma quantidade considerável de pessoas precisando recolher grãos nas áreas de estacionamento dos vagões que transportavam os gêneros. Vinte e cinco anos depois, a entrevistada Josilene Freitas relatou sobre a existência de muitas pessoas, moradoras de bairros vizinhos à CEASA, que passaram a recorrer ao trabalho voluntário num programa de doação de alimentos para conseguir o necessário para alimentar suas famílias. Por meio da experiência da entrevistada, torna-se possível perceber que o interesse não é o de “facilitar” a vida e se contentar com o sustento à custa de doações, porque é possível observar sua ênfase na relação entre o trabalho de seu marido e a insuficiência dos ganhos com o salário, e entrever que o recurso à doação serve para o período em que não estão trabalhando ou para quando a renda não é suficiente para abastecer o lar:

Entrevistador: Vinha muita gente do bairro da senhora?

Entrevistada: Pra cá? Sim! Vinha muita gente mais as meninas. Mas tem umas que arrumam serviço, aí larga de vir. O Pedro fala pra nós: - Se vocês tiver condições de arrumarem emprego, vocês tem que ir. Ele fala sempre para nós: - Se aparecer um serviço, vocês vai. Mas eu, porquanto, eu não posso nem trabalhar. Eu tenho... Deu moleza no braço. Até a caixa, aqui, tem que ser de duas, eu não dou conta de pegar. Eu tava trabalhando. Eu lavava as vazias [vasilhas], caía. A mulher achava ruim, né, achava que eu fazia de proposto. Aí, eu falei: - Não. Aí, eu larguei de trabalhar por isso. Eu falei: - Não é porque eu quero, é porque, às vezes, a mão não aguenta segurar uma panela. Vou pra lá, porque, se cair, ninguém não vai me xingar, não vai condenar. Aí, nós tá aqui até hoje.¹⁸¹

¹⁸¹ FREITAS, Josilene. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013. Op. cit.

A entrevistada traz evidências de seu modo de vida, as condições de moradia, de alimentação e de trabalho, e, com isso, assinalamos traços de uma um terreno comum a sujeitos sociais que compartilham a experiência de viver as desigualdades do sistema capitalista. Sua fala sobre as humilhações sofridas no ambiente de trabalho demonstra quem seriam os trabalhadores para os quais a imprensa de Uberlândia criou o estereótipo do “subemprego”: uma classe de trabalhadores em ocupações à margem dos direitos trabalhistas, vivendo situações cotidianas de embate social marcado por humilhações.

A imagem anteriormente apresentada no capítulo 2, veiculada em notícia publicada pelo jornal Correio de Uberlândia no final do ano de 1977, se aproxima muito das imagens presentes no relato da Senhora Josilene Freitas: bairro sem infraestrutura, pessoas com roupas simples, adultos e muitas crianças buscando doações de produtos básicos para a sobrevivência:



Imagem 15
“Festival Espírita do Natal”.
Jornal Correio de Uberlândia, 19 dez. 1977

A imagem das filas que se formavam com crianças e famílias em busca do básico para sobrevivência, as características do bairro que se avistava na fotografia denunciavam para qual reduto as crianças e famílias pobres são deslocadas na tentativa de se esconder e controlar a miséria da cidade. E também remete para o fato de se delegar às instituições o que poderia ser a função social do Estado.

Esse processo de interesses em torno da alimentação persiste com o passar do tempo na cidade de Uberlândia, pois as transformações ocorridas no Programa Barracão de Alimentos permitiram vislumbrar que a miséria e a fome continuaram presentes na cidade e no país, mas que devem ser analisadas dentro do jogo de interesses dos diversos agentes, para entender a conjuntura social vivenciada pelos trabalhadores em cada momento.

O Programa Barracão de Alimentos ganhou novas dimensões quando, em 1996, se transformou em Programa de Distribuição de Alimentos da CEASA Minas (Prodal), e que veio a ser incorporado ao Programa Banco de Alimentos, em parceria com o Governo Federal, a partir do ano 2006.

Em 2013, o Banco de Alimentos de Uberlândia contava com diversos parceiros: associações de produtores e comerciantes que doaram, naquele ano, cerca de 1 milhão 640 mil toneladas de quilos de alimentos distribuídos para 98 instituições de Uberlândia e região, como descreve o Senhor Pedro José de Oliveira:

Entrevistador: Seu Pedro, quantas instituições o Banco de Alimentos atende?

Entrevistado: Hoje, nós estamos com 114 instituições cadastradas no Banco de Alimentos e, em média, 98 instituições coletando de Uberlândia e região – nós atendemos também fora de Uberlândia –, e o número de 54 mil pessoas/mês dentro do projeto são atendidos dentro do projeto. No ano passado, juntamente com as duas instituições mantenedoras do projeto, nós doamos 1 milhão 640 mil quilos de frutas e verduras. E, agora, estamos ampliando, tentando ampliar parcerias para trabalhar com produtos...¹⁸²

¹⁸² OLIVEIRA, Pedro José. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2013. Op. cit.

Pelo fato de indicarem a necessidade da continuação de um programa dessa natureza, os dados fornecidos pelo Senhor Pedro José Oliveira permitem entrever que há pessoas na miséria e passando fome em Uberlândia, e que as instituições se constituem em agentes corresponsáveis pela garantia de sua sobrevivência – “aqui de parceiros e multiplicadores do CEASAS lá fora”¹⁸³ –, associando-se às centrais de abastecimentos para propagar interesses de classe e do Estado.

Nesta perspectiva foi que identificamos como as centrais de abastecimento dialogaram para com a sociedade através dos alimentos, pela prática de comércio e de doação; e através do espaço de trabalho. Pois as crianças que, por vezes, através do escambo, obtinham os alimentos nos pátios dos supermercados serão “absorvidas” pela lógica capitalista, passando a vender sua mão de obra como carregadores para os produtores e comerciantes ali instalados. É preciso identificar, portanto, as condições de trabalho que a que essas crianças e também os adultos vivenciaram na nova Central de Abastecimento.

3.2. A experiência dos trabalhadores: crianças carregadoras tornam-se adultas

O SINAC propagava que as novas centrais de abastecimento eram estruturas modernas, projetadas para trazer a eficácia ao escoamento da produção agrícola, como podemos ver no artigo “Análise crítica do desempenho das Centrais de Abastecimento – CEASAS”, de Diomedes Barretos Junior:

A partir de 1960, observa-se em todo o território nacional, em maior ou menor intensidade, completa desorganização estrutural em todas as etapas e processos responsáveis pelo sistema de produção e distribuição de produtos frutihortícolas, em prejuízo principalmente para o abastecimento de alimentos agrícolas nas grandes

¹⁸³ Id. *ibid*

concentrações populacionais. Preocupado com este fato, o Governo Brasileiro elaborou o plano: “METAS E BASES PARA A AÇÃO DE GOVERNO” que definia a “modernização do sistema nacional de abastecimento” do país, com a implantação, nos principais aglomerados demográficos, de Centrais de Abastecimento ou Mercados Terminais, com o objetivo de racionalizar o sistema de comercialização de produtos hortifrutícolas.¹⁸⁴

Quanto à instalação da CEASA na cidade de Uberlândia, de acordo com o que já estudamos nos momentos anteriores desta dissertação, acompanhamos a campanha de enaltecimento empreendida pelos poderes econômico e político locais com o apoio do jornal Correio de Uberlândia. A edição do jornal no dia 21 de outubro de 1978 noticiou a inauguração da CEASA, apresentando suas instalações como as mais modernas do estado de Minas Gerais, a partir da exibição de fotografia que destacava as dimensões do projeto arquitetônico e da estrutura construída:

¹⁸⁴ BARRETOS JUNIOR, Diomedes. Análise crítica do desempenho das centrais de abastecimento – CEASAS. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*, Recife, v. 1, p. 20-26, 2004, p. 21.



Imagem 16
Governador e Ministro entregam a CEASA
Jornal Correio de Uberlândia, 21 out. 1978

Os poderes públicos, como a Prefeitura e a Câmara Municipal, publicaram notas no mesmo jornal, de forma a compartilhar o ideal de modernidade expresso pelo governo federal, com a orientação para a população persistir em avançar na direção da modernidade e, sem saudosismos, esquecer o passado, como se pode ler em nota divulgada pela Câmara Municipal na edição do jornal Correio de Uberlândia no dia 21 de outubro de 1978:

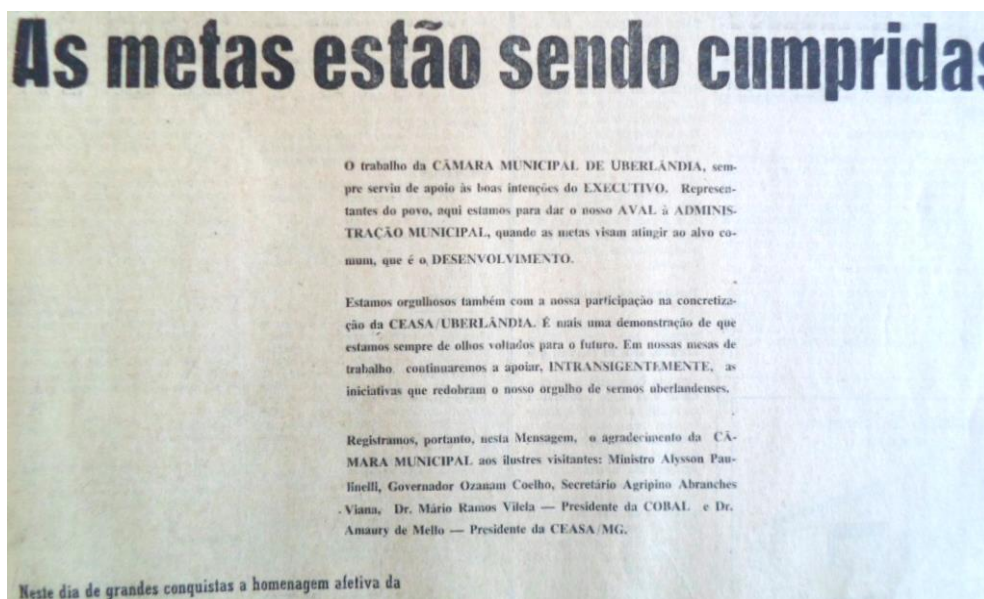


Imagem 17
As metas estão sendo cumpridas
Jornal Correio de Uberlândia, 21 out. 1978

Os grupos políticos, os proprietários dos meios de comunicação, os concessionários (comerciantes da nova Central) buscaram construir no imaginário da população que o progresso estava simbolizado pela instalação da CEASA, que representava uma conquista destes grupos para a cidade.¹⁸⁵

No entanto, neste cenário construído pelos grupos hegemônicos, é necessário abriremos inquietações: como os trabalhadores vivenciaram a modernidade da nova construção? A aclamada prosperidade era para todos?

¹⁸⁵ Essa propaganda do progresso como salvador da população não é algo novo, os grupos ligados aos poderes econômico e político, já no final do século XIX e no início do século XX, veiculavam a construção da ferrovia como símbolo da prosperidade da cidade de Uberlândia: “No início do século XX, o pequeno vilarejo chamado de Uberabinha, passa a haver algumas mudanças utilizadas por seus grupos hegemônicos, com projetos que visavam o ideal de “progresso”. Estes grupos, com o poder vinculado à posse da terra, passam conduzir projetos como a chegada de energia elétrica, construções de pontes, e, principalmente, aqueles vinculados ao transporte ferroviário, com a imagem da locomotiva enquanto o que ligaria o município ao restante do país.” MORAES, Mario. *Espaços, práticas e valores de sociabilidade: hierarquias e resistências em Uberlândia-MG (1920-1940)*. 2010. 99 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História)–Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

Por vários momentos do processo de formação da cidade de Uberlândia, grupos ligados ao poder econômico propagandearam suas ações como iniciativas para o bem comum de toda a população, afirmando-se enquanto os condutores do progresso da cidade, como discutido pelo historiador Euclides Antunes de Medeiros: “[...] Note-se que a hiperboização do progresso chega às raíais do absurdo, pois até um mero casamento é motivo para se colocado como a realização desse destino “inexorável da cidade”, apontado, é claro, apontar os responsáveis por essa realização: “as famílias de boa estirpe [...]”. MEDEIROS, Euclides Antunes de. *Trabalhadores e viveres: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia – 1970/2001*. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 81.

Já vimos, anteriormente, referências à presença de crianças nos pátios da CEASA de Uberlândia e que, em meados da década de 1980, com a criação do Barracão de Alimentos, foi proibida a presença das mulheres pobres, “catantes”, e de seus filhos. Contudo, durante a pesquisa, também acompanhamos evidências de que algumas daquelas crianças pobres que frequentavam o espaço da Central serão absorvidas para o trabalho cotidiano, visto que já praticavam pequenos serviços como carregadores de pacotes nos pátios dos supermercados, na rodoviária e catando grãos FEPASA.

A prática das crianças sendo colocadas no ambiente de trabalho esteve presente na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, quando as crianças que prestavam serviços limpando as chaminés, no campo e no seio familiar passaram a trabalhar nos ambientes das minas de carvão, como esclarece E. P. Thompson, no livro *A formação da classe operária inglesa*:

... houve uma intensificação drástica da exploração do trabalho das crianças entre 1780 e 1840, o que é do conhecimento de qualquer historiador familiarizado com as fontes. Este fato foi observado tanto nas minas menores e ineficientes, onde as galerias eram às vezes tão estreitas que apenas crianças poderiam atravessá-las sem dificuldade, quanto em diversos campos carboníferos maiores onde – conforme o ponto de extração se afastava da entrada da mina – as crianças eram empregadas como ajudantes de cozinheiro ou como operadores das portinholas de ventilação.¹⁸⁶

A criança, de acordo com o que estudou Thompson, passava a vivenciar uma lógica capitalista de trabalho, com jornadas de trabalho extenuantes e ambientes insalubres, diferentes da rotina de trabalho no lar.

Como já vimos, a Central de Abastecimento se trata do símbolo do futuro e da modernidade, estrutura apresentada como necessária para a implementação do progresso, assim como as minas de carvão e as fábricas da Inglaterra; mas que, diferentemente das minas carvão e das fábricas da Inglaterra do século XIX, contavam, no final do século XX, com as mais novas tecnologias arquitetônicas para trazer melhores condições de trabalho tanto

¹⁸⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 2, p. 202.

para as crianças como para com os adultos – de acordo com as propagandas veiculadas naquele ano de 1978.

Na perspectiva de trazer as vivências do ambiente de trabalho para o contraponto a essa propaganda, tornou-se interessante pensar sobre quem eram as crianças que foram trabalhar na Central de Abastecimento. De acordo com a narrativa do Senhor Valdair Francisco da Silva, o Mosquito, podemos conhecer um pouco das crianças e jovens que compartilhavam o viver do trabalho na CEASA:

Entrevistador: Naquela época, era normal o trabalho de criança?

Entrevistado: Trabalhava escondido. Adriano, Joãozão, ali, foi muito meninos, tinha mais dois; ali, foi muitos meninos que trabalhou ali: doze anos, onze anos. Mas trabalhava escondido, o sindicato não aceitava. Aí, eles saíam...¹⁸⁷

O entrevistado relata a existência de “muitos meninos” que trabalhavam como carregadores, assim como faz questão de enfatizar a posição contrária da associação, que buscava combater a contratação das crianças. Embora não tenha ficado nítido em sua narrativa, é possível alavancar uma possibilidade para a não aceitação da presença das crianças entre os carregadores, que seria o aumento da oferta de mão de obra e consequentemente a redução do preço pago para o serviço de transporte.

As crianças formaram um conjunto de mão de obra que passou a ser expropriado na forma de pagamento a valores menores, pois é importante ressaltar que a função que passaram a desempenhar atinha-se ao setor dos carregadores, o setor com serviço mais pesado e com pagamento mais baixo. Ao longo da entrevista de Mosquito, torna-se possível reunir algumas evidências, como a partir do relato de que as crianças não “davam conta” de realizar o mesmo serviço dos adultos por não possuírem estrutura física:

... Esse meninos não aquentava fazer o que a gente fazia, né. Chegava mais tarde um pouco, não acompanhava nós, assim, não!

¹⁸⁷ SILVA, Valdair Francisco da. Entrevista realizada em 19 de agosto de 2013.

Como o Adriano: chega, assim, seis horas, e ía trabalhar; mas não acompanhava nós, não, fazia igual nós fazia não. Os mais herado, os meninos, não aguentava isso, não.¹⁸⁸

Para compreender a rotina de crianças e adultos, mencionada por Mosquito, precisamos entender um pouco sobre o trabalho de um carregador na CEASA de Uberlândia, pelo menos naquele momento. O carregador exercia sua atividade no segundo maior pólo de escoamento de produtos agrícolas de Minas Gerais e sua função era transportar as mercadorias trazidas pelos agricultores para os comerciantes: feirantes, proprietários ou funcionários de sacolões e os boxes que são os grandes distribuidores de gêneros. A atividade de comercialização ocorre na “Pedra”, local coberto e dividido por áreas que são utilizadas pelos diferentes produtores a depender de uma taxa paga à administração da CEASA. Abaixo, segue imagem do espaço da Pedra no ano de 2013 e de atividades de comercialização ali realizadas:



Imagem 18
Fotografia da Pedra da CEASA. 18 jan. 2013¹⁸⁹.
Acervo do autor.

¹⁸⁸ Id. *ibid.*

¹⁸⁹ CEASA de Uberlândia recebe câmeras de monitoramento e posto da PM. Uipi; TV Vitoriosa. Uberlândia. Disponível em: <<http://uiipi.com.br/destaques/destaque-1/2013/01/18/ceasa-de-uberlandia-recebe-cameras-de-monitoramento-e-posto-da-pm/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

No início de suas operações, a CEASA de Uberlândia comercializava mercadorias tanto no horário diurno quanto no noturno. Com isso, os carregadores exerciam uma jornada de trabalho extenuante, pois trabalhavam durante todo o dia, parando por alguns instantes ao final da tarde, apenas pelo tempo necessário para se alimentar em suas casas, e voltando para realizar o transporte das mercadorias durante o período da noite. Quando o corpo não aguentava mais de cansaço, era comum que os trabalhadores dormissem na própria CEASA, em cima das caixas, esperando os produtores do turno seguinte. Mosquito explanou sobre essa rotina vivida por ele e seus colegas no início da década de 1980:

Entrevistador: Então, o senhor trabalhava mais ou menos das cinco da manhã até quatro da tarde?

Entrevistado: Era mais ou menos. Mas tinha dia que atravessava a noite. A gente saía esse horário, chegava em casa, tomava um banho, comia um arroz e voltava. Aí atravessava a noite, né. Muitas vezes, a gente pousava lá, deitava nas caixas que já tinha descarregado, né. Os produtores chegavam e chamavam a gente.¹⁹⁰

A jornada de trabalho era extenuante para os adultos que se rendiam ao cansaço, mas, no mesmo ambiente e ritmo, isto é, na mesma jornada, havia crianças na faixa etária de onze anos de idade, inseridas na lógica capitalista de obtenção de lucro, com a venda de sua força física. Desta feita, já não se tratava mais de trocar a mão de obra para carregar um pacote na porta do supermercado, mas de gerar lucros para comerciantes e produtores que passaram a se utilizar da “compra” dessa mão de obra em uma jornada de trabalho extensa e a baixíssimo custo.

Thompson auxilia a pensar a passagem da mão de obra do lar para as fábricas. No lar, as crianças intercalavam trabalho e lazer, mas, no ambiente fabril, passaram a ser submetidas a horas ininterruptas de trabalho fiscalizado:

¹⁹⁰ SILVA, Valdair Francisco da. Entrevista. Op. cit.

... Em todas as casas, as meninas ocupavam-se com o preparo do pão e da cerveja, a limpeza e outros serviços. Na agricultura, as crianças – freqüentemente mal agasalhadas – trabalhavam nos campos ou nas fazendas, sob qualquer condição climática. Contudo, em relação ao sistema fabril, havia diferenças significativas. As atividades domésticas eram mais variadas (e a monotonia é particularmente cruel para a criança). Em circunstâncias normais, o trabalho não se prolongava ininterruptamente, seguindo um ciclo de tarefas: mesmo as atividades uniformes, como enrolar bobinas, não ocupavam o dia inteiro, exceto em circunstâncias especiais. [...] Em síntese, podemos supor que havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-o com a entrega de mensagens, a colheita de amoras, a colheita de lenha e as brincadeiras...¹⁹¹

Com isso, o autor ajuda a pensar as mudanças na rotina das crianças que estavam sendo introduzidas a partir do trabalho na CEASA. Quando estavam nos mercados ou na FEPASA, as crianças eram perseguidas porque eram vistas como um perigo para a sociedade. No entanto, nos pátios da CEASA, serão disciplinadas de acordo com a lógica capitalista, trabalhando ininterruptamente para gerar lucros para produtores e comerciantes; deixam de ser vistos como algo perigoso que deveria ser perseguido.

Frente à conjuntura social de carestia, esses trabalhadores procuravam trabalhar o máximo de horas possível para garantir a própria sobrevivência e a de seus familiares. Naquela ocasião, os trabalhadores autônomos não estavam regulamentados por direitos trabalhistas contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta a jornada de trabalho no Brasil. Mas, quando analisamos a conjuntura do trabalho mais amplamente naquele período, percebemos que mesmo os trabalhadores que exerciam funções de transporte de mercadorias de maneira regulamentada, com carteira assinada, como os dos portos, não estavam tendo os seus direitos respeitados pelos contratantes.

No ano de 1977, o Ministério do Trabalho havia contratado novos inspetores, submetendo-os a treinamento, e estes inspetores desenvolveram questionários para orientar o cumprimento dos direitos trabalhistas: registro de empregados, carteira do trabalho e previdência social, duração do trabalho, férias, exames médicos para admissões e dispensas, trabalho da mulher e do

¹⁹¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Op. cit. V. 2, p. 205.

menor, medicina e segurança do trabalho, como verificamos em matéria do jornal *Correio de Uberlândia* de agosto de 1977:

Estão sendo focalizados os temas referentes às normas de proteção do trabalho a serem fiscalizadas pelos agentes da inspeção, assim como registro de empregados, carteira do trabalho e previdência social, duração do trabalho, férias, exames médicos para admissão ao emprego, cadastro permanente de admissões e dispensa, trabalho da mulher e do menor, medicina e segurança do trabalho marítimo, portuário e pesca.¹⁹²

Os fiscais, no entanto, não puderam intervir nas relações trabalhistas dos carregadores na CEASA, porque estes não estavam contemplados com os direitos trabalhistas, resultantes das lutas históricas das décadas de 1910 a 1930 e afirmados na Constituição de 1934, como: férias, jornada de trabalho de oito horas, proibição de trabalho de menores de 14 anos, exames médicos para admissão no serviço:

Art. 121 – A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.
[...]

- b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;
- c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei;
- d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;
- e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos;
- f) férias anuais remuneradas;
- g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa ...¹⁹³

Com a inexistência do amparo desses direitos trabalhistas, a CEASA se constituiu num ambiente insalubre para aqueles trabalhadores, devido à extenuante jornada de trabalho, que, por consequência, gerava constantes acidentes; apesar de se propagandear que o espaço da Central havia sido

¹⁹² Inspetores do trabalho reunidos em Brasília. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 07. ago. 1977.

¹⁹³ BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

projetado de acordo com as mais modernas tecnologias para favorecer o desempenho das atividades de comercialização, tomando-se por base o fato de o projeto arquitetônico, moderno, ter sido concebido por engenheiros disponibilizados pela COBAL, como podemos ver na matéria “Arquiteto da CEASA está na cidade”, publicada no jornal *Correio de Uberlândia*:

Chegou ontem a Uberlândia, para manter dialogo com o Prefeito Virgilio Galassi e seus assessores ligados ao setor de obras, o arquiteto DR. Constantino da Ceasa Minas Gerais. Segundo fonte oficial da administração Galassi, o visitante trouxe consigo a planta oficial do conjunto a ser construído em nossa cidade, que virá criar um mercado do produtor para o consumidor. O arquiteto teve ocasião de mostrar todos os ângulos do projeto ao chefe do Executivo, que prometeu estudá-lo com afinco e brevidade, para iniciar, se possível, ainda este ano tão importante empreendimento.¹⁹⁴

Apesar da valorização, por parte do jornal, do esforço do prefeito em verificar todos os ângulos do projeto arquitetônico desenvolvido para a nova unidade, na concretude da vida cotidiana daqueles trabalhadores, o ambiente de trabalho passou a se pautar por diversos acidentes relacionados ao trânsito de veículos, devido, por exemplo, à falta de sinalização. Mas, a respeito do projeto arquitetônico, algo chama a atenção na antiga Pedra¹⁹⁵: a elevação da plataforma antes utilizada pelos carregadores para a condução das mercadorias transportadas em seus carrinhos de mão, como podemos ver na fotografia abaixo:

¹⁹⁴ Arquiteto da CEASA está na cidade. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24. 11.1977.

¹⁹⁵ Refiro-me à “antiga Pedra”, porque, no ano de 1999, houve uma reforma no espaço da CEASA de Uberlândia com a construção de um novo espaço de comercialização, que posou a ser chamado de “Pedra nova”.



Imagem 19
Fotografia de uma das rampas da antiga Pedra. S./d.
Acervo: CEASA.

A imagem foca em uma das elevações e permite considerar a relação entre a inclinação do percurso e o peso das mercadorias carregadas por cada trabalhador, indicando que estiveram sujeitos a acidades graves, ainda mais quando se soma o fator do cansaço diante da jornada de trabalho extenuante. Os carrinhos ficavam muito pesados, fazendo com que os trabalhadores perdessem o controle e arriscassem suas vidas. Mosquito relatou um acidente sofrido por ele durante o trabalho:

Entrevistador: Na rampa velha, nunca chegou ninguém machucar?

Entrevistado: Machucou muita gente. E o tanto que batia com o carro?! É...! Muitos carregadores batiam no carro ali! Eu mesmo, quando eu comecei, **eu entrei num corcel dos novinho**. Entrei no carrinho, ouvi os vidros quebrando... A motorista parou bem na rampa, descendo na rampa. Quando eu embalei com quinze caixa pra descer, ai não deu outro, eu entrei no carro. Caiu caixa na minha cabeça aqui e eu cai. Quando eu abri o olho, tirou eu dali engarranchado no carrinho. Eles afastaram o carrinho para trás. A mulher não ia tirar o carro. Como não tirou. Ele fazendo assim com meus braços e vendo aquilo quente escorrendo. Quando olhei aquele sangue, e eles limpando, quando olhei, vi aquele sangue escorrendo. Aí, me levaram para o escritório. Aí, o gerente mais os fiscais fizeram um curativo. Naquela época, tinha até curativo, agora acabou, não tem nem curativo. Aí, eu tonto e aquela coisa... Esse dia eu não trabalhei mais não. Eu não aguentei. Aí, chamou os guardas da Alerta Triângulo: “- **Um cara desse bater num carro aqui**, não podia ter deixado bater, tinha que ter segurado esse carrinho”. Eu falei: “- É,

segurasse o carrinho! Põe quinze caixa aqui, embala o carrinho para ver se você para o carinho! Eu não, eu não sei puxar carrinho! Então, não fala o que não sabe”. Aí, o marido da mulher chegou: “- Agora, danou tudo, porque esse carro não tem seguro que vai pagar”. Eu falei: “- Eu não vou pagar nada, o Ceasa não se responsabiliza por isso, eu não vou pagar não”. Aí, eu não paguei nada não, o Ceasa não obrigou pagar não...¹⁹⁶

A narrativa nos remete ao termo subemprego, propagado pela imprensa de Uberlândia em referência aos trabalhadores que possuíam os piores rendimentos, pois eram “forasteiros” com “pouca qualificação profissional”. No entanto, vale considerar que o embate social em volta das profissões consideradas como “subempregos” era uma forma de assinalar que os trabalhadores que não estavam contemplados com os direitos trabalhistas eram socialmente inferiores e mereciam ter rendimentos menores. No embate social da distribuição de renda, seria um importante argumento para os empresários convencerem os próprios trabalhadores de que a concentração de renda não seria responsável pela miséria da população, mas o próprio trabalhador, que não exercia um trabalho qualificado que merecesse o respeito da sociedade.

No trecho grifado na citação da fala de Mosquito, percebemos que os próprios trabalhadores, de outras categorias, não se identificavam com os carregadores, que estavam à margem dos direitos trabalhistas. Quando o carregador se acidentou, ao invés de gerar solidariedade do vigilante, expôs-se a frase “um cara desse bater num carro aqui”, que trouxe à tona o estigma de ser um trabalhador dedicado a atividades consideradas como os tais “subempregos”, sujeitos sociais de importância inferior em contraposição ao grupo social dos comerciantes e seus bens materiais.

Retomando o relato do acidente, poderíamos pensar como os trabalhadores estavam sendo vitimados por acidentes. Os dados da Secretaria de Serviço Social do Instituto de Previdência Social acerca de acidentes envolvendo trabalhadores em diferentes categorias e situações, divulgados no ano de 1978, permitem levantar a possibilidade de serem evitados os acidentes, pois apontam que no ano de 1976 havia ocorrido a redução de 10%

¹⁹⁶ SILVA, Valdair Francisco da. Entrevista. Op. cit. Grifos meus.

dos acidentes trabalhistas e que a estimativa para 1977 seria um decréscimo do número de acidentes em 229 mil, de acordo com notícia publicada no jornal *Correio de Uberlândia* do mês de agosto de 1978:

Segundo a Secretaria de Serviços Sociais do Instituto Nacional de Previdência Social. Houve um decréscimo de 10% no número de acidentes de 1975 para 1976, esperando-se que este ano a redução seja na ordem de 8,8 por cento. Registra-se nos seis primeiros meses deste anos 757 mil 195 casos de acidentes de trabalho, o que corresponde, em projeção, a 1 milhão 514 mil 390 acidentes de trabalho até dezembro de 1977, e que significará menos 229 mil 435 ocorrências com relação aos dados do ano passado¹⁹⁷

A matéria demonstrava que, segundo levantamento feito entre os anos de 1971 e 1975, a maior parte dos acidentes de trabalho, 99,74%, havia permitido o retorno às atividades, sendo que 3,01% haviam deixado sequelas, e que, desses trabalhadores acidentados, 0,38% não mais poderiam voltar para suas funções:

A parcela significativa dos acidentes do trabalho no Brasil é representada por acidentes de natureza leve, que não exigem afastamentos do trabalho, sendo nitidamente menor a parcela de acidentes graves que levam à invalidez total ou à morte. Dos acidentes ocorridos no Brasil, 99,74% permitiram o retorno do acidente ao trabalho (1971-1975), destes, 96,35, não tiveram seqüelas e permitiram a volta do acidentado a mesma profissão 3,01% deixaram seqüelas, sem contudo impedir a volta a mesma atividade, e apenas 0,38%...¹⁹⁸

Em uma primeira leitura, os dados poderiam aparecer como animadores, pois indicavam uma parcela menor de acidentes que haviam levado à invalidez total ou à morte. Contudo, podemos ir além dos dados numéricos e perceber que o risco de os trabalhadores não voltarem para casa devido à ocorrência de algum acidente durante o seu dia de trabalho apresentava-se como uma possibilidade real, compartilhada para todos os que vivenciavam semelhantes condições de exploração.

¹⁹⁷ Inspetores do trabalho reunidos em Brasília. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 07. ago. 1977.

¹⁹⁸ Id. *ibid.*

O importante é que não tratemos tais dados meramente enquanto números – se foram poucos os acidentes que levaram a morte ou invalidez –, mas o poder simbólico do acontecimento, trazendo a possibilidade concreta de ocorrer com os outros trabalhadores.

Para pensar o campo simbólico em que os sujeitos estão inseridos, contrapondo a uma visão meramente quantitativa, E. P. Thompson desenvolve o exemplo de dois acontecimentos que poderiam resultar na perda de vidas: o primeiro, um acidente natural com a perda de várias vidas e que não causa uma transformação social; o segundo, no entanto, seria a perda de uma vida em uma prisão e que venha gerar uma onda de revolta.

... não necessariamente possui uma correlação direta com quantidades. Com pessoas podem perder a vida em um desastre natural e o fato não provocará nada além de piedade; um homem pode ser espancado até a morte numa delegacia policial e dará origem a uma onda de protestos que irá transformar a política de uma nação [...] pois as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total, e isso inclui o contexto simbólico...¹⁹⁹

Na perspectiva do contexto simbólico para os trabalhadores sujeitos a acidentes que possam retirar suas vidas, a questão da experiência compartilhada pode ser vista também na reflexão desenvolvida por Alessandro Portelli sobre a biografia do ex-escravo Frederick Douglas:

... Para dar um exemplo, voltemos mais uma vez aos 0,7 acoites em média administrados aos escravos segundo os cálculos de Fogel e Engerman. Uma vez de posse desde dado, o que significa? No plano estatístico em que os dois historiadores quantitativos realizam a análise, significa que os escravos eram açoitados de vez em quando, mesmo de uma vez ao ano, e os acoites não constituíam um dado significativo em sua experiência. Junto com outros dados do mesmo gênero, podemos afirmar que a escravidão não era, afinal, pior do que outras condições de submissão social, aí compreendida também a condição operária. Afinal de contas, a diferença estatística entre 0 e 0,7 é desprezível. No plano subjetivo da possibilidade trata-se, porém, de uma diferença incomensurável. A diferença entre os escravos e os operários livres, de fato, não consiste tanto nas vezes em que os primeiros eram açoitados, mas no fato de uns poderem ser castigados e os outros

¹⁹⁹ Ver: THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. V. 2, p.240 e 241.

não. Não são as chicotadas efetivamente recebidas, mas as potenciais, que definem o horizonte de expectativas para os escravos, incluídos aqueles que nunca haviam sido açoitados. Se noventa e nove escravos nunca eram chicoteados e, não obstante, um deles recebia setenta chibatadas, a experiência excepcional deste último dava cor às expectativas e ao comportamento de todos os demais: a história estatisticamente excepcional do escravo número cem representa o horizonte de possibilidades de todos os demais...²⁰⁰

Com base no texto de Douglas, Portelli chama a atenção para o fato de que o número de chibatadas que um escravo poderia ser receber, se olharmos segundo dados estatísticos, se aproximariam de 0,7, mas, quando paramos para analisar em termos da concretude da vida humana, vão significar uma possibilidade real para todos os que se situam na condição de ser cativo: ir para o tronco e ser chicoteado com setenta chicotadas é a possibilidade real que espanta todo um grupo.

Quando outro entrevistado dessa pesquisa, Joãozão, apresentou suas vivências, lembrando que havia começado a trabalhar ainda criança na CEASA, com onze anos de idade, demonstrou o perigo que havia na antiga Pedra e a possibilidade que os afligia: a de sofrerem acidentes graves, pois, mesmo sem nunca ter se acidentado, seus companheiros já haviam passado por isso:

Antigamente, era na Pedra velha. Muito sofrimento. A rampa ruim para descer, era perigoso, entendeu. Era muito tumultuado. Em termo de mercado, melhorou bastante: embalagem, a Pedra nova... Aqui não tem plataforma, não tem que descer correndo.²⁰¹

A mudança para o novo espaço de comercialização, a nova Pedra, foi vista como uma conquista para os trabalhadores, depois da ocorrência de diferentes acidentes. Mas a narrativa de Joãozão indicou outro elemento de risco no trabalho das crianças: as embalagens, que eram as caixas de madeira fixadas com pregos de ferro, visualizadas na imagem abaixo, em fotografia que

²⁰⁰ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

²⁰¹ SILVA NETO, Josimar (Apelido: João ou Joãozão). Entrevista realizada na Ceasa de Uberlândia, em 22 de fevereiro de 2013. Op. cit..

demonstra o envolvimento das crianças com esse material no trabalho cotidiano:



Imagem 20
Fotografia de jovens carregadores no CEASA de Uberlândia. S./d.
Acervo: CEASA.

De acordo com a narrativa de Joãozão, entre as dificuldades enfrentadas no dia a dia do trabalho estava a lida com as caixas que machucavam devido aos pregos e às lascas de madeira:

...Melhorou bastante. Nossa vida era muito sofrida, né. Em termo de embalagens, era tudo caixa de madeira, muito cheio de prego, aquela coisarada, machucava muito os carregadores. Agora, mudou para aquela embalagem plástica, melhorou bastante...²⁰²

Contudo, vale observar que, mesmo com as mudanças assinaladas por Joãozão, atualmente os carregadores ainda estão sujeitos a diversos acidentes, pois ganham conforme sua produção, recebendo por quantidade de caixas transportadas. No ano de 2013, o valor pago por caixa transportada correspondia a 0,80 centavos. Os carregadores buscam transportar o máximo

²⁰² Id. ibid.

que conseguem e, com isso, ficam sujeitos a diferentes riscos para sua saúde ao longo do tempo de serviço, como relatou Mosquito:

... Eles põem até trinta e cinco caixas. Eu tava contando um carrinho, outro dia lá. Ele tava com trinta e cinco caixas num carrinho. Se um carrinho daquele quebrar com um tanto de caixa daquele, o tanto de gente que machuca...!

O próprio entrevistado demonstra que o excesso de peso e as longas jornadas de trabalho trouxeram danos para sua saúde, principalmente relacionados à coluna, pois o entrevistado, hoje, encontra dificuldade até mesmo de fazer o movimento de olhar para trás. O que lhe provoca a sensação de impotência frente às atividades cotidianas que hoje não pode mais realizar:

... Eu tô ruim da coluna, o pescoço endurece. Eu, se for afastar uma kombi, colocar o braço no banco e olhar para trás, eu não dou conta, eu afasto olhando no retrovisor, né. O homem... A kombi dele bateu na porteira e arrancô o retrovisor, eu fui afastar ela para fazer uma curva torta para chegar na Pedra, não afastei de jeito nenhum. Não dou conta não, porque o pescoço não vira não, a coluna anda ruim sô²⁰³.

As doenças de trabalho ligadas ao excesso de peso tornaram-se mais uma realidade compartilhada entre esses trabalhadores, pois os entrevistados descreveram diversos casos de colegas que, devido ao agravamento do caso clínico, não podem voltar a exercer suas atividades.

No processo social apresentado pelos entrevistados, percebemos que os carregadores da Central de Abastecimento de Uberlândia vivenciaram a experiência de trabalho com jornadas de trabalho extenuantes, risco de morte, risco de outros acidentes de trabalho, falta de assistência médica, doenças advindas do excesso de peso, que afetavam tanto as crianças quanto os adultos.

Estes fatos demonstram que a modernidade propagada, de um futuro de prosperidade, se pautava na expropriação da capacidade dos trabalhadores,

²⁰³ SILVA, Valdair Francisco da. Entrevista. Op. cit .

que não eram beneficiados com os dividendos gerados. No entanto, será que os trabalhadores conseguiram, nesse mesmo processo, encaminhar sua luta e conquistar os direitos trabalhistas que possibilitariam melhores condições de vida, como sinalizam as entrevistas?

3.3. O embate por direitos trabalhistas

Os carregadores da CEASA constituíram um grupo de trabalhadores avulsos dentro da Central. E suas péssimas condições de trabalho perdurarão. O programa de notícias Trabalho Legal, do canal TV Justiça, vinculado ao Supremo Tribunal Federal, veiculou a matéria *Trabalho avulso na Ceasa Minas* no dia 03 de dezembro de 2011, sábado, com o registro da visita da Procuradora do Trabalho em Minas Gerais, Elaine Nassif, à unidade da CEASA em Contagem, Grande Belo Horizonte e de sua conversa com vários carregadores para constatar se os direitos trabalhistas estavam sendo cumpridos na unidade²⁰⁴.

A visita da Procuradora tinha o intuito de garantir que a conquista dos trabalhadores avulsos na forma de lei fossem concretizadas no dia a dia dos trabalhadores. Dentre os entrevistados pelo programa, estava o Senhor Felício, que, no dia do programa, já havia conversado com a Procuradora. Na ocasião, o entrevistado afirmou que trabalhava como carregador havia 35 (trinta e cinco) anos na Central de Abastecimento de Contagem. Sua narrativa, durante a entrevista para o programa, trouxe a possibilidade de correlacionarmos as condições de trabalho existentes para os trabalhadores avulsos que formam a rede da CEASA Minas:

Repórter: ...Trabalhadores como o senhor Felício. Com quase 60 anos de idade e 35 de Ceasa, ele reclama de dores constantes pelo corpo. Sem a carteira de trabalho assinada, seu Felício vê a aposentadoria como um sonho distante.

²⁰⁴ TRABALHO avulso na Ceasa Minas. Jornal *Trabalho Legal*. Canal da TV Justiça. 3 nov. 2011. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=fIVY3KeeK_c >. Acesso em: 5 nov. 2015.

Entrevistado: Hoje em dia, pra você aposentar... Eles querem que você aposente. Se você aposentar com 70 anos, você não aproveita nada da aposentadoria mais não, você não aproveita nada, você não aproveita nada. Já está na hora de morrer, principalmente igual nós aqui. Este aqui que já viu, o Vitor Hugo aqui já viu, aqui, na porta desta loja, morreu um colega nosso aqui em cima do caminhão... Desceu lá de cima direto para a capa preta. Morreu em cima do caminhão de tanto trabalhar e doente...²⁰⁵

A entrevista do Senhor Felício trazia questões similares as dos trabalhadores da CEASA de Uberlândia na década de 1980: são doenças físicas, que lhe causam dores no corpo e o risco de morte por falta de orientações médicas. Acrescentando-se a isso as próprias cenas apresentadas nas imagens do programa, que evidenciavam que os trabalhadores não possuíam equipamentos de proteção individual. O conjunto desses fatores aliados à jornada extenuante acarretavam a possibilidade real de os trabalhadores voltarem mortos para casa.

Frente à situação constada pela Procuradora, mostrou-se como necessária a implantação de um projeto que servisse de modelo não apenas para a CEASA Minas, mas para todo o Brasil. Projeto este que teria como finalidade garantir o cumprimento da Lei Nº 12.023, de 27 de agosto de 2009²⁰⁶, que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso, como ficou nítido na entrevista da Procuradora do Trabalho, Elaine Nassif:

Entrevistada: Procuradora do trabalho em Minas Gerais: Elaine Nassif.

[...]

Monitorar a aplicação dessa lei e justamente fazer com que se aproveite o melhor dela [para que] deixem de ser trabalhadores da informalidade [e] passem a ser trabalhadores formais e cidadãos, efetivamente, com seu futuro pensado e garantido, com sua saúde e sua integridade física preservada como de todo trabalhador formal.

Nosso projeto em Minas é ter uma amostragem, um projeto piloto, um diagnóstico que sirva para a atuação do Ministério Público em todo o país. Portanto, a nossa experiência aqui vai ser replicada dentro da nossa coordenadoria nacional para que o projeto tenha êxito...²⁰⁷

²⁰⁵ Id. *ibid.*

²⁰⁶ BRASIL. Lei nº 12.023, de 27 de Agosto de 2009. Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12023.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

²⁰⁷ Id. *ibid.*

De acordo com a fala da Procuradora, o cumprimento da Lei Nº 12.023 garantiria a integridade física para os carregadores. Mas quais são as conquistas presentes no texto da Lei de 2009 que promoveriam segurança no ambiente de trabalho? No texto da Lei, o Artigo 4º enumera os direitos trabalhistas conquistados: repouso remunerado; fundo de garantia por tempo de serviço; adicional de trabalho noturno; férias remuneradas mais 1/3 (um terço) constitucional; 13º salário; e equipamentos de proteção individual, como se lê abaixo:

Art. 4º O sindicato elaborará a escala de trabalho e as folhas de pagamento dos trabalhadores avulsos, com a indicação do tomador do serviço e dos trabalhadores que participaram da operação, devendo prestar, com relação a estes, as seguintes informações:

[...]

III – as remunerações pagas, devidas ou creditadas a cada um dos trabalhadores, registrando-se as parcelas referentes a:

- a) repouso remunerado;
- b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) 13º salário;
- d) férias remuneradas mais 1/3 (um terço) constitucional;
- e) adicional de trabalho noturno;
- f) adicional de trabalho extraordinário.

[...] ²⁰⁸

O conjunto de direitos deve ser fiscalizado pelo sindicato da categoria, visto que, quanto se define as funções que se enquadram como trabalhadores avulsos, também se determina a obrigatoriedade de filiação ao sindicato da categoria, conforme o Artigo 1º da Lei de 2009:

Art. 1º As atividades de movimentação de mercadorias em geral exercidas por trabalhadores avulsos, para os fins desta Lei, são aquelas desenvolvidas em áreas urbanas ou rurais sem vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução das atividades. ²⁰⁹

²⁰⁸ BRASIL. Lei nº 12.023, de 27 de Agosto de 2009. Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12023.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

²⁰⁹ Id. *ibid*.

O sindicato tornou-se peça fundamental, pois a instituição passou a ter a responsabilidade de articular o cumprimento da legislação junto aos tomadores de serviço (produtores e comerciantes):

Art. 5º São deveres do sindicato intermediador:

I – divulgar amplamente as escalas de trabalho dos avulsos, com a observância do rodízio entre os trabalhadores;

II – proporcionar equilíbrio na distribuição das equipes e funções, visando à remuneração em igualdade de condições de trabalho para todos e a efetiva participação dos trabalhadores não sindicalizados...

III – proporcionar equilíbrio na distribuição das equipes e funções, visando à remuneração em igualdade de condições de trabalho para todos e a efetiva participação dos trabalhadores não sindicalizados;

IV – repassar aos respectivos beneficiários, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir do seu arrecadamento, os valores devidos e pagos pelos tomadores do serviço, relativos à remuneração do trabalhador avulso;

V – zelar pela observância das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;

VI – firmar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para normatização das condições de trabalho.

§ 1º Em caso de descumprimento do disposto no inciso III deste artigo, serão responsáveis, pessoal e solidariamente, os dirigentes da entidade sindical....²¹⁰

Quanto aos tomadores de serviços, estes passaram a arcar com o pagamento dos direitos trabalhistas e com outras obrigações:

Art. 6º São deveres do tomador de serviços:

I – pagar ao sindicato os valores devidos pelos serviços prestados ou dias trabalhados, acrescidos dos percentuais relativos a repouso remunerado, 13º salário e férias acrescidas de 1/3 (um terço), para viabilizar o pagamento do trabalhador avulso, bem como os percentuais referentes aos adicionais extraordinários e noturnos;

II – efetuar o pagamento a que se refere o inciso I, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir do encerramento do trabalho requisitado;

III – recolher os valores devidos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescido dos percentuais relativos ao 13º salário, férias, encargos fiscais, sociais e previdenciários, observando o prazo legal.²¹¹

²¹⁰ Id. *ibid.*

²¹¹ Id. *ibid.*

A Lei promulgada, no ano de 2009, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, determinou responsabilidades para a instituição CEASA, em conjunto com as associações e sindicatos, para o cumprimento das obrigações trabalhistas no tocante ao reconhecimento de direitos dos carregadores. Nesse novo cenário, percebemos certas melhorias nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da Central de Abastecimento de Contagem, devido aos projetos desenvolvidos na direção do acompanhamento do cumprimento da Lei, que serviram de exemplo para os demais entrepostos de Minas Gerais. Um exemplo foi o conjunto de parcerias desenvolvidas posteriormente pela administração daquela unidade para melhorar as condições de saúde dos trabalhadores.

A CEASA Minas de Contagem instituiu um convênio com o Centro de Reabilitação e Fortalecimento Físico (FortaleSer), que, através de um estudo de levantamento e diagnóstico, buscou entender quais eram os problemas que mais afetavam a saúde dos trabalhadores. Dentre os problemas detectados pelo estudo, encontravam-se problemas de coluna que acometiam 90% dos trabalhadores. Após a fase de diagnósticos, o Centro desenvolveu um conjunto de palestras chamado Ciclo Pela Saúde, conduzidas por fisioterapeutas, que orientaram sobre a postura dos carregadores e a melhor posição para resguardar o corpo durante o trabalho²¹².

Os problemas de saúde advindos do excesso de peso estão presentes não apenas na unidade de Contagem, mas é uma realidade compartilhada entre os carregadores de um modo geral, de acordo com o que vimos nas entrevistas realizadas para esta pesquisa.

²¹² Os dados levantados estão na reportagem “Carregadores do MLP vão receber dicas de fisioterapeutas”, do Banco de Notícias da CEASA Minas: “Ciclo Pela Saúde: A CeasaMinas está realizando uma série de palestras e dinâmicas para promover a saúde dos carregadores que atuam no entreposto de Contagem. Uma pesquisa realizada com esses trabalhadores mapeou quais são os problemas de saúde que mais afetam a categoria. Baseada nos resultados, a empresa criou o Ciclo Pela Saúde, uma série de debates realizados em parceria com o centro de reabilitação e condicionamento físico FortaleSer. O Ciclo Pela Saúde acontece até agosto. O próximo assunto abordado será ginástica laboral e prevenção de lesões, no dia 25/07. Finalmente, a partir do dia 06/08, uma semana inteira será dedicada à prevenção de dor nas costas, um problema que atinge 90% dos carregadores da CeasaMinas, segundo a associação que representa a categoria no entreposto de Contagem”. Ver: CARREGADORES do MLP vão receber dicas de fisioterapeutas. *Banco de Notícias da Ceasa Minas*. 9 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2621>>. Acesso em: 26 out.2015.

Joãozão, atualmente, é membro da diretoria do Sindicato dos Carregadores Autônomos da CEASA de Uberlândia (SINDICARGA). E, devido à sua longa experiência na Central, vem desenvolvendo um trabalho de articulação com a administração e com os colegas para o controle do limite de caixas transportadas, como indicou em sua narrativa:

Entrevistador: Como o serviço é muito pesado, chega a prejudicar a saúde?

Entrevistado: Não, prejudica, né, não deixa de prejudicar. Mas melhorou bastante. Hoje, o carregador só pode carregar vinte volume, não pode carregar mais. Antigamente, o carregador enchia o carrinho. Aí, o peso desordenado... Aí, até teve caso de carregador que teve problema na coluna e está fora do mercado, está afastado, não está aposentado por invalidez. Então, entendeu, hoje em dia melhorou bastante...²¹³

No entanto, ainda há carregadores que se valem do pagamento por produção e, devido à necessidade, procuram transportar o máximo de caixas possível, como relatou Mosquito:

Entrevistador: Antes podia carregar o tanto que desse conta. Agora diminuiu?

Entrevistado: Agora, é só vinte caixa. Mais nós não respeita não. Tem que entregar de duzentas caixa, vai pôr vinte? Então... o que o carrinho cabe. Mas eu não faço isso mais, por causa da coluna. Eu sinto. E não carrego esse tanto mais. Mas lá tem muito que o tanto que o carrinho cabe eles põem.²¹⁴

A necessidade impulsiona os trabalhadores a carregarem o máximo de caixas que o corpo suporta. E essa realidade também compõe o processo social, que demonstra que as conquistas vêm sendo construídas num movimento dialético de pressões, limites e resistências aos novos modos vivenciar o trabalho.

Na perspectiva de conquistas, vale mencionar a transformação passagem de associação para sindicato, da Associação dos Carregadores

²¹³ SILVA NETO, Josimar. Entrevista. Op. cit.

²¹⁴ SILVA, Valdair Francisco da. Entrevista. Op. cit.

Autônomos do CEASA de Uberlândia (ASSO-CARGA) para o Sindicato dos Carregadores Autônomos da CEASA de Uberlândia (SINDICARGA). Essa transformação trouxe uma nova força de negociação entre os carregadores e os produtores. Até o ano de 2009, os carregadores negociavam direta e individualmente com os produtores, o que enfraquecia o poder de barganha dos carregadores. Com a Lei N. 12.023, o Sindicato passou a negociar o valor coletivo para todos os carregadores, fazendo com que o valor da caixa transportada aumentasse, de acordo com o que informou Joãozão em sua entrevista:

Hoje, o preço é tabelado. O carregador, o que ele ganha, eu também. É tudo tabelado.²¹⁵

Outro aspecto positivo diz respeito ao horário de trabalho. Hoje em dia, na Central de Abastecimento de Uberlândia, não se conta mais com o turno da noite. Como já vimos relatado pelos entrevistados, muitos carregadores chegavam a dormir sobre as caixas depois de madrugadas exaustivas. No entanto, durante conversas informais com alguns outros carregadores, muitos relataram, por outro lado, que, devido à redução da jornada de trabalho, a renda familiar foi afetada, fazendo com que precisassem buscar novos locais de trabalho para além da atividade de carregadores.

Aparentemente, a Lei conseguiu a redução da jornada de trabalho. No entanto muitos dos carregadores mantiveram uma jornada extensa, mesmo para além da Central, pela necessidade de complementação de renda familiar. É o caso do próprio líder sindical da categoria, o entrevistado Joãozão, que inicia as atividades na CEASA às quatro ou às cinco horas da manhã e por volta do meio-dia já tem terminado suas tarefas diárias; mas dá continuidade à sua jornada de trabalho como carregador em outro lugar, fazendo o horário das treze até vinte e duas horas em uma rede de supermercados, como podemos ver em sua entrevista:

²¹⁵ SILVA NETO, Josimar. Entrevista. Op. cit.

Entrevistador: Qual é a sua jornada de serviço?

Entrevistado: A jornada de trabalho, assim, no domingo, pegava uma hora da tarde e ia até as dez da noite. Dia de hoje, pega cinco horas, quatro horas, tipo assim, e vai até o meio dia, onze e meia.

Entrevistador: Você trabalha só aqui?

Entrevistado: Eu trabalho aqui e num supermercado, na parte da tarde

Entrevistador: Então, faz quase vinte horas por dia.

Entrevistado: [Sorri] Trabalho aqui e no mercado. Lá vai uma da tarde até as dez da noite.

Entrevistador: O horário é muito puxado!

Entrevistado: Tem que ganhar dinheiro! Como que faz para pagar as contas?! [Sorri].²¹⁶

A jornada diária de trabalho do entrevistado é de aproximadamente dezoito horas por dia. Percebemos que, apesar de a lei regulamentar o horário dos trabalhadores, as necessidades materiais os obrigam a buscar novas formas de sobrevivência. Por este ponto de vista, a desigualdade na distribuição de renda pode ser considerada como um fator preponderante. Para que a redução da carga horária pudesse surtir efeitos reais na liberação do trabalhador de sua carga de trabalho, seria preciso que os valores pagos durante a jornada de trabalho na CEASA suprissem as reais necessidades dos trabalhadores e suas famílias.

Nas Centrais de Abastecimento que permanecem com os turnos diurno e noturno, os carregadores ainda são levados a trabalhar o máximo que o corpo suportar, como explicitou o carregador Ademir Andrade, da CEASA de Contagem, em entrevista para a reportagem *Carregadores não precisarão trabalhar apenas no período noturno*, veiculada pelo Banco de Notícias da CEASA Minas no dia 1º de junho de 2012:

...A alteração no horário dos trabalhadores, que tinham placas amarelas nos carrinhos, é fruto da boa relação entre a diretoria da Central de Abastecimento e a Associação dos Carregadores (Ascar). Para os carregadores que não podiam trabalhar o dia inteiro, a

²¹⁶ Id. *ibid.*

medida foi benéfica. É bom trabalhar a noite, mas tem pouco movimento, disse o carregador Adão Dias, um dos beneficiados com a mudança. A alteração do horário não proíbe o trabalho entre as quatro da tarde e as seis da manhã. **O MLP funciona 24 horas por dia e nós podemos trabalhar o quanto quisermos**, afirmou Ademir Andrade, que há um ano trabalha como carregador autônomo...²¹⁷

Os trabalhadores avulsos “procuram” trabalhar o máximo de horas possível. Mas, em se tratando do que o corpo suporta em termos de jornada de trabalho e peso de carga, vale considerar aqui dados relativos aos “estímulos” buscados pelos trabalhadores. Segundo as pesquisas realizadas pelo Centro ForteSer, cerca de 18% dos carregadores sofrem com vícios, principalmente as bebidas alcoólicas e o tabagismo. Esse levantamento foi demonstrado na matéria *Carregadores da CEASA Minas debatem tabagismo e alcoolismo*, veiculada pelo Banco de Notícias da CEASA Minas, no dia de setembro de 2012:

...Os carregadores da CeasaMinas participaram ontem, 11/07, de mais uma palestra do Ciclo Pela Saúde. O assunto em pauta foi o tabagismo e o consumo abusivo do álcool, problemas que afetam 18,5% e 25% dos carregadores, respectivamente. Durante a conversa, o público foi apresentado às doenças provocadas pelo cigarro e pelo álcool e a como o uso dessas substâncias interfere no seu trabalho...²¹⁸

O grande esforço realizado durante diversas horas que, por vezes, duram dias e noites, como relatado pelo carregador Mosquito, gera machucados e dores pelo corpo, e possivelmente represente um dos fatores para que recorram a estimulantes que os ajudem no intenso ritmo de trabalho. A questão dos estimulantes, de acordo com o que lemos em *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson, também esteve presente entre os trabalhadores ingleses do século XIX. O autor demonstra que o consumo de bebidas estava relacionado tanto com os costumes quanto com a necessidade

²¹⁷ CARREGADORES não precisarão trabalhar apenas no período noturno. *Banco de Notícias da CeasaMinas*, 1 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2588>>. Acesso em: 26 out. 2015. Grifos meus.

²¹⁸ CARREGADORES da CeasaMinas debatem tabagismo e alcoolismo. *Banco de Notícias da CeasaMinas*, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2609>>. Acesso em: 26 out. 2015.

de estimulantes, como chá e bebidas alcóolicas, para resistir ao ritmo de trabalho, com “número excessivo de horas” e a uma dieta inadequada.²¹⁹

A menção a esses fatores – número excessivo de horas de trabalho, dieta inadequada, uso de estimulantes, vícios, falta de cuidado com a saúde, sobrecarga de materiais de trabalho – conduz para a questão da saúde desses trabalhadores, que vem sendo assunto de diversas notícias veiculadas pelo Portal da CEASA Minas, como podemos ver, por exemplo, na matéria *Carregadores recebem orientações para prevenir a pressão alta*, veiculada pelo Banco de Notícias no dia 22 de junho de 2012:

...A hipertensão arterial conhecida popularmente como pressão alta atinge 30% dos carregadores da CeasaMinas. Se não for controlada, a doença pode provocar infarto, acidente vascular cerebral (AVC) e, até mesmo, morte súbita. Para combater a doença entre os carregadores, foi apresentada, na Casa dos Carrinhos, uma palestra sobre prevenção de doenças do coração, no dia 22 de junho. Os palestrantes Stephanie Aguiar e Victor Borges ressaltaram a importância da realização de atividades físicas. Uma caminhada de 30 minutos em três dias da semana já faz diferença, afirmam. Eles chamaram a atenção dos carregadores para a importância de se fazer uma avaliação médica antes de iniciar qualquer atividade física...²²⁰

O entreposto de Uberlândia, seguindo orientações do entreposto de Contagem, está desenvolvendo convênios que atendam a reivindicações dos próprios carregadores. Dentre os parceiros, que têm como intuito orientar trabalhadores, produtores e compradores quanto aos cuidados com a saúde, está o CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador)²²¹, órgão

²¹⁹ “...O aumento do seu consumo [de chá] e o de bebidas alcóolicas indicava a necessidade de estimulantes, provocada pelo número excessivo de horas de trabalho e pela dieta inadequada...”. Ver: THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. Op. cit. p. 184.

²²⁰ CARREGADORES recebem orientações para prevenir a pressão alta. *Banco de Notícias da CeasaMinas*, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2597>>. Acesso em: 26 out. 2015.

²²¹ Segundo o site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, foi “inaugurado em setembro 2005 de acordo com a RENAST – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – lei que regulamenta a criação e funcionamento de todos os CEREST. Em Uberlândia, o CEREST é suporte a ações relacionadas à saúde do trabalhador, como vigilância, cuidados, estabelecimento de nexos, encaminhamentos indicados a cada caso e, ainda, com educação permanente para trabalhadores da saúde que lidam diretamente com o trabalhador adoecido ou em risco de adoecimento. As ações abrangem medidas de prevenção de agravos causados por condições adversas de trabalho em todos os segmentos. Localizado na rua Antonio Fortunato Silva, 928 – Bairro: Santa Mônica”. Ver CENTRO de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). *Portal Uberlândia*. Uberlândia, Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em:

ligado à Prefeitura Municipal de Uberlândia, que esporadicamente realiza exames com os trabalhadores nas dependências da CEASA, de acordo com o que podemos ver no cartaz em imagem abaixo:



Imagem 21
Cartaz divulgando o evento “Cultivando a saúde do trabalhador rural”.
Fonte: Boletim da saúde – Portal da Prefeitura Uberlândia.

O informativo demonstrava que o público alvo seria os trabalhadores rurais e os prestadores de serviço da CEASA, dentre estes, os carregadores. O evento do CEREST funciona em estruturas temporárias, através de tendas, onde os trabalhadores são atendidos e, dependendo dos resultados dos exames, são orientados com o encaminhamento para outros órgãos da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia. Em fotografias do evento de 2011, abaixo, é possível visualizar o atendimento prestado a carregadores:



Imagem 22
Carregador da CEASA de Uberlândia recebendo atendimento do CEREST.
Acervo: CEREST.

Pela imagem, percebemos que se trata de uma instalação improvisada, onde os trabalhadores são atendidos em mesas de plástico e sem o mínimo de privacidade. Contudo, ainda que de forma precária, no ano de 2011, foram realizados diversos exames como podemos ver pelo gráfico e pela tabela abaixo:

DADOS ESTATÍSTICOS DO EVENTO DA CEASA 2011

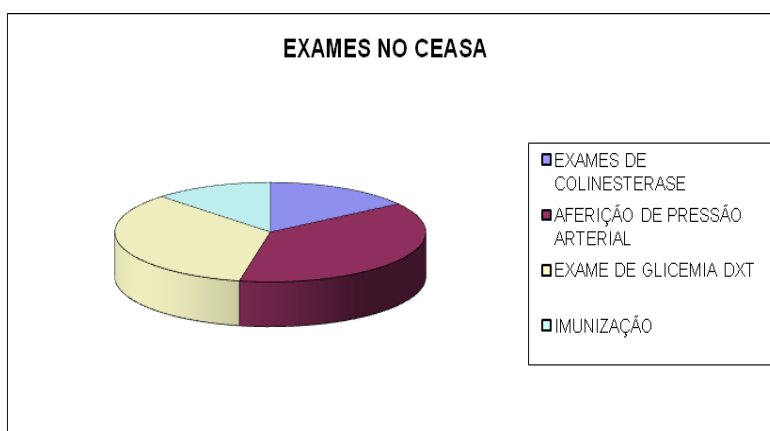


Gráfico 1
Dados estatísticos do evento da CEASA
*Boletim da Saúde, Uberlândia, 25 jul. 2011.*²²²

EXAMES	TOTAL
EXAMES DE COLINESTERASE	126
AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL	309
EXAME DE GLICEMIA DXT	282
IMUNIZAÇÃO	101
TOTAL DE PROCEDIMENTOS	818

Tabela 03
Dados estatísticos do evento da CEASA
*Boletim da Saúde, Uberlândia, 25 jul. 2011*²²³

Os exames realizados no ano de 2011 foram de aferição de pressão, glicemia, colinesterase e imunização, doenças que podem ser agravadas devido ao estresse e à má alimentação, e podem ser relacionadas à longa jornada de trabalho que faz parte da experiência dos carregadores. Os dados disponibilizados durante a visita ao CEREST não trazem o número de trabalhadores doentes. No entanto, as quantidades de procedimentos indicam

²²² TRABALHADORES do CEASA recebem ações educativas em saúde. *Boletim da Saúde*, Uberlândia, 25 jul. 2011. Disponível em: <<http://boletimsaudeudi.blogspot.com.br/2011/07/trabalhadores-do-ceasa-recebem-acoes.html>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

²²³ Id. *ibid.*

quais as principais doenças que afetam os trabalhadores, pois foram realizados 818 exames no total para detectar a ocorrência de doenças que a Central de Contagem também indica como sendo os principais problemas que acometem os trabalhadores daquela unidade.

Os exames podem indicar a emergência de uma forma de cuidado para com o trabalhador, após a promulgação da Lei de 2009, e, por conseguinte, podem contribuir para evitar casos de mortes súbitas, como o caso citado pelo Senhor Felício em entrevista ao programa da TV Justiça, citado anteriormente. Outra iniciativa recente da Central foi a contratação do serviço de um médico do trabalho que atende no período da manhã, realizando consultas.

Os dados do CEREST relatam que foram realizados 126 exames de colinesterase, importante meio para detectar o contágio por agrotóxicos provenientes dos inseticidas e herbicidas com que os trabalhadores da Central e os produtores rurais entram em contato. Como vimos em dados disponibilizados pelo Centro durante a visita, três dos trabalhadores ou produtores examinados apresentaram o contágio.

O órgão da Prefeitura Municipal de Uberlândia não forneceu outros dados sobre trabalhadores acometidos por outras doenças, sob a justificativa de que os dados seriam utilizados em uma publicação e não poderiam ser disponibilizados antes disso. O que suscitou a indagação sobre por que liberar os dados acerca do contágio por agrotóxicos. Uma resposta possível seria a pequena quantidade de pessoas contaminadas, de acordo com o universo examinado, tratando-se de “apenas” três casos que podem significar um dado “satisfatório” de controle para os casos de contágios.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a realização desses exames nas dependências das centrais de abastecimento com os sujeitos que ali trabalham e as evidências que se levantam a partir dos dados apresentados por seus resultados vêm contribuir para estabelecer, por conseguinte, um novo conjunto de questões acerca da problemática da distribuição de alimentos nas cidades brasileiras. Passa a envolver a situação dos trabalhadores envolvidos no agronegócio brasileiro e que sofrem com a possibilidade de contágio por agrotóxicos. Segundo Laurindo Dias Filho, pesquisador da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, cerca de 5.000 trabalhadores morrem por ano, no Brasil, devido aos efeitos dos produtos químicos utilizados na agricultura:

...No Brasil, hoje, estima-se que morrem 5.000 trabalhadores/ano, vítimas de agrotóxicos. Grande parte dessas mortes poderiam se evitadas se houvesse o uso efetivo de *equipamentos de proteção individual - E.P.I.* (luvas, máscara, óculos de proteção, avental, outras vestimentas de proteção, botas e chapéu) por parte dos agricultores que manuseiam o produto...²²⁴

Segundo o pesquisador, o Ministério do Trabalho estabelece que os exames de sangue sejam realizados nos trabalhadores rurais pelo menos semestralmente, de acordo com a Portaria N. 3.214, de 8 de junho de 1978:

Para trabalhos que envolvam produtos organofosforados e carbamatos, a *NR 7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional*, da Portaria n.º 3.214, de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho, prevê que a periodicidade para a realização da análise da colinesterase eritrocitária, colinesterase plasmática ou colinesterase eritrocitária e plasmática (sangue total) seja, no mínimo, semestral. O exame médico periódico dos trabalhadores expostos à substâncias tóxicas é indispensável para comprovar a presença de efeitos adversos, consequência de medidas de controle insuficientes, práticas de trabalho inapropriadas ou exposição a níveis máximos toleráveis das pessoas expostas. O ideal seria que fosse estudado o tempo real de exposição dos funcionários que aplicam o praguicida, fixando-se os índices de segurança do tempo máximo e mínimo de exposição.²²⁵

Nesta perspectiva, seguindo-se a normativa, os testes de contágio através do sangue deveriam ser semestrais, pois protegeriam os trabalhadores rurais que, ao informar-se do risco de contágio, poderiam aumentar a proteção através do uso de equipamentos de segurança; além de afastar a possibilidade dos carregadores serem contaminados através do contato diário com os produtos.

²²⁴ DIAS FILHO, Laurindo. *Agrotóxicos: um caso de saúde pública*. 2007. 26 f. Monografia (Pós-Graduação em Planejamento e Educação Ambiental)-Instituto A Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2007.

²²⁵ Id. *ibid.* Para maiores detalhes sobre a Portaria, ver: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Portaria N. 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

No que diz respeito à CEASA de Uberlândia, no entanto, podemos perceber que as visitas feitas pelos CEREST são esporádicas e não contemplam todos os produtores e trabalhadores envolvidos no agronegócio.

Nesta perspectiva, torna-se possível conjecturar que o número de trabalhadores contaminados pode ser muito maior do que aqueles revelados pelos dados liberados pelo CEREST: dos 126 exames de colinesterase realizados, três dos trabalhadores ou produtores examinados haviam apresentado o contágio.

Casos de contágio e acidentes do trabalho poderiam ser amenizados com a utilização de equipamentos de segurança individuais que, segundo a legislação, seria de responsabilidade dos tomadores de serviços, como podemos ver o texto da legislação que regulamenta o trabalho avulso:

...Art. 9º As empresas tomadoras do trabalho avulso são responsáveis pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e por zelar pelo cumprimento das normas de segurança no trabalho...²²⁶

Durante as visitas à CEASA de Uberlândia durante o período de realização desta pesquisa, observei que poucos trabalhadores utilizavam equipamentos de segurança do trabalho ou que, quando utilizavam os equipamentos, estes haviam sido comprados com seus próprios recursos, como confirmou Mosquito:

Entrevistador: Qual é a participação do sindicato de vocês?

Entrevistado: Não tá grande coisa, não. Ali, tudo é por nossa conta: o uniforme, o carrinho, o CEASA não faz nada. O CEASA exige que a gente pague o INSS. Eu não preciso mais, eu sou aposentado, mas quem precisa tem que pagar do bolso. Não pode trabalhar com o chinelo agarrando, nem de chinelo nem descalço, sem camisa...²²⁷

²²⁶ BRASIL. Lei nº 12.023, de 27 de Agosto de 2009. Op. cit.

²²⁷ SILVA, Valdaír Francisco da. Entrevista. Op. cit.

A narrativa de Mosquito sinaliza para o fato de que os tomadores de serviços, ainda no ano de 2013, não estavam seguindo a legislação e que a CEASA e o Sindicato, neste aspecto, não estavam exercendo sua função, de acordo com o estabelecido pela Lei de 2009: “zelar pela observância das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho”²²⁸.

Durante as entrevistas, acompanhamos o movimento de idas e vindas na atual conjuntura das condições de trabalho vivenciadas pelos carregadores da CEASA em Uberlândia. Por meio das observações durante as visitas à Central ou por meio dos relatos dos entrevistados, acompanhamos as nuances entre conquistas e limites na relação dos trabalhadores com seu sindicato e com a administração, no que tange aos direitos conquistados por meio da Lei de 2009.

Parte dos trabalhadores reconheceu as conquistas da organização sindical frente às negociações travadas acerca de valores recebidos e de seleção dos trabalhadores que podem executar a tarefa de carregador na CEASA. Por outro lado, além dos problemas sinalizados por Mosquito, no que diz respeito à efetivação de outros direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro salário e descanso remunerado, os próprios representantes do Sindicato precisaram reconhecer como uma negociação difícil, de acordo com o que podemos ver na narrativa de Joãozão:

Entrevistador: Férias e décimo terceiro?

Entrevistado: Não, carregador não tem férias, nem décimo terceiro. Ele não pode parar, porque o produtor não para. Até pode, mas você não ganha, você pode tirar férias por sua conta.²²⁹

Em sua fala, o trabalhador e sindicalista indica uma conjuntura de embates. Se produtores e comerciantes – os tomadores de serviço – deveriam se responsabilizar pelos novos encargos trabalhistas, e assim não procedem, por que os trabalhadores que se identificam com essas necessidades comuns

²²⁸ BRASIL. Lei nº 12.023, de 27 de Agosto de 2009. Op. cit.

²²⁹ SILVA NETO, Josimar. Entrevista. Op. cit.

não se mobilizam para o enfretamento que poderia levaria ao cumprimento da lei que lhes ampara em suas conquistas?

Podemos levantar algumas hipóteses para resposta a essa questão a partir da análise de um acontecimento ocorrido com os carregadores de Contagem. No ano de 2012, surgiram boatos de que os carregadores seriam substituídos por máquinas no transporte de gêneros dentro da CEASA. Diante dos rumores, os trabalhadores pediram uma reunião entre o Sindicato, os trabalhadores e os dirigentes da CEASA, como podemos ver na reportagem do Portal Banco de Notícias CEASA Minas:

O presidente da Associação dos Carregadores (ASCAR), José Dias Neto, conta que ele e seus colegas ficaram preocupados quando o boato começou a circular. Muitos colegas sobrevivem com o dinheiro que ganham com esse trabalho. Nós assumimos compromissos, tendo como garantia a nossa permanência aqui. Por isso, todos ficaram apavorados. Foi importante que o próprio presidente estivesse aqui para desmentir e tranquilizar todo mundo?, afirma José Dias. O presidente da ASCAR diz que a visita da diretoria mostra a importância dos carregadores para a CeasaMinas. Trabalho há 38 anos aqui, dos quais 26 são como carregador. É a primeira vez que eu vejo o presidente da empresa visitando a Casa dos Carrinhos. Isso é motivo de orgulho para nós, diz José Dias. Segundo ele, o encontro selou a parceria entre a CeasaMinas e a ASCAR.²³⁰

De acordo com o que vemos relatado pela notícia, a reunião que se realizou com a presença dos diretores da Central na “casa dos carrinhos”, local de frequência e uso cotidiano dos carregadores, sinalizou para uma mobilização dos trabalhadores frente aos grupos contratantes. Ao mesmo tempo, o espanto e a admiração expressos pelos trabalhadores para com essa presença explicitaram o antagonismo entre esses lugares sociais, as tensões entre seus interesses e a necessidade de articulação entre os trabalhadores para o encaminhamento de suas reivindicações.

Quando o trabalhador disse admirado que nunca o presidente do CEASA havia estado na casa dos carrinhos permite entrever um indício de

²³⁰ MAIS perto dos carregadores. *Banco de Notícias da Ceasa Minas*, 24 abr.2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2578>>. Acesso em: 26 out. 2015.

consciência quanto ao fato de que não será apenas o sindicato que conquistará a efetivação dos direitos, mas a mobilização dos trabalhadores, coletivamente.

No que diz respeito ao tema da reunião, a substituição dos carregadores por máquinas, essa questão também estará presente na Central de Uberlândia, com a aquisição empilhadeiras em resposta à pressão de produtores e comerciantes para a aquisição de novos equipamentos que venham substituir a mão de obra, como divulgado no jornal *Correio de Uberlândia*, no 07 de março de 2012:

A Associação Regional dos Produtores de Hortigranjeiros (Asshorta) agora conta com duas empilhadeiras para o uso coletivo entre os 350 associados na Central de Abastecimento (Ceasa) de Uberlândia. As máquinas fazem parte de um projeto de melhorias na unidade da cidade feito pela associação. Os equipamentos custaram R\$ 120 mil e foram pagos pelo governo federal (R\$ 100 mil) e pela prefeitura (R\$ 20 mil). Segundo o analista contábil da Asshorta, Leonardo Rocha, as empilhadeiras devem entrar em funcionamento a partir do dia 12, assim que duas pessoas contratadas para manuseá-las terminarem o curso de preparação. Inicialmente, as máquinas serão usadas no descarregamento de paletes dos produtos comercializados no mercado. “Isso deve agilizar o comércio, mas a ideia é ampliar os trabalhos para dentro do mercado, fazendo a distribuição entre os corredores”, afirmou Rocha.²³¹

Nessa conjuntura de pressões, podemos entender porque o líder do Sindicato dos Carregadores, Joãozão, reafirmava que o primeiro objetivo seria o cuidado com a Casa dos Carinhos. Esse cuidado deveria significar, para o sindicato e os trabalhadores, fazer com que o espaço ultrapassasse a sua função de depósito dos equipamentos e alcançasse o valor simbólico de espaço político com significado de união da categoria, de sua valorização e da disposição para a luta por seus direitos. Pois, de acordo com o conjunto de sua narrativa, uma vez que não contavam com o apoio da instituição para grandes transformações, seria necessário um trabalho de união e de organização para que conseguissem exercer a pressão necessária:

²³¹ Novas empilhadeiras serão usadas na Ceasa. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 07. mar. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br>>. Acesso em:

Entrevistador: Pude perceber que muitos dos carregadores têm uniformes, mas só alguns têm equipamentos de segurança, é um projeto do Sindicato?

Entrevistado: Como falei, a primeira meta do sindicato é fazer nosso barracão, né. A verba nossa é muito pouca. Nós, de modo ou de outro, sobrevive com a taxa paga por mês, de 15 reais. É disso. Não vem nada de recurso, ninguém ajuda nós, entendeu. Nós é sozinho.²³²

A entrevista de Joãozão revelou uma consciência dos trabalhadores quanto ao fato de que sua organização, coesão e disposição para a luta em torno de seus direitos dependem deles, apenas, para continuarem no embate social, sofrendo e exercendo pressões na dialética histórica.

Esse embate continuará no ano de em 2015. O Ministério Público, em Belo Horizonte, percebendo que itens fundamentais da Lei de 2009, não vem sendo cumpridos pela CEASA, fará com que as diversas associações do CEASA de Contagem assinem um Termo de Ajustamento de Conduta para formalizar algumas adequações, como se vê no trecho citado abaixo:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Será parte integrante deste acordo um plano de trabalho elaborado em conjunto com CEASAMINAS, ACCEASA, SINTROMOV, ASCAR E APHCEMG e entidades representativas das unidades do interior, onde será descrito cronograma das ações necessárias às adequações da lei 12.023/2009 e ao presente instrumento, em 30 dias, comprometendo-se todas as entidades envolvidas a engendrar esforços para implantação do Regulamento de Mercado, conforme alterações advindas da mencionada lei, sem prejuízos das obrigações ora pactuadas, que deverão ser cumpridas nos prazo máximo de 12 meses.²³³

O documento do TAC prevê um ano para a efetivação das conquistas dos direitos dos trabalhadores, sinalizando para um novo processo histórico que se baliza num acordo e nas adequações das condutas de diferentes sujeitos aos termos de uma lei. No percurso do que se evidenciou por essa luta vivenciada pelos trabalhadores da CEASA em Minas Gerais, é difícil se falar em vencedores e perdedores, mas é preciso que se considere o processo de

²³² SILVA NETO, Josimar. Entrevista. Op. cit.

²³³ MINAS GERAIS. Ministério Público do Trabalho. Termo de ajustamento de conduta 2015. Belo Horizonte, 05 de março de 2015.

embates, com pressões e limites postos e vivenciados pelos sujeitos sociais e suas experiências enquanto motor histórico.

Considerações Finais

Ao procurar perceber as experiências dos trabalhadores da CEASA de Uberlândia, realizei diversas entrevistas onde o norte da pesquisa foi sendo direcionado a cada indício que indicava novas inquietações relacionadas ao trabalho infantil, à crise econômica, às condições de trabalho, à disputa social pelo perímetro urbano, ao banco de alimentos e às vivências dentro daquela unidade da Central de Abastecimento.

A pesquisa partiu das narrativas que trouxeram diversas questões e que comportavam uma gama de possibilidades de interpretações, buscando a perspectiva de entender o viver dos trabalhadores pobres na cidade. Procurei recorrer aos jornais da década de 1970, e, no entanto, pude perceber que a memória preservada da imprensa de 1978 se constituía apenas no jornal Correio de Uberlândia. Ao pesquisar exemplares daquele ano, diversas notícias sobre as crianças se destacaram, mas traziam as crianças pobres de forma pejorativa e por vezes como pessoas perigosas para a sociedade.

Para contestar a construção do estereótipo, surgiu a necessidade de confrontar as posições da imprensa com outras fontes. Tomei a decisão de optar por processos crimes, mas, após verificar diversas caixas de material arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS), observei que pouco se falava sobre as crianças. No entanto, um processo que indiciava um comerciante me chamou a atenção, pois trazia como réus dois garotos, Paulinho e Maguila, que eram acusados de roubar sacos de grãos do pátio da FEPASA. O embate em torno da alimentação estava em eminência e trazia a realidade compartilhada pela população pobre em busca de alimentos.

Com os rastros das fontes orais, da imprensa, do processo crime e das fotografias, busquei estabelecer um diálogo para trazer uma interpretação

possível sobre a década de 1970, sobre as experiências das crianças e as famílias de trabalhadores pobres.

Durante a pesquisa, ficou claro que havia uma crise econômica e que as pessoas não eram afetadas de forma homogênea; que os trabalhadores pouco se beneficiavam com o desenvolvimento da cidade, levando por vezes seus filhos a iniciarem bem cedo no mercado de trabalho, sendo introduzidos na ordem capitalista e começando, por vezes, a trabalhar como pequenos carregadores.

Ao mesmo tempo, também ficou claro como a presença das crianças nos locais públicos da cidade incomodava os grupos hegemônicos da sociedade, que, através da imprensa, buscaram construir instituições para sanear e ordenar os espaços públicos.

A CEASA integrou o conjunto dessas diversas instituições, porque ajudaria a reorganizar o espaço central e deslocaria a população pobre para as margens da cidade em busca de alimentos baratos. Com o passar do tempo, contudo, a pressão exercida pelas crianças e suas famílias passou a incomodar grupos de comerciantes e produtores da nova Central de Abastecimento, que decidiram criar mecanismos para que a população fosse deslocada novamente para seus bairros.

Mas um grupo de crianças permaneceu no pátio da CEASA: as crianças que se tornaram carregadoras de mercadorias. Busquei compreender o ambiente a que aquelas crianças estavam sujeitas ao serem conduzidas para o mundo do trabalho, através das formas de trabalho que os entrevistados enfrentaram ao longo da vida como carregadores da CEASA.

Ao relacionar documentos escritos, fotografias e as entrevistas, passei a entender que eram contemplados com pouco direitos trabalhistas, sendo uma realidade que se prolonga até o momento final da pesquisa, mas que conquistas trabalhistas vêm sendo vivenciadas com as intervenções do Ministério Público nas Centrais de Abastecimento de Minas Gerais.

O mais importante foi compreender como o processo está marcado por conquistas, limites e pressões que os trabalhadores vivenciam nas diferentes conjunturas de sua experiência.

Fontes

Processos:

MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: Edésio Cassiano Ribeiro, Processo nº. 2.425, Uberlândia, 2 abr.1976; MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: João Patrício de Oliveira Figueiredo, Processo nº 4.445, caixa 760, galeria a, 1899, Uberlândia, 2 abr.1976.

MINAS GERAIS. Cartório criminal da Comarca de Uberlândia. Processual Penal. Réu: João Patrício de Oliveira Figueiredo, Processo nº 4.445, caixa 760, galeria a, 1899, Uberlândia, 2 abr.1976. (Localização: Centro de Documentação e Pesquisa em História. Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. CDHIS-INHIS-UFU.)

MINAS GERAIS. Ministério Público do Trabalho. Termo de ajustamento de conduta 2015. Belo Horizonte, 05 de março de 2015

Entrevistas realizadas pelo autor:

FREITAS, Josilene. *Entrevista*. Voluntária no Banco de Alimentos de Uberlândia. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013.

OLIVEIRA, Pedro José. *Entrevista*. Gerente do Banco de Alimentos. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2013.

REIS, Maria de Fátima dos. *Entrevista*. Voluntária no Banco de Alimentos de Uberlândia. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013.

SILVA NETO, Josimar (Apelido: João ou Joãozão). *Entrevista*. Carregador autônomo na Central de Abastecimento de Uberlândia. Entrevista realizada na Central de Abastecimento de Uberlândia, em 22 de fevereiro de 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Entrevista*. Voluntária no Banco de Alimentos de Uberlândia. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2013.

SILVA, Valdair Francisco da. *Entrevista*. Entrevista realizada na residência do entrevistado, no bairro Presidente Roosevelt, no dia 19 de agosto de 2013.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

BRASIL. Decreto n. 70.502, de 11 de maio de 1972. Regulamenta o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=1215>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRASIL. Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>>. Acesso em 12 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.023, de 27 de Agosto de 2009. Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12023.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Portaria N. 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

BRASIL. Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=1208>>. Acesso em 12 jul. 2013.

BRASIL. Programa acesso à alimentação: banco de alimentos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/bancosdealimentos/arquivos/roteiro-de-implantacao-bancos-de-alimentos>>. Acesso em 20 out. 2013.

Imprensa:

Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, 1977 e 1978.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

CEASA de Uberlândia recebe câmeras de monitoramento e posto da PM. Uipi; TV Vitoriosa. Uberlândia. Disponível em: <<http://uipi.com.br/destaques/destaque-1/2013/01/18/ceasa-de-uberlandia-recebe-cameras-de-monitoramento-e-posto-da-pm/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

TRABALHO avulso na Ceasa Minas. Jornal *Trabalho Legal*. Canal da TV Justiça. 4 de dez de 2011.

CARREGADORES do MLP vão receber dicas de fisioterapeutas. *Banco de Notícias da Ceasa Minas*. 9 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2621>>. Acesso em: 26 out. 2015.

CARREGADORES não precisarão trabalhar apenas no período noturno. *Banco de Notícias da Ceasa Minas*, 1 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2588>>. Acesso em: 26 out. 2015.

CARREGADORES da CeasaMinas debatem tabagismo e alcoolismo. *Banco de Notícias da Ceasa Minas*, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2609>>. Acesso em: 26 out. 2015.

CARREGADORES recebem orientações para prevenir a pressão alta. *Banco de Notícias da Ceasa Minas*, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2597>>. Acesso em: 26 out. 2015.

MAIS perto dos carregadores. *Banco de Notícias da Ceasa Minas*, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2578>>. Acesso em: 26 out. 2015.

Publicações oficiais:

ASSOCIAÇÃO Brasileira das Centrais de Abastecimento. *Manual operacional das CEASAs do Brasil*. Belo Horizonte: AD2, 2011. Disponível em: <<http://abracen.org.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Gestões de Estoques (DIGES); Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SUPAB); PNUD/CONAB BRA 03/034. *Condensação das conclusões levantadas no Encontro de Dirigentes de CEASAS*. Brasília: Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL); Vice – presidência (VIPRE); Departamento de Centrais de Abastecimento (DECEN), 27-28 nov. 1983. Trabalho resgatado da época do SINAC. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PRODUÇÃO vegetal em área colhida no Brasil de 1920-1985. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 maio 2014.

SILVA, Ivan Moreira da. *A experiência brasileira na operacionalização de sacolões*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Gestões de Estoques (DIGES); Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SUPAB); PNUD/CONAB BRA 03/034, 1987. Trabalho resgatado da época do SINAC. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Sítios:

PORTAL Uberlândia. Uberlândia, Prefeitura Municipal de Uberlândia, Disponível em: < <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

BANCO de Notícias da CeasaMinas. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=2597>>. Acesso em: 26 out. 2015.

CEASAMINAS. Disponível em: <www.ceasaminas.com.br/>. Acesso em: 26 out. 2015.

Acervos:

Arquivo Público Municipal de Uberlândia
Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia
Arquivo da Central de Abastecimento de Uberlândia.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 25/26, p. 27-54, jul.-dez. 2001/jan.-jul. 2002.

BAER, Werner. A retomada inflação no Brasil: 1974. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 7, n. 1, jan.-mar. 1987.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olhos d'Água, 1999.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004

BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. *Projeto História*. São Paulo, v 12, out.1995.

BARRETOS JUNIOR, Diomedes. Análise crítica do desempenho das centrais de abastecimento – CEASAS. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica*, Recife, v. 1, p. 20-26, 2004. p. 21.

BATISTA, Sheille Soares de Freitas. *Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade*. 2003, 122 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo e sua Feira Livre Central*. Dourados: Editora UFGD, 2013.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia 1938-1990*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez/ 2007.

CRUZ, Heloísa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, jul.dez. 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890 a 1915*. São Paulo: Educ; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência* (São Paulo, 1900/1920). São Paulo: Marco Zero, 1991.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS FILHO, Laurindo. *Agrotóxicos: um caso de saúde pública*. 2007. 26 f. Monografia (Pós-Graduação em Planejamento e Educação Ambiental)-Instituto A Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2007.

FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez.1993.

FENELON, Déa. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan.-jun. 1992.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

FIGUEIREDO, Cyntia Maria Petrocínio. A Febem vai bem: o que atrapalha...são os menores. *Lua Nova*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 87-93, jun. 1987.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Bahia: EDUFBA, 1996.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. *Projeto História*, São Paulo, n. 24, jun. 2002.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HOBSBAWM, E. J. A história de baixo para cima. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

MARGARETH, Rago. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. *Trabalhadores e viveres: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia*. 1970/2001. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MIRANDA, Luciana Lilian. A vida rural na “Mira” da modernização conservadora: um diálogo com proprietários rurais Correio de Uberlândia, 1960-1985. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 31, p. 59-96, jul./dez. 2004.

MORAES, Mário. *Espaços, práticas e valores de sociabilidade: hierarquias e resistências em Uberlândia-MG (1920-1940)*. 2010. 99 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de trabalhadores carroceiros na cidade. Uberlândia 1970- 2000*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MOTA, Hermílion Miranda. *Evolução urbana de Uberlândia: uma cidade do Triângulo Mineiro de porte médio e em contínuo crescimento*. 157 f. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2001.

PAOLI, Maria Celia. Família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, 1992.

PETUBA, Rosângela Maria da Silva. *Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir. Uberlândia, 1990-2000*. 2001. 117 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de. Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. *Ser trabalhador na cidade: relações de classe em Uberlândia. Fins do século XX e início do século XXI*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SILVA, José Borzacchiello da. *Quando os incomodados não se retiram*: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Direito à memória*: modos de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980. 2013. 204 f. Tese (Doutorado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1987.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez/ 2007.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

